

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/03/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 15 de Março de 2021 - 10:00

Rui vai mandar projeto a AL-BA para instituir auxílio a famílias baianas de baixa renda

por Ailma Teixeira

O governador Rui Costa (PT) acaba de anunciar o plano de fornecer um auxílio a famílias de baixa renda. Ele falou sobre o benefício na manhã desta segunda-feira (15) durante a aula inaugural virtual, que marca o início das aulas remotas para estudantes da rede pública na Bahia.

"Nós vamos mandar um projeto de lei pra Assembleia Legislativa para apoiar as famílias de baixa renda, que estão aí na faixa da extrema pobreza, com uma renda complementar", adiantou o governador.

Ele afirmou que vai se reunir com o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório**, para discutir o assunto ainda hoje. Informações como a quantia que deve ser paga e o período não foram divulgados, mas Rui estima que cerca de 300 mil famílias sejam beneficiadas. O Bahia Notícias procurou a Secretaria de Comunicação (Secom) em busca de detalhes, mas a pasta disse ainda não possuir dados complementares sobre o projeto.

De acordo com o governador, a matrícula dos alunos nas escolas deve ser uma condicionante para o pagamento do benefício, portanto, o cartão onde eles vão receber o auxílio-alimentação pode ser aproveitado para o depósito desse novo recurso. *(Atualizada às 10h12)*

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/03/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 15 de Março de 2021 - 10:00

Rui vai mandar projeto a AL-BA para instituir auxílio a famílias baianas de baixa renda

por Ailma Teixeira

O governador Rui Costa (PT) acaba de anunciar o plano de fornecer um auxílio a famílias de baixa renda. Ele falou sobre o benefício na manhã desta segunda-feira (15) durante a aula inaugural virtual, que marca o início das aulas remotas para estudantes da rede pública na Bahia.

"Nós vamos mandar um projeto de lei pra Assembleia Legislativa para apoiar as famílias de baixa renda, que estão aí na faixa da extrema pobreza, com uma renda complementar", adiantou o governador.

Ele afirmou que vai se reunir com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, para discutir o assunto ainda hoje. Informações como a quantia que deve ser paga e o período não foram divulgados, mas Rui estima que cerca de 300 mil famílias sejam beneficiadas. O Bahia Notícias procurou a Secretaria de Comunicação (Secom) em busca de detalhes, mas a pasta disse ainda não possuir dados complementares sobre o projeto.

De acordo com o governador, a matrícula dos alunos nas escolas deve ser uma condicionante para o pagamento do benefício, portanto, o cartão onde eles vão receber o auxílio-alimentação pode ser aproveitado para o depósito desse novo recurso. *(Atualizada às 10h12)*

Mais*

GASOLINA É FORNECIDO QUASE QUE TOTALMENTE POR UMA MESMA EMPRESA: A PETROBRAS



COMO É FORMADO O PREÇO DA GASOLINA (EM %)

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)

28,3
PREÇO DA GASOLINA COMUM NAS REFINARIAS

12,2
TRIBUTOS ESTADUAIS (ICMS)

15,9
TRIBUTOS FEDERAIS (PIS/PASEP, COFINS E CIDE)

Donaldson Gomes

REPORTAGEM

@donaldsongomes

Em poucos mais de 60 dias, o consumidor soteropolitano viu os preços médios da gasolina aumentarem 17,48%. Para entender o impacto disso na vida das pessoas, basta lembrar no início de janeiro, R\$ 100 eram suficientes para o condutor de um veículo com um consumo médio de 10 quilômetros (km) por litro rodar 214 km. Hoje, quem chega em um posto de combustíveis com a mesma nota, roda 181 km, levando-se em conta o preço médio de R\$ 5,519. Mas sem esquecer que em alguns postos o produto já é encontrado a R\$ 5,99 o litro.

Entender o cenário que levou a gasolina aos atuais patamares de preço é bem mais simples que encontrar uma solução para o problema. O produto é fornecido no Brasil quase que totalmente por uma mesma empresa: a Petrobras. A estatal estabeleceu como critério para cobrança os preços no mercado internacional, mais os seus custos com o transporte. No mercado internacional, os preços do petróleo estão nas alturas, fato que se repete no caso do dólar, moeda base nas negociações. Depois que deixa as refinarias, incidem tributos federais e estaduais, além das margens das empresas que fazem a distribuição e a revenda para o consumidor final.

Em meio a um cenário desconfortável para a população sobram acusações. Há quem culpe a política de preços adotadas pela Petrobras, outros direcionam as acusações para a tributação federal e estadual que incide sobre os produtos e sobra também para as empresas que atuam nas etapas intermediárias de distribuição e vendas dos produtos. Fato é que a gasolina está tão cara que o bordão "fique em casa" ganha ares de regra para a sobrevivência financeira também.

O Sindicombustíveis Bahia - entidade sindical que representa os postos no estado - divulgou uma nota para informar que o governo do estado aumentou por três vezes este mês o preço de referência para a cobrança do ICMS, alcançando um aumento acumulado de 36% desde 1º de fevereiro.

O presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus Freitas, ressaltou em nota que os três reajustes da carga tributária foram aplicados em curto espaço de tempo e pede uma revisão da política tributária sobre os combustíveis no estado. "Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Com todos esses aumentos, todos saem perdendo", diz.

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) explicou que não fez qualquer alteração na alíquota, que permanece em 28%, e apenas elevou o valor usado para calcular a cobrança proporcionalmente aos aumentos. "As alegações do sindicato não procedem no que toca ao valor de referência para a cobrança do ICMS de combustíveis, já que este meramente adequa a cobrança do imposto aos valores reais de mercado. As alíquotas do ICMS para os combustíveis continuam as mesmas na Bahia nos últimos anos", respondeu a Sefaz em nota.

Nacionalmente o clima é o mesmo. Nas discussões sobre o preço do diesel, que segue a mesma lógica de variações da gasolina, o presidente Jair Bolsonaro culpou os governadores por não reduzirem as alíquotas de ICMS. A resposta é que as alíquotas são fixas e os valores cobrados va-

Entenda o que está por trás da alta da gasolina

Combustível Em pouco mais de dois meses, produto ficou 17,48% mais caro

riam de acordo com os preços estabelecidos pela Petrobras.

POLÍTICA DE PREÇOS

Em 14 de outubro de 2016, a Petrobras, apresentou ao mercado uma nova política de preços: a política de paridade de preços de importação (PPI). "A diretoria executiva definiu que não praticaremos preços abaixo desta paridade internacional", informou a empresa em nota. As mudanças ocorreriam "pelo menos uma vez por mês".

Naquela época, os derivados do petróleo importados já tinham uma expressiva participação no mercado nacional, com uma média de 14%, chegando a 28% no caso da gasolina. A parte final da equação dos preços foi apresentada pela Petrobras no último parágrafo de seu comunicado: "Como a lei brasileira garante liberdade





Motoristas acumulam prejuízos

Pagando o básico para sobreviver e acumulando dívidas. É assim que tem vivido Sidney Rosendo, 35 anos, motorista de aplicativo. Ele reclama do fato de ter visto seu lucro despencar enquanto o preço da gasolina disparou, sem que isso fosse considerado nas taxas e nos preços das viagens. "As corridas continuam com o mesmo valor de antes, a taxa cobrada por eles continua a mesma. Eu tô trocando dinheiro, não tenho lucro. O que a gente consegue fazer, que já não é muito por conta da pandemia, volta para o combustível", conta.

Para Sidney, o atual momento excluiu a possibilidade de arcar com todas as despesas e de qualquer forma de lazer da família. "A gente vai pra rua na esperança de ter sempre um dia melhor, mas acaba entrando pela porta de casa do mesmo jeito que saiu, sem nada. Ai as dívidas acumulam, só dá pra comprar o básico do básico pra comer e coisas como ir à praia ou pagar um lanche no fim de semana para a minha filha são impossíveis de fazer", declara.

Ricardo Silva, 38, que também é motorista de aplicativo passa por situação parecida e conta compreensão da família que viu, em seis meses, a situação financeira de casa piorar. "O preço tá um absurdo, prejudica a gente demais. Por isso, lá em casa, a gente deixou de fazer 99% do que não é essencial. Não tem praia, não tem shopping, comida só o básico", afirma Ricardo.

Já o taxista João Figueiredo, 51, tenta pagar as contas, quitar as mensalidades e dar conta de pagar o financiamento do veículo que dirige, o que fica mais difícil a cada reajuste. Sem muitas opções, o taxista afirma que sai de casa só para não ficar parado. "Meu lucro caiu 60% e o combustível é o grande culpado. O que eu pego, volta pro carro, em gasolina. Tem sido difícil passar o mês fora do vermelho", diz.

***WENDEL DE NOVAIS (COM ORIENTAÇÃO DA SUBCHEFE DE REPORTAGEM MONIQUE LÓBO)**

Entregador de delivery vê lucro desabar

Até quem vive do trabalho em cima de motos, que têm o consumo de combustível bem inferior em relação aos carros, amarga prejuízos. Rodrigo Santos, 31, é entregador de delivery e tirava R\$ 4 mil por mês antes dos aumentos. Com os últimos reajustes dos combustíveis, seu faturamento encolheu para R\$ 1,5 mil.

"Aumentou tantas vezes que eu já perdi a conta, mas isso não afetou o valor da entrega, dos nossos ganhos. Ai a gente tem que pagar manutenção, arcar com tudo. Nisso, sobra o que dá pra comer e não ficar devendo ninguém. Não pode nem comer na rua, tem que trazer marmitta. Lazer? Nem sei o que é isso", declara.

Daniel Barbosa, 27, também faz entregas para delivery. Apesar de trabalhar 11 horas por dia, o entregador viu seu lucro cair mais da metade. "Todo dia é, no mínimo, R\$ 20 de combustível pra rodar. Isso dá R\$ 140 por semana. Antes, com R\$ 50, a gente conseguia trabalhar os sete dias tranquilo. Então, eu fico mais tempo na rua pra conseguir menos da metade do que eu recebia antes e cortar tudo que tinha em casa, regravando as coisas", conta.

de preços no mercado de combustíveis e derivados, as revisões feitas pela Petrobras nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Isso dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de petróleo, especialmente distribuidoras e postos de combustíveis".

Em 2018, a petroleira brasileira chegou a vender combustível no mercado doméstico abaixo da paridade internacional e precisou responder por isso no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Mas o que havia de errado? A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) sugeriu que a empresa estatal estava usando preços predatórios para eliminar os importadores do mercado - única alternativa dos consumidores.

Foi a partir de um Termo de

Compromisso de Cessação (TCC) que a empresa de comprometeu a vender refinarias, incentivando a entrada de concorrentes no mercado.

Recentemente, a empresa lançou um hotsite para esclarecer dúvidas a respeito da sua atuação no mercado e repete as mesmas explicações para a sua atuação apresentadas lá em 2016. "Os preços são livres nos postos e somos apenas um dos agentes na produção e na comercialização da gasolina no Brasil", responde em nota a empresa, questionada sobre a sua participação na definição dos preços dos combustíveis.

CRÍTICAS

O economista Uallace Moreira, do Centro de Economia Política do Petróleo (Ceppetro), acredita que o país chegou a este cenário por conta do avanço

de uma visão de mais focada no mercado financeiro. "A PPI e as privatizações são medidas que atendem interesses do mercado financeiro, mas em um momento como o atual nos deixa reféns dos preços praticados no exterior e acaba encarecendo produtos essenciais, como a gasolina, o diesel e o gás de cozinha", diz.

Moreira acredita que desonerações, como a que foi concedida por dois meses pelo governo federal para o diesel, são apenas paliativos. "O Brasil precisa ampliar a sua estrutura de refino para atender as demandas de mercado e historicamente a única grande empresa que fez isso foi a Petrobras", lembra.

O economista Gustavo Pessoti, vice-presidente do Conselho Regional de Economia na Bahia (Corecon-Ba) explica que os efeitos das altas nos preços dos combustíveis vão além do desconforto e o aperto no orçamento dos motoristas. "Desde os anos 50 do século passado, definiu-se que o principal modal de transporte no Brasil, de forma equivocada, priorizou uma integração pelas rodovias", destaca. Ele lembra que isso causa desde problemas de competitividade para o setor produtivo até o aperto nas contas domésticas.

O economista destaca quatro fatores para explicar a alta de preços dos combustíveis. Ele lembra que só este ano, o barril do petróleo já registrou uma alta de 8%. "Sob os preços do barril, o primeiro reflexo é esta elevação, explica. O segundo aspecto, lembra, é uma relação de oferta e demanda. Mesmo com a pandemia, há uma movimentação de cargas rodoviárias e isto pressiona os preços. "Com o trabalho remoto e o isolamento, há necessidade de ativação maior do transporte de carga. A escala do aumento da demanda tem sido crescente", diz.

Um terceiro fator apontado é a quantidade de petróleo importado pela Petrobras. "Numa estratégia de proteger o esgotamento de suas fontes próprias, a Petrobras importa parte do petróleo que refina. É uma estratégia de uma companhia que tem capital aberto e que está buscando sua valorização", destaca.

O quarto fator, destaca o economista, seria o aumento de margem em outras etapas da cadeia.

Alta de combustíveis tem um efeito nefasto para a economia porque aumenta o risco de inflação elevada e isso é tudo o que nós não precisamos neste momento

Gustavo Pessoti

Economista e vice-presidente do Corecon-Ba

Investimentos em refino iriam permitir que a Petrobras administrasse melhor as variações internacionais

Uallace Moreira

Economista

Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise. Com todos esses aumentos, todos saem perdendo

Walter Tannus

Presidente do Sindicombustíveis



Como a gasolina chegou a quase R\$ 6? Entenda como combustível aumentou tanto

Em pouco mais de dois meses, combustível ficou 17,48% mais caro em Salvador

Donaldson Gomes

twitter: donaldsongomes

15.03.2021, 05:41:00

Atualizado: 15.03.2021, 05:47:26

Em poucos mais de 60 dias, o consumidor soteropolitano viu os preços médios da gasolina aumentarem 17,48%. Para entender o impacto disso na vida das pessoas, basta lembrar no início de janeiro, R\$ 100 eram suficientes para o condutor de um veículo com um consumo médio de 10 quilômetros (km) por litro rodar 214 km. Hoje, quem chega em um posto de combustíveis com a mesma nota da garoupa, roda 181 km, levando-se em conta o preço médio de R\$ 5,519. Mas sem esquecer que em alguns postos o produto já é encontrado a R\$ 5,99 o litro.

Entender o cenário que levou a gasolina aos atuais patamares de preço é bem mais simples que encontrar uma solução para o problema. O produto é fornecido no Brasil quase que totalmente por uma mesma empresa: a Petrobras. A estatal estabeleceu como critério para cobrança os preços no mercado internacional, mais os seus custos com o transporte. No mercado internacional, os preços do petróleo estão nas alturas, fato que se repete no caso do dólar, moeda base nas negociações.

Depois que deixa as refinarias da Petrobras, incidem tributos federais e estaduais, além das margens das empresas que fazem a distribuição e a revenda para o consumidor final.

Em meio a um cenário desconfortável para a população sobram acusações. Há quem culpe a política de preços adotadas pela Petrobras, principal produtora nacional, outros direcionam as acusações para a tributação federal e estadual que incide sobre os produtos e sobra também para as empresas que atuam nas etapas intermediárias de distribuição e vendas dos produtos. Fato é que a gasolina está tão cara que o bordão “fique em casa” ganha ares de regra para a sobrevivência financeira também.

Embora a expectativa para a inflação neste ano seja para um aumento de 3,53% no custo de vida, a alta nos preços dos combustíveis e dos alimentos deve se refletir numa alta acima de 6% entre os junho de 2020 e maio de 2021, o que deve contribuir para o mal-estar da população com relação à dinâmica de preços esse ano.

Na última quinta-feira (dia 11), o Sindicombustíveis Bahia, entidade sindical que representa os postos de revenda no estado, divulgou uma nota para informar que o governo do estado aumentou por três vezes este mês o preço de referência para a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alcançando um aumento acumulado de 36% desde 1º de fevereiro. A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) explicou que não fez qualquer alteração na alíquota, que permanece em 28%, e apenas elevou o valor usado para calcular a cobrança proporcionalmente aos aumentos.

O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, ressaltou em nota que os três reajustes da carga tributária foram aplicados em curto espaço de tempo e pede uma revisão da política tributária sobre os combustíveis no estado. “Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Com todos esses aumentos, todos saem perdendo”, acredita.

“As alegações do sindicato não procedem no que toca ao valor de referência para a cobrança do ICMS de combustíveis, já que este meramente adequa a cobrança do imposto aos valores reais de mercado. As alíquotas do ICMS para os combustíveis continuam as mesmas na Bahia nos últimos anos”, respondeu a Sefaz em nota.

Nacionalmente o clima é o mesmo. Nas discussões sobre o preço do diesel, que segue a mesma lógica de variações da gasolina, o presidente Jair Bolsonaro culpou os governadores por não reduzirem as alíquotas de ICMS nos estados. A resposta é que as alíquotas são fixas e os valores cobrados variam de acordo com os preços estabelecidos pela Petrobras, estatal federal.

Política de preços

Em 14 de outubro de 2016, a Petrobras, apresentou ao mercado uma nova política de preços: a Política de paridade de preços de importação (PPI). “A diretoria executiva definiu que não praticaremos preços abaixo desta paridade internacional”, informou a empresa em nota. As mudanças ocorreriam “pelo menos uma vez por mês”.

Naquela época, os derivados do petróleo importados já tinham uma expressiva participação no mercado nacional, com uma média de 14%, chegando a 28% no caso da gasolina. A parte final da equação dos preços foi apresentada pela Petrobras no último parágrafo de seu comunicado: “Como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, as revisões feitas pela Petrobras nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Isso dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de petróleo, especialmente distribuidoras e postos de combustíveis”.

Em 2018, a petroleira brasileira chegou a vender combustível no mercado doméstico abaixo da paridade internacional e precisou responder por isso no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Mas o que havia de errado? A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) sugeriu que a empresa estatal estava usando preços predatórios para eliminar os importadores do mercado – única alternativa dos consumidores.

Foi a partir de um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) que a empresa se comprometeu a vender refinarias, incentivando a entrada de concorrentes no mercado.

Recentemente, a empresa lançou um hotsite para esclarecer dúvidas a respeito da sua atuação no mercado e repete as mesmas explicações para a sua atuação apresentadas lá em 2016. “Os preços são livres nos postos e somos apenas um dos agentes na produção e na comercialização da gasolina no Brasil”, responde em nota a empresa, questionada sobre a sua participação na definição dos preços dos combustíveis.

A Petrobras defende que os derivados de petróleo são commodities e têm seus preços atrelados aos mercados internacionais, cujas cotações variam diariamente. “É importante acompanharmos o mercado para que possamos competir de forma eficiente no mercado brasileiro com os nossos concorrentes, principalmente os importadores, cujos preços podem variar diariamente”, justifica.

Crítica

O economista Uallace Moreira, do Centro de Economia Política do Petróleo (Ceppetro), acredita que o país chegou a este cenário por conta do avanço de uma visão de mais focada no mercado financeiro. “A PPI e as privatizações anunciadas são medidas que atendem interesses do mercado financeiro, mas em um momento como o atual nos deixa reféns dos preços praticados no exterior e acaba encarecendo produtos fundamentais, como a gasolina, o diesel e o gás de cozinha”, enumera.

Moreira acredita que desonerações, como a que foi concedida por dois meses pelo governo federal para o diesel, são apenas paliativos. “O Brasil precisa ampliar a sua estrutura de refino para atender às demandas de mercado e historicamente a única grande empresa que fez isso foi a Petrobras”, lembra. “Investimentos em refino interno iriam permitir que a empresa administre melhor as variações internacionais, para não transferir por completo essas variações para o mercado interno”, acredita.

Ele acredita que o cenário atual, de alta do petróleo e do dólar em relação ao real deve levar o governo a aumentar a taxa básica de juros da economia, a Selic, para atrair dólar. Entretanto, acredita que se trate de outra solução apenas no curto prazo. “O ideal é fortalecer cadeia produtiva”, defende. “A gasolina chegou a R\$ 8,5 no Acre”, lembra.

Dependência

O economista Gustavo Pessoti, vice-presidente do Conselho Regional de Economia na Bahia (Corecon-Ba) explica que os efeitos das altas nos preços dos combustíveis vão além do desconforto e o aperto no orçamento dos motoristas. “Desde os anos 50 do século passado, definiu-se que o principal modal de transporte no Brasil, de forma equivocada, priorizou uma integração pelas rodovias”, destaca. Ele lembra que isso causa desde problemas de competitividade para o setor produtivo até o aperto nas contas domésticas.

Pessoti lembra que a pesquisa Contas Nacionais registra que 61% de todas as movimentações de mercadorias realizadas no país em 2019 foram feitas com transporte rodoviário. Na Bahia, complementa, o número chega a 83%. “A elevação dos combustíveis eleva os custos de frete dos transportes, que é essencialmente feito por rodovias e isso é repassado para os preços das mercadorias”, explica. “Alta de combustíveis tem um efeito nefasto para a economia porque aumenta o risco de inflação elevada e isso é tudo o que nós não precisamos neste momento”, avisa.

O economista destaca quatro fatores para explicar a alta de preços dos combustíveis. Ele lembra que só este ano, o barril do petróleo já registrou uma alta de 8%. “Sobem os preços do barril, o primeiro reflexo é esta elevação, explica.

O segundo aspecto, lembra, é uma relação de oferta e demanda. Mesmo com a pandemia, há uma movimentação de cargas rodoviárias e isto pressiona os preços. “Com o trabalho remoto e o isolamento, há necessidade de ativação maior do transporte de carga. A escala do aumento da demanda tem sido crescente”, diz.

Um terceiro fator apontado é a quantidade de petróleo importado pela Petrobras. “Numa estratégia de protelar o esgotamento de suas fontes próprias, a Petrobras importa parte do petróleo que refina. É uma estratégia de uma companhia que tem capital aberto e que está buscando sua valorização”, destaca.

O quarto fator, destaca o economista, seria o aumento de margem em outras etapas da cadeia. “Você tem aumentos nas refinarias, mas existe um aumento nas margens das distribuidoras também”, credita.

Segundo Gustavo Pessoti, apesar de ser elevada, a carga tributária não explica o aumento nos preços. “É um percentual alto, que chega a quase 40%, mas é algo que sempre foi assim. O que mudou recentemente foram os preços internacionais, este aumento de demanda e também de margem em muitos casos”, diz.

Como é formado o preço da gasolina

Preço da gasolina comum nas refinarias 28,3%

Tributos estaduais (ICMS) 12,2%

Tributos Federais (Pis/Pasep, Cofins e Cide) 15,9%

Preço do etanol anidro 29,0%

Margem bruta de revenda 3,0%

Custo de transporte e margem de distribuição 11,6%

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)

ECONOMIA

COMBUSTÍVEIS: SINDICOMBUSTÍVEIS DIZ QUE A BAHIA REAJUSTOU ICMS 36%

Veja porque a gasolina é cara na Bahia

Tasso Franco , da redação em Salvador | 11/03/2021 às 10:54



Veja porque a gasolina é cara na Bahia

Foto: BJA

A revenda de combustíveis, além dos reajustes constantes da gasolina e do diesel pela Petrobras, tem enfrentado aumentos na carga tributária de todos os produtos. Desde o dia 1º de fevereiro até hoje (11/03), o imposto estadual (ICMS) da gasolina subiu 36%, representando R\$ 0,39 no custo de aquisição do produto. Já o diesel, tipos S 10 e S 500, teve reajuste de 15%, representando um aumento de R\$ 0,09 no custo de aquisição. O ICMS do etanol aumentou em 20%, representando um reajuste de R\$ 0,14 no seu custo.

O imposto estadual da gasolina e do etanol aumentou no dia 1º de fevereiro e 1º de março, sendo que o da gasolina voltou a ser reajustado pelo Governo do Estado da Bahia, na terça (09/03). Com o aumento da base de cálculo do ICMS dos combustíveis, o custo da carga tributária do imposto estadual no litro da gasolina passa de R\$ 1,2430, valor praticado no início do ano, para R\$ 1,6340. No diesel S 500 passa de \$ 0,6050 para R\$ 0,6950 e o diesel S 10 de R\$ 0,6140 para R\$ 0,7040.

|

O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, ressalta que os três reajustes da carga tributária foram aplicados em curto espaço de tempo e reivindica uma revisão da política tributária sobre os combustíveis no Estado da Bahia. “Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Como todos esses aumentos, todos saem perdendo: a sociedade que vai pagar mais caro pelos combustíveis e outros produtos e serviços; o Estado, que tem uma queda na arrecadação, provocada pela drástica redução do consumo, além dos funcionários com a redução dos postos de trabalho e o empresário, que cada dia vende menos”, lamenta.

Veículo: Política Livre	
Data: 13/03/2021	



13 de março de 2021 | 07:33

Após isenção de impostos federais, 18 estados e DF aumentam ICMS sobre o diesel

economia

Mesmo após a isenção de impostos federais, 18 estados e o Distrito Federal aumentarão, a partir de segunda-feira (15), o preço de referência para a cobrança de ICMS sobre o óleo diesel. Também isento de impostos há duas semanas, o botijão de gás terá elevação de tributos estaduais em 12 estados e no DF.

Na segunda semana após a isenção, o litro do diesel foi vendido nos postos brasileiros a um preço médio de R\$ 4,232, praticamente estável em relação aos R\$ 4,230 da semana anterior, mas 1,14% acima dos R\$ 4,184 verificados na semana anterior ao decreto que zerou o PIS/Cofins sobre o produto.

Os dados indicam que o benefício de R\$ 0,30 por litro com a isenção foi anulado por novos reajustes da Petrobras nas refinarias —no quinto aumento do ano, na semana passada, foram R\$ 0,15 por litro— e pelo aumento da mistura de biodiesel no combustível vendido nos postos.

O aumento do ICMS surge, portanto, como mais um entrave ao repasse do benefício anunciado na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), em esforço para conter a insatisfação dos caminhoneiros.

O ICMS dos combustíveis é cobrado sobre um preço de referência definido pelas secretarias estaduais de Fazenda a cada 15 dias. Sobre esse valor, incidem alíquotas que vão de 12% a 15%, dependendo do estado — em São Paulo, por exemplo, a alíquota é de 13,3%.

Os estados alegam que o preço de referência, conhecido como PMPF (preço médio ponderado ao consumidor final), é calculado com base em uma pesquisa do preço de venda nos postos. Assim, eventuais elevações ou cortes responderiam às flutuações do mercado.

O modelo é questionado por Bolsonaro, que há um mês enviou ao Congresso um projeto de alteração na cobrança do ICMS, criando uma alíquota fixa em reais. O governo defende que o sistema atual retroalimenta a alta de preços, já que o imposto sobe quando o preço está alto, provocando novos repasses às bombas.

A proposta de Bolsonaro é apoiada pelo setor de combustíveis, mas enfrenta resistência dos estados que alegam perda de capacidade de gestão tributária.

Segundo ato do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), apenas Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco manterão o PMPF inalterado na segunda quinzena de março.

Nenhum estado decidiu acompanhar o governo federal e reduzir o imposto.

O ato do Confaz sobre o PMPF mostra que, além do Distrito Federal, aumentarão o imposto: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Combustíveis: ICMS tem terceiro aumento na Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A revenda de combustíveis, além dos reajustes constantes da gasolina e do diesel pela Petrobras, tem enfrentado aumentos na carga tributária de todos os produtos. Desde o dia 1º de fevereiro até hoje (11/03), o imposto estadual (**ICMS**) da gasolina subiu 36%, representando R\$ 0,39 no custo de aquisição do produto. Já o diesel, tipos S 10 e S 500, teve reajuste de 15%, representando um aumento de R\$ 0,09 no custo de aquisição. O **ICMS** do etanol aumentou em 20%, representando um reajuste de R\$ 0,14 no seu custo.

O imposto estadual da gasolina e do etanol aumentou no dia 1º de fevereiro e 1º de março, sendo que o da gasolina voltou a ser reajustado pelo **Governo do Estado da Bahia**, na terça (09/03). Com o aumento da base de cálculo do **ICMS** dos combustíveis, o custo da carga tributária do imposto estadual no litro da gasolina passa de R\$ 1,2430, valor praticado no início do ano, para R\$ 1,6340. No diesel S 500 passa de \$ 0,6050 para R\$ 0,6950 e o diesel S 10 de R\$ 0,6140 para R\$ 0,7040.

O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, ressalta que os três reajustes da carga tributária foram aplicados em curto espaço de tempo e reivindica uma revisão da política tributária sobre os combustíveis no Estado da Bahia. 'Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Como todos esses aumentos, todos saem perdendo: a sociedade que vai pagar mais caro pelos combustíveis e outros produtos e serviços; o Estado, que tem uma queda na **arrecadação**, provocada pela drástica redução do consumo, além dos funcionários com a redução dos postos de trabalho e o empresário, que cada dia vende menos', lamenta.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Bocão News	
Data: 15/03/21	<u>Cita Secretário</u>



POLÍTICA

Deputados votam nesta segunda-feira autorização para empréstimo de R\$ 1,5 bi ao governo da Bahia



15 de Março de 2021 às 05:55

Por: Divulgação Por: Redação BNews

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) inicia a discussão, nesta segunda-feira (15), às 15h, do pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhões ao Banco do Brasil solicitado pelo governo do estado. O objetivo é investir na infraestrutura.

"Os membros das comissões de Orçamento e de Constituição e Justiça, mais os líderes Rosemberg Pinto (PT) e Sandro Régis (DEM) se reuniram com o secretário da Fazenda Manoel Vitorino para debater a proposta, que é para manter os investimentos públicos e compensar os gastos com a Covid-19, que já chegam a R\$ 1,8 bilhão", disse o presidente da AL-BA, Adolfo Menezes (PSD).

O empréstimo, de acordo com o titular da Secretaria da Fazenda, é para fazer face às necessidades de investimentos em obras de infraestrutura, já que o governo do estado teve que arcar com gastos no combate à pandemia.

“O governo do estado possui boa saúde financeira e o governador Rui Costa necessita dos recursos para tocar importantes obras de mobilidade urbana e infraestrutura, como a ponte Salvador-Itaparica, o VLT do Subúrbio, novos ramais do Metrô e a nova Rodoviária de Salvador”, justifica o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto (PT).

Satélite

*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redabahia.com.br @satelite

Chuva de bilhão

A Assembleia Legislativa deve decidir a partir de hoje se aprova o regime de urgência para votar o novo pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão do governo da Bahia junto ao Banco do Brasil. A proposta enfrenta forte resistência da oposição por causa do já alto do endividamento do estado.

ECONOMIA

COMÉRCIO E INDÚSTRIA BAIANAS QUEREM ISENÇÕES IMPOSTOS DO ESTADO E PMS

Entidades do Comércio e da Indústria reivindicam medidas emergenciais ao Governo do Estado e Prefeitura de Salvador para salvar as empresas

Tasso Franco, da redação em Salvador | 13/03/2021 às 15:12



Lockdown quebrou a cadeia produtiva

Foto: BJÁ

Por meio de ofícios enviados ao Governador da Bahia, Rui Costa, e ao Prefeito de Salvador, Bruno Reis, as entidades do comércio - Fecomércio-BA, FCDL Bahia, CDL Salvador e Associação Comercial da Bahia –, a Abrasce (Associação do Shoppings Centers – capítulo Bahia) e a FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia) pleiteiam isenções, parcelamento de impostos, entre outras medidas urgentes, a fim de que as empresas baianas possam sobreviver e manter empregos. As entidades manifestam que são contrárias ao lockdown do comércio e defendem o início do plano de retomada das atividades econômicas, de forma responsável, seguindo os protocolos. Os reflexos da crise já refletem na cadeia produtiva da indústria, uma vez que o comércio não absorve mais, da mesma forma, a produção industrial.

Dentre os 16 pleitos enviados ao Governo do Estado, destacam-se o parcelamento de tributos; prorrogação automática de licenças, certidões e do prazo de recolhimento do ICMS para estabelecimentos prejudicados pela crise sanitária. As entidades também sugerem a isenção do recolhimento da parcela referente ao ICMS no Simples Nacional durante a pandemia, além da manutenção da isenção de ICMS para promotores de feiras e a criação de Programa de Refinanciamento de Dívidas para Débitos Vencidos até 28/02/2021, com parcelamento das dívidas de ICMS em até 60 meses.

No que diz respeito ao crédito, é solicitada a criação de linha na Desenbahia para financiamento da folha e capital de giro, além de um fundo de aval a ser operado pela agência de fomento estadual. São pleiteadas, ainda, a isenção da conta de água de todos os estabelecimentos dos setores afetados pela pandemia, incluindo os débitos de água de março/2020 até o fim de fevereiro de 2021, além da isenção da tarifa de contingência.

Ao Prefeito de Salvador, as entidades representantes do setor produtivo pleiteiam auxílio de R\$1 mil a trabalhadores desempregados, assim como feito ao Governo do Estado. Também pedem suspensão dos atos administrativos de cobranças de dívidas protestadas; parcelamento de tributos; prorrogação automática de licenças obrigatórias, certidões e do prazo de recolhimento de TFF e IPTU, entre outras medidas.

Para o retorno imediato das atividades em Salvador, as instituições apoiam a criação de um escalonamento para o funcionamento das empresas, dividido por atividades (comércio de rua, shoppings centers e centros comerciais) com diferenciações para cada área geográfica, contribuindo para minorar as aglomerações no serviço de transporte público.

Segundo cálculos do consultor Dietmar Schupp, o aumento médio é de 4,4% para o diesel S-10, mais vendido no país, e de 5,1% para o diesel S-500, mais poluente e por isso só vendido em postos de estrada.

Os mesmos estados que anunciaram elevação do preço de referência usado para calcular o ICMS do diesel farão o mesmo com a gasolina, com alta média de 4,4% no caso da gasolina comum e de 3,2% no caso da gasolina premium.

Segundo a ANP, o litro da gasolina foi vendido no país a um preço médio de R\$ 5,492 na semana passada, alta de 3,8% em relação à semana anterior. O produto já sofreu seis reajustes nas refinarias da Petrobras em 2021 e foi o principal fator de pressão na aceleração do IPCA, que fechou fevereiro em 0,86%.

A sequência de reajustes nos preços dos combustíveis foi o motivo declarado por Bolsonaro para substituir o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pelo general Joaquim Silva e Luna, hoje no comando de Itaipu. Criticada pelo mercado, a troca será sacramentada em assembleia de acionistas da estatal no dia 12 de abril.

Bolsonaro também anunciou isenção de PIS/Cofins sobre o gás de cozinha, o que garantiria um desconto de R\$ 2,80 por botijão. Mesmo assim, o preço médio do botijão subiu 2,3% na semana passada, segundo a ANP, para R\$ 83,34. Desde a isenção de impostos federais, a alta acumulada é de 3,3%.

Entre os estados que elevaram o preço de referência para cobrança de ICMS sobre o produto, a alta média foi de 1,3%. O cálculo do PMPF segue o mesmo modelo dos combustíveis automotivos, de pesquisas no preço de revenda do produto.

Segundo empresas do setor, o atraso nos repasses da isenção de impostos ao consumidor é fruto da falta de regulamentação da portaria que instituiu o benefício. Responsável pelo recolhimento do imposto em suas refinarias, a Petrobras não sabe o volume que seus clientes envasarão em botijões de 13 quilos, elegíveis à isenção, ou quanto venderão a granel.

Assim, a empresa passou os primeiros dias da isenção emitindo notas com o imposto cheio. Após negociações, o setor estabeleceu um modelo de auto-declaração, no qual as distribuidoras informam à Petrobras o volume que pretendem destinar aos botijões.

A Receita Federal disse à Folha que a isenção já pode ser aplicada desde a publicação do decreto, “bastando uma declaração da empresa distribuidora adquirente com a previsão de consumo deste item (botijão de 13 kg)”. Uma regulamentação definitiva do decreto, afirmou a Receita, está em curso e deve ser concluída em breve.

A reportagem procurou o Consefaz (Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda) para comentar o assunto mas não teve resposta até a publicação deste texto.

Veículo: Política Livre	
Data: 15/03/2021	



Confaz prorroga incentivos fiscais para remédios e material de saúde

economia

Medicamentos e materiais de saúde continuarão a pagar menos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou a prorrogação de 228 incentivos fiscais do ICMS que venceriam no fim do mês.

Se os benefícios não fossem estendidos, uma série de itens teria aumento expressivo de preços a partir de abril. O encontro ocorreu na última sexta-feira (12), mas a informação só foi divulgada nesse domingo (14) pelo Ministério da Economia.

Os benefícios fiscais abrangem diversas atividades e setores da economia. Entre as medidas prorrogadas estão a isenção de ICMS para a compra de medicamentos, insumos e equipamentos para a prestação de serviços de saúde. Também foi estendida a isenção do imposto para a compra de veículos adaptados por pessoas com deficiência.

Outros incentivos prorrogados foram a redução na tributação nas vendas dos seguintes produtos: insumos agropecuários, refeições, equipamentos industriais e aeronáuticos, implementos agrícolas e materiais de construção, entre outros.

As decisões do Confaz precisam ser tomadas por consenso entre os estados e o Distrito Federal. De acordo com o órgão, o acordo decorreu de negociação entre o Ministério da Economia, representado pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, e os secretários estaduais de Fazenda, liderados pelo secretário Rafael Fonteles, do Piauí.

Em nota, o Ministério da Economia e o Confaz afirmaram que a prorrogação dos benefícios permite a manutenção das atividades de vários setores da economia num momento de agravamento da pandemia de covid-19. Segundo a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, o acordo representa uma das ações mais importantes para a retomada do crescimento econômico neste ano.

Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/03/21	



CONTRIBUENTES BAIANOS JÁ PODEM IMPUGNAR DÍVIDAS DE IPVA EM SITE



admin 12 Março, 2021

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas de IPVA inscritas em Dívida Ativa e que desejam impugná-las podem fazer isso por meio de um requerimento eletrônico, através do site da Procuradoria Geral do Estado (PGE), após o serviço ter sido disponibilizado nesta semana.

Como preencher o requerimento

Para preencher o requerimento eletrônico, o contribuinte deve acessar o SAC Digital ou o web service da PGE no site da Procuradoria, clicar em Consultar Situação, digitar o CPF e/ou o RENAVAM do veículo.

Em seguida, ainda na página de consulta, ele irá selecionar o respectivo débito e efetuar o requerimento para contestação, gerando automaticamente um processo administrativo, que irá diretamente para o setor responsável para ser analisado. Sendo acatada a contestação, as providências cabíveis serão adotadas, e assim, a resolução do problema será feita toda por via eletrônica.

Além disso, o novo serviço permite que o devedor acompanhe todo o andamento do processo e seus desdobramentos, sem que seja preciso de dirigir à PGE ou a **Sefaz**, em casos que não demandem providências que fogem da competência da Procuradoria.

Contribuintes do Estado da Bahia já podem impugnar dívidas de IPVA de forma eletrônica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas de **IPVA** inscritas em **Dívida Ativa** e que, por algum motivo, desejam impugná-las já podem fazer isso por meio de um requerimento eletrônico, através do site da **Procuradoria Geral do Estado (PGE)**.

O serviço foi disponibilizado esta semana pela **PGE** com o objetivo facilitar a vida do cidadão, tornando dispensável a ida à sede do órgão para resolver a questão. A nova ferramenta torna ainda o processo mais célere, uma vez que o mesmo tramitará integralmente de forma eletrônica.

Para preencher o requerimento eletrônico, o contribuinte deve acessar o **SAC Digital** ou o web service da **PGE** no site da Procuradoria, clicar em Consultar Situação, digitar o CPF e/ou o Renavam do veículo.

Em seguida, ainda na página de consulta, ele irá selecionar o respectivo débito e efetuar o requerimento para contestação, gerando automaticamente um processo administrativo, que irá diretamente para o setor responsável para ser analisado. Sendo acatada a contestação, as providências cabíveis serão adotadas, ou seja, a resolução do problema será feita toda por via eletrônica.

O novo serviço permite, inclusive, que o devedor acompanhe todo o andamento do processo e seus desdobramentos.

'Nossa ideia é fazer com que o cidadão possa resolver a questão na comodidade da sua casa, sem ter que se dirigir à **PGE** ou Sefaz, a não ser que a situação demande alguma providência que foge da competência da Procuradoria', afirmou o procurador do Estado Bruno Costa.

O procurador pontuou ainda que a **PGE** tem se empenhado para disponibilizar serviços e informações sobre **IPVA** a população utilizando a comodidade do **SAC Digital** e ferramentas eletrônicas, agilizando, desta forma, sua prestação de serviços. Também de acordo com Bruno Costa, a **PGE** irá disponibilizar, em breve, para o contribuinte a carta de anuência eletrônica.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAC Digital | Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria Geral do Estado, Dívida Ativa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Bocão News	
Data: 14/03/21	<u>Cita Sefaz</u>



SERVIÇOS

Contribuintes do Estado da Bahia já podem impugnar dívidas de IPVA de forma eletrônica



14 de Março de 2021 às 07:15 Por:

Camila Souza/GOVBA Por: Redação BNews

Contribuintes do Estado da Bahia que possuem dívidas de IPVA inscritas em Dívida Ativa e que, por algum motivo, desejam impugná-las já podem fazer isso por meio de um requerimento eletrônico, através do site da Procuradoria Geral do Estado (PGE). O serviço foi disponibilizado esta semana pela PGE com o objetivo facilitar a vida do cidadão, tornando dispensável a ida à sede do órgão para resolver a questão. A nova ferramenta torna ainda o processo mais célere, uma vez que o mesmo tramitará integralmente de forma eletrônica.

Para preencher o requerimento eletrônico, o contribuinte deve acessar o SAC Digital ou o web service da PGE no site da Procuradoria, clicar em Consultar Situação, digitar o CPF e/ou o RENAVAM do veículo. Em seguida, ainda na página de consulta, ele irá selecionar o respectivo débito e efetuar o requerimento para

contestação, gerando automaticamente um processo administrativo, que irá diretamente para o setor responsável para ser analisado. Sendo acatada a contestação, as providências cabíveis serão adotadas, ou seja, a resolução do problema será feita toda por via eletrônica.

O novo serviço permite, inclusive, que o devedor acompanhe todo o andamento do processo e seus desdobramentos. “Nossa ideia é fazer com que o cidadão possa resolver a questão na comodidade da sua casa, sem ter que se dirigir à PGE ou Sefaz, a não ser que a situação demande alguma providência que foge da competência da Procuradoria”, afirmou o procurador do Estado Bruno Costa.

O procurador pontuou ainda que a PGE tem se empenhado para disponibilizar serviços e informações sobre IPVA a população utilizando a comodidade do SAC Digital e ferramentas eletrônicas, agilizando, desta forma, sua prestação de serviços. Também de acordo com Bruno Costa, a PGE irá disponibilizar, em breve, para o contribuinte a carta de anuência eletrônica.

União reduz contratação de servidores e concentra admissão em temporários

Entre 2016 e 2020, ingresso de trabalhadores para a máquina pública caiu 42,11%

Por Edna Simão — De Brasília

15/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Contratações restritas

Governo federal tem priorizado servidores públicos temporários - em mil



Fonte: Painel estatístico de pessoal do Ministério da Economia

Nos últimos anos, especialmente em 2020, o governo federal reduziu drasticamente as contratações de servidores públicos federais, que quando necessárias se concentraram no preenchimento de vagas temporárias.

De 2016 para 2020, o número de ingressos de trabalhadores para a máquina pública teve um recuo de 42,11% passando de um total de 79.397 para 45.976. Os dados fazem parte do painel estatístico de pessoal e foram levantados à pedido do **Valor** pelo Ministério da Economia.

Durante o período houve uma mudança gradual no perfil dos ingressos dos trabalhadores devida à restrição fiscal. No passado, ainda houve um fator adicional: a pandemia de covid-19. As vagas preenchidas por meio de concurso público caíram de 23.446 em 2016 para 6.699 em 2020. No caso dos temporários, também houve um recuo, porém num patamar menor, passando de 22.902 para 16.172.

“Acho natural que em uma situação fiscal delicada o governo modere nas contratações. A gente deveria avançar na prestação de serviços de forma digital o que tende a gerar alguma racionalização de despesa com pessoal”, diz o economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV. “Mas é difícil dizer até que ponto essa tendência é sustentável. Para verificarmos isso, teríamos que ver como essa força de trabalho está envelhecendo e se isso está causando perdas relevantes em órgãos específicos.”

Somente em 2020, a baixa no ingressos no serviço público foi de 25,5% ante 2019 devido a medidas adotadas pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional para impedir a utilização de recursos liberados para o combate dos efeitos da covid-19 para o pagamento de folha de pagamentos de Estados e municípios. Esse foi o caso da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que proibiu, até 31 de dezembro deste ano, que União, Estados e municípios criassem novos cargos, empregos e funções que implicassem aumento de gasto e vetou a realização de concursos públicos, exceto para reposições de funcionários que se aposentaram e contratação de temporários.

No que diz respeito a contratação de temporários em 2020 (16.172) ter mais que dobrado em relação ao preenchimento de vagas por meio de concurso (6.699), o ministério ressaltou, por exemplo, que foram realizadas as contratações de mais de 5 mil temporários para atender à situação de emergência na saúde pública em decorrência da pandemia de covid-19.

O gasto com pessoal é uma das despesas mais pesadas da União, perdendo apenas para o pagamento de aposentadorias e pensões. No ano passado, o governo encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma administrativa que prevê a criação de cinco novas formas de contratação de servidores públicos, restringe o benefício da estabilidade, facilita demissão e acaba com vários chamados

“penduricalhos”. As mudanças valem apenas para os futuros servidores e não atinge os “membros” de outros Poderes como deputados, senadores, juízes e promotores. Os militares também ficam de fora da proposta do governo.

Enquanto aguarda a aprovação da reforma, a tendência é que a reposição de aposentados no serviço não seja atendida em sua integralidade. Além disso, poderá haver uma ampliação da contratos temporários. Com a reforma administrativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende economizar R\$ 450 bilhões ao longo de dez anos.

Segundo Pires, a reforma administrativa deveria alongar as carreiras, criar novas formas de contratação e alongar o estágio probatório para que o governo pudesse avaliar melhor seus funcionários aperfeiçoando a avaliação do desempenho. “Isso tende a aumentar a produtividade e reduzir o custo de folha”, destacou. O governo tem dito que esses pontos serão tratados na regulamentação da reforma.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Avanço da covid-19 no Brasil assusta e preocupa países vizinhos na América do Sul

O Peru suspendeu voos de ida e volta ao país, o Uruguai está enviando doses extras de vacinas para cidades fronteiriças, e o Chile agora coloca quem chega do Brasil em hotéis especiais de quarentena

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro

A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

PIB cresce apenas 3% e a agropecuária 23,2%. Quais são as lições ?

Um estudo realizado pela Abag* e publicado na Agrishow digital revela que ao longo da década passada (de 2011 a 2020) tivemos um crescimento significativo da agropecuária brasileira, enquanto o PIB do país definhava, repetindo a década perdida dos anos 80.

Quais são as lições? Primeiro, o país tem muito a aprender como um todo, prestando atenção no empreendedorismo e cooperativismo da agricultura e da pecuária. Na própria Bahia temos os exemplos de progresso marcantes no oeste e outros com potencia-

lidades extraordinárias no extremo sul, no sul, nos cafés especiais, na indústria das árvores plantadas, frutas, sem esquecer do que já mencionamos nesta coluna, um exemplo na caatinga em Canudos e região, a CooperCuc, agregando valor aos frutos do sertão e exportando compostas e doces para o mundo.

O que o Brasil pode aprender com a agropecuária que cresceu 23,2% enquanto o PIB apenas 3%? Ciência, tecnologia, educação, produtividade, brasileiros corajosos e famílias que têm desenvolvido o Brasil Central, Nordeste, Oeste,

Norte, Sul e Sudeste. E fizeram isso sob dificuldades, com dramas logísticos, sofrimentos, suor, lágrimas, mas realizaram e têm realizado.

O farol amarelo é intenso para a necessidade de um planejamento estratégico

O lado triste da informação é que, se podemos celebrar a agropecuária, podemos pelo Brasil nas demais atividades chorar. Em 2020

A agropecuária pode nos inspirar e ser a alavanca de sistemas entre as cadeias

o PIB do país caiu 4,1%. O da agropecuária cresceu 2%, foi o único positivo, enquanto a indústria perdeu 3,5% e os serviços caíram 4,5%.

O farol amarelo é intenso e as trombetas soam fortes para a necessidade de um planejamento estratégico integrado das cadeias produtivas do agronegócio, para que a partir delas possamos gerar modelos e progresso para toda a indústria, comércio e serviços do país, além de manter mais forte ainda a agropecuária com inclusão de ainda milhões de pequenos no mercado.

Não podemos tolerar a no-

va década que se inicia aqui e agora 2021, seja de novo tenebrosa para o crescimento do PIB brasileiro que não suportará percentuais de apenas 2% a 3% anuais, positivos. Tem que dobrar.

A agropecuária pode nos inspirar e ser a alavanca de sistemas onde as cadeias produtivas conversem em si e entre si. E com isso impulsionem toda a economia e a felicidade dos brasileiros.

Aprender ou não aprender, eis a questão.

*ESTUDO REALIZADO POR LUIZ ANTÔNIO PINAZZA

MERCADO Entre as causas da alta na demanda estão a mudança de hábitos e elevação do preço de outras proteínas

Consumo de ovos no Brasil cresce 8,7%

MIRIAM HERMES

Mudança de hábitos e o aumento do preço de outras proteínas são algumas das causas apontadas para o crescimento do consumo per capita de ovos pelos brasileiros, passando de 230, em 2019, para 250 em 2020, aumento de 8,7%, enquanto a média mundial é de 230 ovos/ano/habitante conforme a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Os dados são da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que estima novo aumento em 2021 e registrou a produção de 53,5 bilhões de ovos em 2020, um crescimento de 8,5% sobre 2019, quando o País produziu 49 bilhões de unidades. Ainda conforme a entidade, a Bahia ocupa a 11ª colocação entre as unidades federativas no alojamento de galinhas poedeiras.

Os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam o incremento da produção no estado de 32.982 dúzias, nos 3 primeiros trimestres de 2019, para 42.001 dúzias, no mesmo período de 2020. O número do quarto semestre deve ser publicado ainda este mês para fechar os dados de 2020.

A região oeste é um dos principais polos produtores de ovos do estado, com grandes empreendimentos privados. Em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães foram produzidos 16.198 dúzias em 2019, movimentando R\$ 46.599, segundo o IBGE, que apontou em R\$ 313.222 mil o movimento do setor no estado naquele ano.

“Temos vantagem com a proximidade das fazendas que produzem soja e milho, dois componentes importantes para a ração”, disse o gerente de granja, Paulo Pinduca. Sem citar números ele destacou que a região oeste deve seguir a tendência de alta dos últimos anos.

Com valor ao consumidor estabilizado nos últimos meses, muitas famílias optaram por ele como fonte de proteína. “Os ovos tiveram aumento de preços no ano passado, logo no início da pandemia. Mas ao longo do ano foram normalizando”, disse o supervisor das pesquisas agropecuárias do IB-



Ovos do tipo caipira de produtores de Juazeiro

André Frutuoso / Divulgação

Consumo per capita de ovos pelos brasileiros passou de 230 unidades, em 2019, para 250, em 2020

A região oeste do estado é um dos principais polos produtores de ovos da Bahia

GE/Bahia, Augusto Barreto.

Para a professora de educação física Fabiana Conceição, o aumento dos preços das carnes em geral é um dos fatores para o crescimento também do consumo de ovos. “Mas não é só isso. Existe também a mudança nos costumes alimentares para dietas mais saudáveis. Eu recomendo sempre para meus alunos da academia”, disse, acrescentando que, por ser de fácil e rápido preparo, “também acaba sendo a preferência de muitas pessoas com pouco tempo”.

De quintal

Embora sem dados específicos sobre a produção de ovos não industriais na Bahia dentro do total registrado pelo IBGE e demais instituições que acompanham o setor, existe um movimento crescente em torno da atividade diferenciada.

No ano passado, já em ple-

na pandemia, a Agronor, uma empresa de Lafaiete Coutinho, foi a primeira da Bahia e do Nordeste a ter certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa) para comercializar ovos caipira para todo País”, lembrou o coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Wesley de Angeli Ferraz.

O órgão faz parte da estrutura da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, da Secretaria de Desenvolvimento Rural (Car/SDR), que desenvolve projetos de incentivo à produção de ovos tipo caipira entre pequenos produtores da agricultura familiar dentro do programa Bahia Produtiva e Pró- Semiárido.

Um dos exemplos foi a adequação do empreendimento para a Cooperativa Agropecuária Familiar de Mossoroca e Região (Coofama) na co-

munidade de Canoa, em Juazeiro. “Foram R\$ 409 mil que garantiram acesso ao selo de inspeção sanitária, facilitando a comercialização dos ovos”, destacou.

O engenheiro agrônomo enfatizou que no total foram investidos R\$ 21 milhões em pequenos projetos de diversos municípios, alcançando 75 associações e cooperativas, com produção estimada em torno de 40 mil dúzias/dia, em 1.500 unidades de produção, através do Bahia produtiva.

Caipira e orgânico

Os ovos ‘de quintal’, embora geralmente pouco menores que os industriais, são cobicados por consumidores mais exigentes e de poder aquisitivo mais alto, que pagam pelo produto diferenciado, de acordo com o avicultor, Osmar Viana.

Técnico agrícola ele explicou que a cor da casca está

relacionada à raça da galinha e não ao sistema de manejo dos animais, e a cor da gema reflete a sua alimentação. Para o avicultor, que cresceu “comendo muitos ovos de quintal, que eu mesmo recolhia na casa de minha avó, é difícil encarar um ovo de granja”, revelou, salientando, que nem todos os ovos de galinha caipira são orgânicos. “Os orgânicos são de galinhas alimentadas apenas com produtos naturais, sem adição de produtos químicos, em sistemas agroecológicos”, explicou.

Viana lembrou que além dos industriais, caipiras e orgânicos, existem ainda as categorias ‘cage free’, onde as galinhas são criadas livres de gaiolas com ração semelhante às industriais e os ovos de galinhas ‘antibiotic free’, também criadas livres de gaiolas, mas tratadas com ração de origem vegetal e sem adição de antibióticos.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET **Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE**

www.atarde.com.br/economia

economia@grupoatarde.com.br

SARAH CARDOSO

A entrega da prestação de contas ao Fisco já começou no dia 1º deste mês e o prazo é até 30 de abril. A declaração é referente aos rendimentos do ano passado e deve ser preenchida e entregue por meio do programa disponível no site da Receita Federal. Neste ano, os contribuintes terão que se atentar a mudanças importantes, como a declaração do auxílio emergencial. Aqueles que são obrigados a declarar e perdem o prazo de envio terão que pagar multa de, no mínimo, R\$ 165,74 e o máximo de 20% do imposto devido.

É obrigado a declarar quem teve, em 2020, rendimentos tributáveis, como salário, por exemplo, que somados ultrapassam R\$ 28.559,70, mesmo valor da declaração do ano passado. Também estão incluídos os contribuintes que receberam mais de R\$ 40 mil em rendimentos isentos e não tributáveis ou tributáveis na fonte e aqueles que possuem imóveis, veículos e outros bens cujo valor total é superior a R\$ 300 mil.

Além desses, quem ganhou capital com operações na Bolsa de Valores ou com a venda de bens sujeitos à tributação, como imóveis e veículos, deve fazer a declaração. Contribuintes que tiveram, em 2020, receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural também precisam prestar contas ao Fisco.

Benefício

Neste ano, o contribuinte que recebeu o auxílio emergencial e teve outros rendimentos no valor acima de R\$ 22.847,76 também deve declarar. “Se você recebeu o auxílio emergencial e também teve rendimentos tributáveis em valor acima de R\$ 22.847,76 em 2020, sem contar o auxílio, você deverá apresentar a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física 2021 – ano-base 2020 e devolver o valor do auxílio emergencial”, informa o Ministério da Cidadania.

De acordo com a Receita Federal, os valores recebidos a título de auxílio emergencial e do auxílio emergencial residual são considerados rendimentos tributáveis e devem ser declarados como tal na ficha de “Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica”. Se for necessário devolver algum valor, automaticamente o programa já vai gerar o Darf, que é o documento de arrecadação da Receita Federal, para devolução dos valores do auxílio. Caso algum dependente informado na declaração também tenha recebido o auxílio emergencial, no recibo haverá um Darf para o titular e outro para cada dependente.

Incluir pessoas dependentes na declaração pode reduzir o valor dos impostos ou aumentar a restituição do contribuinte. A Receita

FISCO Entrega da prestação de contas à Receita começou no dia 1º deste mês e vai até 30 de abril para quem teve rendimento em 2020 superior a R\$ 28.559,70

Declaração de IR 2021 inclui auxílio e redução de salário



“Se você for ter uma restituição, você poderá ser restituído logo. (...) Quanto mais rápido você enviar (a declaração), melhor”

ANDRÉ LUÍS BARBOSA, do CRC-BA

Federal determina quem pode ser considerado dependente, para efeito do imposto de renda, de acordo com a legislação tributária.

Podem ser dependentes cônjuges ou companheiros com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de cinco anos. Ainda incluem na lista filhos ou enteados até os 21 anos e até 24 anos se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, ou em qualquer idade quando incapacitados para o trabalho. Irmãos, netos e bisnetos e outros me-

nores de 21 também se encaixam nessas condições se o contribuinte tiver a guarda judicial. Além deles, podem ser dependentes pais, avós e bisavós que, em 2020, tenham recebido rendimentos, tributáveis ou não, até R\$ 22.847,76, ou pessoas consideradas incapazes, das quais o contribuinte seja tutor ou curador.

Emprego

Devido à pandemia, muitos trabalhadores tiveram a jornada de trabalho e salário reduzidos. Para os casos de acordos entre trabalhadores e empregadores em situações de

redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e suspensão temporária do contrato de trabalho, o governo federal destinou o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) a fim de preservar o emprego e a renda.

Segundo informe da Receita Federal, os valores do benefício são considerados rendimentos tributáveis e devem ser declarados na ficha “Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica”, informando como fonte pagadora o CNPJ

00.394.460/0572-59.

Já a ajuda compensatória mensal, parcela paga pelo empregador em decorrência da redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária, é considerada isenta na declaração. “A ajuda compensatória mensal paga pelo empregador é isenta e deve ser informada na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, no item 26 - Outros, com o CNPJ da fonte pagadora (empregadora). Recomenda-se que, na descrição, contenha a expressão “Ajuda Compensatória” para identificar a natureza dos valores”, orienta a Receita.

Para saber o que é enquadrado como benefício ou como ajuda compensatória, o contribuinte deve acessar o app Carteira de Trabalho Digital, disponível nas principais lojas virtuais para celulares e tablets, ou consultar a fonte pagadora (empregador).

O contribuinte pode fazer sua declaração através dos recursos oferecidos pela Receita Federal ou pode consultar um contador que realizará sua prestação de contas. No site da Receita Federal, é possível preencher e entregar a declaração online, por meio do Portal e-CAC.

O órgão também oferece o app Meu Imposto de Renda para celulares e tablets, com versões disponíveis para os sistemas Android e iOS. O aplicativo, entretanto, tem algumas limitações e não se aplica para todos os contribuintes. Aqueles que não puderem declarar pelos sistemas online ou dispositivos móveis, ainda têm a opção do Programa IRPF 2021, que pode ser baixado no site da Receita Federal.

Para que o processo seja mais tranquilo, o ideal é entregar a declaração o mais cedo possível. Para André Luís Barbosa, vice-presidente de administração e finanças do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA), prestar as contas ao Fisco logo no início é positivo não só para a organização como também para facilitar eventuais correções dentro do prazo.

“Se você for ter uma restituição, você poderá ser restituído logo nos lotes iniciais, que, este ano, serão cinco e vão começar no final de maio e vão até setembro. Quanto mais rápido você enviar, melhor. Outra coisa é o complexo de informações. Se houve algum erro, caiu em pendência ou se alguma informação estiver inconsistente com os dados da receita, está em tempo ainda de fazer a retificação dentro do prazo para facilitar esse processo. É importante não só para a restituição como também para se você for mudar o modelo de envio, que pode ser simplificada ou completa, ainda vai dar tempo para fazer essa mudança dentro do prazo”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

O trabalho home office e as medidas para prevenir passivo trabalhista



Valton Pessoa

Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP, sócio do escritório Pessoa e Pessoa Advogados e professor da Faculdade Baiana de Direito

valton@pessoaepeessoa.com.br

Tenho empregados em regime de teletrabalho desde abril de 2020. Quais cuidados preciso tomar para evitar problemas trabalhistas? ANÔNIMO

Resposta: O regime de te-

letrabalho, de acordo com a lei, se caracteriza na hipótese de a prestação de serviço ocorrer preponderantemente fora da sede da empresa e mediante a utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Esse modelo está regulamentado parcialmente nos artigos 75-A a 75-E da CLT, que estabelece algumas condições, como, por exemplo, a necessidade de aditivo ao contrato de trabalho e obrigação de o empregador instruir os seus empregados quanto às precauções a serem tomadas para evitar doenças

e acidentes de trabalho.

Em razão da pandemia, em março de 2020, foi editada a Medida Provisória 927/2020, que flexibilizou essas regras para facilitar a transição para o modelo home office.

Essas condições relativiza-

Manual deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar

das permanecem válidas para as relações já existentes durante a vigência da Medida Provisória, mas precisam ser objeto de aditivo, especialmente para os contratos iniciados após esse prazo.

O aditivo deve regular, dentre outras coisas: (i) o fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como sobre o reembolso das eventuais despesas arcadas pelo empregado; (ii) opção pelo trabalho remoto; (iii) medidas de prevenção de acidentes de trabalho e doen-

ças ocupacionais.

No tocante às medidas de prevenção, exige-se que as empresas instruem os seus empregados, de forma expressa e ostensiva, quanto às rotinas a serem adotadas para evitar doenças e acidentes de trabalho e, nesse sentido, torna-se necessário que o empregador elabore um manual de trabalho remoto com normas de prevenção, que deve ser formalizado e entregue ao trabalhador com um termo de responsabilidade.

Esse manual deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar, formada

por advogado, RH, médico do trabalho e psicólogo e deve formalizar orientações relacionadas a ergonomia e rotinas de trabalho, como, por exemplo, o imprescindível período de “desconexão”, de modo a prevenir problemas psicossociais que podem causar doenças ocupacionais decorrentes do trabalho home office.

Sem a elaboração do referido manual e dos aditivos ao contrato de trabalho, certamente as empresas estarão expostas a um passivo trabalhista decorrente do regime de trabalho a distância.

Nara fez um estoque de insumos não perecíveis

PRISCILA DÓREA

Faltando pouco menos de um mês para a chegada do coelhinho e seus ovos de chocolate, empreendedores do segmento de doces e bolos já estão a todo vapor se preparando para a Páscoa, o bilhete dourado do setor quando o assunto é venda. Em um cenário pandêmico bem diferente do ano anterior – em que, ainda no susto do início da pandemia, as vendas aconteceram –, para lucrar na Páscoa de 2021 os empreendedores vão ter que surpreender os clientes com o cardápio e começar a divulgação o quanto antes.

No ano anterior sabíamos muito pouco sobre o coronavírus e hoje, querendo ou não, estamos mais preparados, explica o analista técnico do Sebrae-BA, Wagner Gomes. “Temos informação e noção do que precisamos fazer para manter um negócio funcionando. Ao mesmo tempo que estamos vivendo uma piora no número de pessoas infectadas, também temos um maior conhecimento sobre como nos proteger para poder consumir, mesmo que seja a distância. E isso vale para quem vende e quem compra”, conta.

Quando relembra do ano anterior, a empresária e confeitaria Nara Leite sempre se questiona: Páscoa de 2020 ou teste de resistência? “As fábricas não conseguiam entregar no prazo, lojas não tinham estoque e algumas confeitarias ficaram sem insumos essenciais. Foram dias difíceis, mas, apesar de todas as dificuldades, vendemos 100% a mais que em 2019 e ganhamos clientes que estão conosco até hoje, o que para mim é a maior prova de dever cumprido”, ela relata.

Proprietária da Nara Leite Bolos e Doces (@naraleitedoces), ela conta que a experiência que teve em 2020 a fez se precaver este ano, por isso fez um esforço para criar um estoque robusto de insumos não perecíveis. “Sinto que estamos muito mais bem preparados para a Páscoa este ano. Continuamos seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e oferecendo o serviço de entrega de todos os nossos produtos. Inclusive, a encomenda-presente, serviço que implantamos em 2020, em que o cliente compra para presentear alguém com direto a bilhete e tudo, é algo a que estamos dando continuidade, pois deu supercerto”, diz.

Com preços que variam de R\$ 30 a R\$ 60, o cardápio da confeitaria está bastante va-

riado em 2021, com cascas de ovos de chocolate recheadas como o delícia de uva (brigadeiro, brigadeiro branco e uvas) e o cenoura com brigadeiro (camadas de brigadeiro e bolo de cenoura). Além do trio de ovos de colher, coelho sequilhado, kit de caça-ovos para as crianças e vários outros itens.

Quem também está com doces novidades este ano é Carol Queiroz – mais conhecida como Carol Donut –, proprietária da Menina do Donut (@meninadodonut). Sempre procurando fechar parcerias com outras empreendedoras, a sua parceria para a Páscoa é a doceria Mimy Doçurando (@mimydocurando), e dessa união rendeu um ovo de colher recheado de brigadeiro e mini donuts, pesando 300

“(Agora) temos informação e noção do que precisamos fazer”

WAGNER GOMES, do Sebrae

INVISTA NA PÁSCOA

ANTECIPE A Páscoa é uma festividade que abraça toda a sociedade, inclusive as grandes marcas, por isso o ideal é que os pequenos comecem a sua produção e divulgação o mais cedo possível para já atrair os clientes

AVISE Na atual situação de crise sanitária, é importante trazer detalhes com as informações sobre os cuidados que você toma em seu negócio, isso acalma o cliente e mostra que você se importa

DIVULGUE A divulgação é uma das grandes necessidades dos pequenos negócios e deve ser ainda mais intensa na situação atual, principalmente no meio digital, que se tornou essencial na pandemia

FONTE: WAGNER GOMES, ANALISTA DO SEBRAE

MERCADO Após experiência de 2020, início da pandemia, empreendedores estão preparados para as vendas em 2021

Páscoa é tempo de esperança de lucro nos negócios

Olga Leiria / Ag. A TARDE

Carol fechou parceria com outra empreendedora



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Rachel criou um cardápio menor este ano



gramas; o ovo custa R\$ 40 e já está sendo oferecido em um sorteio no Instagram da donuteria.

“Ano passado as vendas subiram muito e tinha muita gente pedindo para entregar na casa do amigo e familiar, sabe? Em 2021 acredito que as vendas serão um pouco menores. Mesmo que muitos estejam mais relaxados com a questão da pandemia, vários negócios estão fechando e muita gente está sem renda. O esperado é vender de 50% a 75% do que vendi no ano passado”, diz.

Triplicar vendas

Sócia-proprietária da confeitaria vegana Ravegana (@raveganaconfeitaria), Rarye Peret é responsável pela produção e conta que as expectativas estão altas para a Páscoa de 2021. “Queremos chegar perto de triplicar as vendas do ano passado, quando tivemos cerca de 80 pedidos. Desde a última Páscoa estamos com nossa própria cozinha industrial e a nossa equipe também está mais organizada e bem dividida, então, mesmo que a nossa produção seja pequena, estamos focados em atender mais pedidos”, conta a empreendedora.

Rachel Carneiro, sócia-proprietária e responsável pela gestão da Ravegana conta que ano passado tiveram uma boa rentabilidade mesmo com as dificuldades e a falta de produtos que a necessidade de isolamento causou. Foi também um momento importante, porque as sócias – que são mãe e filha – compreenderam a necessidade de criar uma reserva de emergência para a empresa. “E o nosso cardápio será mais restrito e sucinto este ano, porque, com mais opções, dependemos ainda mais de fornecedores, o que na atual situação mais atrapalha do que ajuda”, explica a empresária.

Ainda assim, o cardápio, com itens que custam de R\$ 2 até R\$ 70, promete. A principal atração são as cascas de ovos de chocolate recheadas, uma com chocolate e brownie, outra com brigadeiro, nutella vegana e morango e ainda mais uma recheada com a torta ogra, carro-chefe da empresa que faz sucesso até com quem não é vegano. Além de outros itens, como barras de chocolate, ovo cookie e muito mais. “Estamos trazendo também opções menores e mais baratas, afinal a maioria das pessoas não está podendo gastar muito com medo de faltar no futuro, mas ainda quer aproveitar um pouco os doces de Páscoa”, conta.

ESPERANÇA Imunizante, que chegará ao estado em abril, ainda precisa ser aprovado pela Anvisa

Bahia fecha contrato para compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik

DA REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

Um contrato fechado ontem, entre o governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo, sacramentou a compra da vacina Sputnik V. O Estado, conforme informou o governador Rui Costa (PT), adquiriu 9,7 milhões de doses do imunizante russo, distribuído no Brasil pela União Química. Rui deu a notícia durante reunião com prefeitos da capital e Região Metropolitana.

Também ontem o Ministério da Saúde assinou contrato para compra de 10 milhões de doses da Sputnik V. A pasta afirmou que só fará o pagamento pelas doses após a vacina receber autorização emergencial de uso ou registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Outro contrato firmado com o Fundo Soberano Russo envolveu o Consórcio Nordeste, do qual a Bahia faz parte, que acertou a "compra firme" para 37 milhões de doses do imunizante. A negociação, segundo explicou o governador do Piauí Wellington Dias (PT), coordenador do consórcio, envolveu as procuradorias jurídicas dos estados.

Autorização

Mas antes de começar a ser aplicada na Bahia e em outros estados do Brasil, o imunizante russo precisa ser aprovado pela Anvisa. Ontem, a agência informou que ainda aguarda dados de segurança e eficácia da vacina, além do pedido da União Química para começar a análise de uso da Sputnik V. A eficácia do imunizante é de 91,6%, segundo dados publicados na revista



Divulgação

Ministério da Saúde também comprou doses do imunizante que começa a chegar ao País no mês que vem

37 mi
foi a quantidade de doses do imunizante adquirida pelo consórcio dos governadores do Nordeste. O envio das doses acontece em abril

A Sputnik V, produzida pela Rússia, ainda depende de aprovação da Anvisa

científica "The Lancet".

Na quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancionou projetos que facilitam e aceleram a compra de imunizantes. Um deles autoriza a União, estados e municípios a assumirem responsabilidades por eventuais efeitos colaterais das vacinas e dá aval, com restrições, para a compra pelo setor privado. O presidente vetou o trecho que obrigava a União a arcar com os custos de aquisição de imunizantes por estados e municípios. Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) também decidiu que estados e municípios podem comprar e fornecer vacinas contra a Covid-19 caso o Plano Nacional de Vacinação seja descumprido ou

não haja vacinas suficientes.

Na Bahia, o primeiro lote da vacina russa chegará em abril. Um ato oficial de assinatura do contrato entre o governador e autoridades russas está previsto para a próxima semana. A vacina russa será adquirida com recursos próprios do governo do estado, sem interferência do Plano Nacional de Imunização. "A fé e a força do povo baiano sempre foram meus guias. Depois de muita luta, fechamos hoje um contrato histórico com o Fundo Soberano Russo para compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V. Vencemos mais uma batalha, mas a guerra contra o coronavírus continua. Venceremos!", postou o gover-

nador em sua conta no Twitter para fazer o anúncio.

Já no Brasil, segundo o cronograma do Ministério, o Brasil vai receber 400 mil doses da vacina até o fim de abril, 2 milhões no fim de maio e 7,6 milhões em junho. A autorização para a compra da vacina já havia sido publicada em 20 de fevereiro e houve empenho (ato que antecede o pagamento) de R\$ 693,6 milhões. Cada dose custou cerca de US\$ 12. Na outra frente, o coordenador do Consórcio Nordeste, Wellington Dias, explicou que não há tempo viável para a entrega das doses ainda em março. A distribuição dos primeiros 2 milhões ocorrerá em abril, seguida por 5 milhões em maio e assim por diante.

Anvisa aprova medicamento e uso definitivo da AstraZeneca

RODRIGO AGUIAR

Autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o uso do antiviral remdesivir no tratamento da Covid-19 é encarecido com cautela por especialistas. Este foi o primeiro registro concedido pelo órgão a um medicamento para tratar de pacientes diagnosticados com o novo coronavírus.

Conforme a autorização da Anvisa, o remdesivir poderá ser utilizado somente em pacientes hospitalizados com quadro de pneumonia e necessidade de administração suplementar de oxigênio, desde que não estejam em ventilação mecânica. Poderão fazer uso do medicamento adultos e adolescentes com mais de 12 anos e peso mínimo de 40 kg.

Produzido pela farmacêutica Gilead Sciences, o remdesivir é administrado de forma intravenosa (injetado na veia), não é vendido em farmácias e age impedindo a replicação viral. A infectologista Clarissa Ramos afirma que a aprovação pela Anvisa é "válida", mas destaca que não há "medicação milagrosa" contra a Covid-19. "Nos estudos, o remdesivir reduziu tempo de UTI, mas no final não reduziu a mortalidade. Não é uma medicação salvadora da pátria. Tem seus benefícios, a de-

pendido do tempo de evolução [da doença]", diz. A diretora do Instituto Couto Maia, Ceuci Nunes, lembra que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, a sigla em inglês) inclui a droga como uma possibilidade de tratamento contra a Covid-19, mas ressalta que a Organização Mundial da Saúde (OMS) não recomendou o uso do medicamento.

"É uma medicação muito controversa. Tudo que vier para somar pode ajudar, mas não sei se vai ajudar muito, porque não tem ainda nada que mostre uma eficácia grande para Covid. Alguns pacientes se beneficiam, outros não. A OMS fez um grande estudo no ano passado, chamado Solidarity, com mais de 3 mil unidades hospitalares, do qual nós inclusive fizemos parte. Esse estudo testou o remdesivir e não mostrou eficiência", afirma a diretora do Couto Maia.

"No geral, parece que o remdesivir não fornece um benefício de mortalidade para o grupo de pacientes hospitalizados com Covid-19, mas encurta o tempo para melhora clínica quando administrado no início do curso da doença ou em pacientes com doença menos grave", reiterou o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, ao comentar a liberação do medicamento

pela Anvisa. "É preciso lembrar que essa medicação deve ser administrada por 5 a 10 dias, cada paciente usará de 6 a 11 ampolas, a 390 dólares cada ampola. Em média, o custo final de tratamento é de R\$ 17 mil por paciente", acrescentou Vilas-Boas.

Vacina

A Anvisa também aprovou o registro definitivo da vacina de Oxford/AstraZeneca. Com uso emergencial liberado desde janeiro, o imunizante foi o segundo a conseguir o registro sanitário definitivo no Brasil. A primeira vacina a obter registro definitivo no país foi a da Pfizer, em fevereiro, mas ainda não há nenhum contrato assinado para a aquisição de doses.

"A vacina [de Oxford] já vinha sendo utilizada pelo uso emergencial no Brasil, mas agora vai ser registrada aqui na agência com uma etapa de fabricação aqui no Brasil. O que a gente acredita que representa maior autonomia, maior acesso à vacina", afirmou o gerente geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Gustavo Mendes. A Fiocruz é responsável pela produção local do imunizante. A vacina de Oxford/AstraZeneca é uma das duas vacinas contra a Covid-19 aplicadas no Brasil, ao lado da Coronovac, produzida pelo Butantan.



Felipe Iruatã/Ag. A Tarde

Pessoas com 76 anos serão vacinadas neste sábado nos postos da capital

Vacinação de idosos com 76 anos prossegue hoje na capital

GABRIEL GALINDO

Idosos com 76 anos seguem sendo vacinados neste sábado. Ontem, foi iniciada, durante a tarde, das 13h às 16h, a vacinação para o grupo dos nascidos entre 12 de março de 1944 e setembro de 1944. Longas filas de carros foram registradas desde a manhã de ontem, no ponto do 5º -centro, aguardando o início da imunização dessa faixa etária.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a partir de hoje,

das 8h às 12h, serão contemplados aqueles nascidos entre outubro de 1944 a 13 de março de 1945 e das 13h às 16h, de 13 de março de 1944 a setembro de 1944.

Segundo a diretora de Vigilância à Saúde SMS, Andréa Salvador, a estratégia foi montada, por sugestão do prefeito de Salvador, Bruno Reis, para assegurar um maior conforto da população, escalonando os horários do público dessa faixa etária para evitar aglomeração e diminuir o tempo de espera nas filas.

Isolamento social é melhor arma para reduzir taxa de contágio

Medidas restritivas são mantidas até o próximo dia 22

DA REDAÇÃO

Salvador continuará sob medidas restritivas pelo menos até o próximo dia 22 para conter a disseminação da Covid-19. Com isso, as atividades consideradas não essenciais seguirão suspensas.

A decisão foi tomada em nova reunião virtual realizada ontem, com as presenças do prefeito Bruno Reis, do governador Rui Costa e de gestores de cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Em conjunto com o toque de recolher, das 20h às 5h, determinado pelo governo estadual até o dia 1º de abril, a medida visa diminuir a circulação de pessoas nas ruas e, consequentemente, conter a taxa de contaminação do vírus e um eventual colapso na rede de saúde. A ocupação dos leitos de UTI na cidade está acima de 80% há mais de duas semanas.

O gestor da capital baiana salientou que, somente hoje na cidade, 55 pacientes aguardavam um leito de UTI na rede privada e 76, na rede pública. "Diante do que nós estamos vendo na Bahia e no Brasil, não resta outra medida a ser tomada que não prorrogar por mais sete dias para, através do isolamento social, tendo em vista que somente a abertura de leitos não vai resolver o problema. Só com o isolamento social e redução da taxa de contágio", declarou Bruno Reis.

Vacina comprada por governadores do NE serão dadas ao SUS

SPUTNIK As 37 milhões de doses da vacina russa contra covid-19 Sputnik V que serão compradas pelo consórcio dos Estados da Região Nordeste serão destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Plano Nacional de Imunização (PNI), e serão distribuídos em todo o país, a partir de abril.

A informação foi anuncia-

da pelo governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias (PT), no sábado. Os governadores do Nordeste participaram de uma reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e representantes da Advocacia Geral da União (AGU).

Dias disse que todas as vacinas compradas por qual-

quer órgão público ou privado, neste momento, serão destinadas ao Plano Nacional. “Toda vacina comprada por municípios, estados ou entidades privadas, será para o plano nacional de imunização e a distribuição será conforme a regra de fase 1, 2, 3 e 4 do Ministério da Saúde, conforme grupos prioritários”, disse Wellington.

Governo quer baixar valor de benefício para desempregados

SEGURO-DESEMPREGO As mudanças no seguro-desemprego em estudo pelo governo devem incluir uma nova regra de cálculo do benefício. Hoje, o trabalhador dispensado sem justa causa recebe de três a cinco parcelas com um valor fixo. Pela proposta em elaboração, o beneficiário passaria a receber parcelas com redução de 10% a cada mês, desde que respeitada a garantia de ao menos um salário mínimo (R\$ 1.100,00).

A redução progressiva de 10% a cada mês é aplicada sobre o benefício inicial. Um trabalhador que hoje tenha direito a cinco parcelas de R\$ 1.500, por exemplo, passará a receber esse valor cheio no primeiro mês, R\$ 1.350 no segundo, R\$ 1.200 no terceiro e R\$ 1.100 nos dois últimos, pois já terá atingido o limite de redução dado pelo piso nacional. Se esse mesmo trabalhador precisar recorrer novamente ao seguro-desemprego no futuro, o jogo é zerado: ele começa recebendo o benefício cheio para só então ser aplicada a redução progressiva.

A expectativa do governo é que a mudança afete apenas uma parcela dos beneficiários, já que boa parte dos trabalhadores que acessam o seguro-desemprego já recebe na largada o valor de um salário mínimo. Portanto, eles não seriam alvo da redução progressiva. Em fevereiro, o valor médio do benefício ficou em R\$ 1.371,78.

A reestruturação do seguro-desemprego

está sendo elaborada em um momento de piora no mercado de trabalho e incertezas sobre a retomada da economia. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a área econômica reconhece que as medidas não são confortáveis, sobretudo em um momento delicado para o emprego como o atual. Porém, a equipe considera a mudança essencial para a recuperação da atividade.

Além disso, a economia de recursos obtida com as mudanças é tida como "única alternativa" para conseguir bancar uma nova edição do programa que permite acordos de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato.

Após o salto da dívida pública em 2020, devido aos gastos com programas de combate a efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19, a equipe econômica tem centrado esforços no desenho de soluções que dependam menos do dinheiro do governo para evitar o descontrole das contas.

O próprio relançamento do programa de redução de jornada e salários, adotado no ano passado, é considerado uma espécie de "amortecedor" para a realização de mudanças no seguro-desemprego em momento de fraqueza da economia.

Na avaliação da área eco-

nômica, embora haja redução do salário, o programa prevê o pagamento de uma compensação, o benefício emergencial (BEM), e também assegurar a permanência no emprego por um período igual ao do acordo. Além disso, o valor do BEM será calculado sobre a parcela cheia do seguro, sem incidência da redução progressiva.

No ano passado, 6,2 milhões de brasileiros receberam o seguro-desemprego, assegurado apenas a trabalhadores com carteira assinada. O número foi 1,9% menor do que em 2019. No auge do isolamento devido à pandemia, em maio, a quantidade de pessoas recebendo o seguro chegou a crescer 43,7% em relação a igual mês do ano anterior, mas a tendência foi arrefecendo à medida que o BEM ganhou adesões e a economia deu sinais de recuperação no segundo semestre de 2020.

A proposta de mudança no seguro-desemprego é ampla e busca combater o que o governo identifica como "incentivos perversos" à informalidade e à prática de fraudes. Pelo diagnóstico dos técnicos do governo, é comum hoje que um trabalhador permaneça na informalidade e postergue o ingresso em uma nova vaga formal de trabalho para poder continuar recebendo o seguro-desemprego.

Pela proposta, o beneficiário passaria a receber parcelas com redução de 10% a cada mês, desde que respeitada a garantia de ao menos um salário mínimo

Empresa que demitir e ajudar na recolocação terá incentivo

FGTS O governo quer incentivar empresas a ajudarem trabalhadores demitidos a se recolocarem no mercado de trabalho ainda durante o período do aviso prévio, que pode durar de 30 a 90 dias, de acordo com os anos de serviço na mesma empresa. Segundo apurou a reportagem, o empregador que demitir, mas apoiar o trabalhador em sua recolocação a partir da contratação de um serviço especializado na busca de vagas e candidatos, terá a multa de 40% sobre o saldo do FGTS reduzida para 20%. O desconto é concedido caso o profissional seja de fato recontratado a partir da ajuda.

Já a empresa que contratar um trabalhador que esteja no prazo do aviso prévio poderá recolher menos FGTS durante o primeiro ano. A alíquota mensal de contribuição para o fundo de garantia, que é de 8% sobre o salário, passaria a 2% nesse período. A ideia do governo é que esse benefício também funcione como uma espécie de garantia de manutenção do emprego.

Procon realiza mutirão virtual de renegociação de dívidas

OPORTUNIDADE O Procon-BA realizará, de hoje até o próximo dia 31, um mutirão online de renegociação de dívidas. A ação - de iniciativa da ProconsBrasil (Associação Brasileira de Procons, e que conta com as participações do Procon-BA e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) - acontecerá exclusivamente pela internet, através da plataforma

de solução de conflitos Consumidor.GOV (www.consumidor.gov.br).

Para participar do mutirão online, basta o consumidor fazer o seu registro na plataforma www.consumidor.gov.br, quando receberá um login e senha. Nesse momento, o consumidor fará o relato do seu problema, devendo informar que deseja participar do mutirão de re-

negociação de débitos.

Após finalizar o registro, o banco ou instituição financeira tem o prazo de 10 dias para apresentar uma proposta ou resposta ao consumidor. No momento do preenchimento do registro, é imprescindível que o consumidor informe corretamente seus telefones e e-mail para contato, pois esses dados facilitarão o atendimento por

parte dos bancos e instituições financeiras participantes da iniciativa.

O Procon da Bahia orienta ainda que o consumidor, no seu relato, informe que está participando do mutirão, com a seguinte hashtag: #MutiraoProconsBrasil. Terminado o prazo para resposta do fornecedor, o consumidor tem até 20 dias para avaliar o retorno dado.

JUROS ANUAIS DO CARTÃO DE CRÉDITO CHEGAM A ATÉ 875%

FINANÇAS O adiamento do pagamento integral da fatura do cartão de crédito leva à multiplicação da dívida, que pode sair do controle do consumidor. Quem não tem dinheiro para pagar o valor total da fatura, terá a dívida corrigida por taxas anuais de juros superiores a 300% - podendo chegar 875%, segundo a Agência Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

Em outros países, a taxa do rotativo do cartão (crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral) é de apenas 3%. "Essa diferença é o que vemos se compararmos os juros no Brasil com os cobrados pelo mesmo serviço em países europeus e nos Estados Unidos", argumenta o diretor de estudos e pesquisas econômicas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel José Ribeiro de Oliveira.

A maior parte das dívidas no Brasil têm uma mesma origem, que é exatamente o meio que cobra as maiores taxas de juros de todo o mercado: os cartões de crédito.

"O cartão é o meio de pagamento que cobra a maior taxa de juros e é a causa número um do endividamento do brasileiro", afirma o pesquisador da Proteste e especialista de crédito Rodrigo Alexandre.

Em outros países, a taxa do rotativo (crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral) é de 3%

WALDIR CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



“ Não acreditem na narrativa de que a Economia está contra o auxílio. É falsa a narrativa política Paulo Guedes

Ministro da Economia

Movimentação de cargas do setor portuário baiano cresce 28,17%

CODEBA Os portos da Codeba, no mês de fevereiro de 2021, alcançaram a marca de 958.681 toneladas movimentadas, o que representou um forte aumento de 28,17%, em relação ao mesmo período de 2020, quando a companhia movimentou 747.991 toneladas. Foi o melhor mês de fevereiro da história da companhia.

Os números foram puxados, principalmente, pelo desempenho do Porto de Aratu-Candeias, com forte alta de 58,79%, em relação a fevereiro de 2020, movimentando 501.170 toneladas, contra 315.626 toneladas, no mesmo período do ano anterior. Contribuiu para a alta a movimentação de graneis líquidos, com crescimento de 49,27%, e graneis sólidos, com crescimento de 138,18%.

Os principais produtos movimentados foram a nafta (205.166 toneladas), rocha fosfática (32.999 toneladas) e o concentrado de cobre (22.739 toneladas). A retomada das atividades, após a reativação da linha de importação do Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias, em janeiro, foi determinante para o desempenho positivo no período.

Pelo Porto de Salvador foram movimentadas 436.919 toneladas, apresentando crescimento de 7,02%, em relação ao mês de fevereiro de 2020, quando foram movimentadas 408.253 toneladas.

58,8% foi o crescimento de movimentação de cargas no Porto de Aratu, em fevereiro, em relação a igual mês de 2020

7,02% foi a alta na movimentação de cargas no Porto de Salvador, em fevereiro, foram movimentadas 436.919 toneladas

A pandemia do coronavírus chegou de maneira avassaladora em 2020, colocando uma pressão sem precedentes sobre a sociedade em escala global. O setor automobilístico viu-se desafiado como nunca, em especial em nosso país, que já estava atrasado em seus deveres de casa no sentido de melhorar o ambiente de negócios e a competitividade.

Tivemos um tombo inesperado na crise de 2016, mas nada foi feito para aliviar o Custo Brasil que dificultou muito nossa lenta recuperação no triênio de 2017 a 2019. O início de 2020 sugeria a continuidade da retomada, mas o bom momento foi solapado pela covid-19 há um ano, fazendo com que encerrassemos o ano retrocedendo para os pífios volumes de 2016, e sem perspectivas de uma recuperação plena a curto prazo.

Pior do que os resultados negativos foi ver novamente as carcaças do Custo Brasil expostas num curto período de quatro anos. E desta vez elas estão fazendo estragos na economia como um todo, in-

Artigo Luiz Carlos Moraes

Riscos, lições e desafios da pandemia

clusive em nosso setor. O recente anúncio do fechamento de fábricas fez um sinal de alerta se acender sobre toda a cadeia automotiva.

A pandemia escancarou a necessidade de mudanças profundas nas estruturas tributárias e administrativas do governo, e de reformas pontuais que removam entraves burocráticos, jurídicos e fiscais que pesam sobre os ombros do sistema produtivo.

Estamos vivenciando uma crise gravíssima, que desarticulou a cadeia de fornecimento

A pandemia escancarou a necessidade de mudanças profundas nas estruturas que pesam sobre os ombros do sistema produtivo

e afetou a produção de veículos. E agora em escala global, o que amplia a ociosidade industrial, gerando uma competição ainda mais acirrada entre paí-

ses produtores na busca de mercados para exportar.

Em meio a todos esses desafios conjunturais e estruturais, a indústria automobilística não vai poupar esforços para continuar sua transformação rumo às novas demandas globais de mobilidade, conectividade, automação, serviços compartilhados e de propulsão limpa.

Vamos continuar exercitando nossa vocação de inovação e desenvolvimento tecnológico, trazendo retorno para a sociedade na forma

de arrecadação robusta de impostos, de geração de empregos de qualidade, de desenvolvimento regional e de aumento do PIB.

Nosso mercado interno tem grande potencial de crescimento, é um dos que apresenta a menor relação de motorização per capita no mundo. E temos todas as condições de ser um polo exportador de veículos de alta tecnologia. Para isso, precisamos de mais acordos comerciais, menos entraves às exportações e um ataque frontal ao Custo Brasil.

Temos pressa para crescer, gerar riquezas e principalmente empregos. O Brasil tem hoje 20 milhões de desempregados e desalentados, o equivalente à população do Chile. É um crime se cogitar a desindustrialização do nosso país, nos relegando à condição de colônia fornecedora de produtos primários. Sorte do país que detém um setor automobilístico tão robusto como o Brasil.

LUIZ CARLOS MORAES É PRESIDENTE DA ANFAVEA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

Bahia anuncia a compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V

VACINA RUSSA Para avançar no processo de vacinação contra a covid-19, o governo baiano anunciou a assinatura do contrato com o Fundo Soberano Russo, na sexta-feira (12), para a compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V.

O primeiro lote deve chegar em abril e poderá ser aplicado imediatamente, segundo o governo estadual.

O respaldo seria a sanção, pelo presidente Jair Bolsonaro, de projeto de lei e medida provisória que autorizam estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas contra a covid-19, e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que diz que estados e municípios podem importar e distribuir vacinas caso a Anvisa não dê aval, em 72 horas, após a solicita-

ção dos laboratórios responsáveis pelos fármacos.

A decisão destaca que isso vale para "imunizantes que tenham registro em entidades sanitárias de renome".

A assessoria do Fundo Direto de Investimento Russo (RDIF), responsável pelo desenvolvimento do imunizante junto ao Instituto Gamaleya, reforça que a Sputnik já obteve aval em nações das Américas, Ásia, Europa e África. Na América Latina, ela recebeu autorização para uso emergencial em cinco países: Argentina, México, Bolívia, Venezuela e Paraguai.

No Brasil, a vacina Sputnik V ainda não tem registro ou aval para uso emergencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nessa sexta-feira (12), o ge-

rente-geral de Medicamentos da Agência, Gustavo Mendes, afirmou que, apesar de o órgão regulador não ter recebido respostas às exigências sobre a vacina russa, a Agência segue aberta para discussão com a empresa responsável, a União Química, para a avaliação de uso do imunizante.

Ao longo da semana, Rui Costa afirmou que irá fazer "com a máxima brevidade" a formalização, junto à An-

visa, do pedido de autorização para a aplicação da Sputnik V na Bahia.

O ato oficial de assinatura do contrato entre o governador e autoridades russas está previsto para essa semana. O público contemplado, segundo o secretário estadual de Saúde, Fábio Villas-Boas, serão os idosos entre 60 e 74 anos, os profissionais de educação e os da segurança.

Até agora, cerca de 35% das pessoas que são prioridade receberam o imunizante contra o novo coronavírus no estado.

O acordo com a Rússia foi fechado em parceria com outros estados do Nordeste. Ao todo, serão 37 milhões de doses viabilizadas para toda a região.

O Ministério da Saúde anunciou que também assinou contrato com o Fundo Russo para a compra de 10 milhões de doses da Sputnik V, para distribuição aos estados - não citou quais.

37 MI

de doses ao todo serão enviadas ao Nordeste; vacina ainda não tem aval da Anvisa

Restrição de atividades não essenciais é prorrogada

EM SALVADOR Com a manutenção da taxa de ocupação de leitos de UTI acima de 80%, Salvador vai continuar com as medidas restritivas por mais uma semana. Com isso, as restrições de atividades não essenciais seguem até as 5h do dia 22 de março. A medida também vale para os municípios da região metropolitana. A decisão foi tomada em reunião virtual realizada nessa sexta-feira (12), com o prefeito da capital, Bruno Reis, o governador Rui Costa e gestores das cidades da RMS.

Além das medidas restritivas, segue em vigor o toque de recolher das 20h às 5h, determinado pelo governo estadual em toda a Bahia até o dia 1º de abril. A medida visa diminuir a circulação de pessoas nas ruas e, consequentemente, conter a taxa de con-

taminação da covid-19.

Também para evitar saídas sem necessidade e aglomeração nas ruas, o benefício 'Domingo é Meia', que garante a metade do valor da passagem de ônibus aos domingos, foi suspenso pela prefeitura de Salvador por tempo indeterminado.

Questionado se precisaria de autorização da Câmara Municipal para suspender o benefício, o prefeito Bruno Reis afirmou que não seria necessário porque o programa foi implantado pelo Executivo. O gestor disse ainda que vai avaliar a volta do benefício de acordo com o cenário da pandemia na cidade.

“É mais uma medida para desestimular as pessoas a saírem das suas casas ou se deslocarem pela cidade”, afirmou Bruno.

CONFIRA AS REGRAS ATÉ O DIA 22 DESTES MÊS

Essenciais Locais que comercializam gêneros alimentícios, remédios, serviços de saúde e de utilidade pública indispensáveis continuam com permissão de funcionar

Delivery Restaurantes e bares em regime de delivery podem funcionar até meia-noite

O que não pode Shopping centers, centros comerciais e demais estabelecimentos estão autorizados a funcionar somente pelo modelo drive-thru, das 10h às 19h. As vendas deverão ser on-line

24H ECONOMIA

Vendas do varejo caem 3% em janeiro na Bahia

PESQUISA As vendas do varejo caíram na Bahia em janeiro deste ano, tanto na comparação com o mês anterior, como com janeiro do ano passado. Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas encolheram 2,2% em relação a dezembro e 3% se comparado com 2020, quando a pandemia ainda não havia balançado o mercado.

Entre março de 2020 e janeiro de 2021 a queda nas vendas foi de 1,8%, mas quando é feita a comparação entre janeiro desse ano e janeiro do ano passado os recuos são mais acentuados. Seis dos oito segmentos do varejo amargaram perdas significativas no primeiro mês deste ano.

As vendas das empresas ligadas ao universo dos vestiários e calçados caíram 20,4%. Já

O resultado mais negativo, no entanto, foi o da venda de livros, jornais, revistas e papelaria 60,7%.

o segmento de supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumos tiveram perdas de 6,5%. O resultado mais negativo, no entanto, foi o da venda de livros, jornais, revistas e papelaria 60,7%. Esse segmento vem amargando perdas desde julho de 2018.

Os dois únicos segmentos com altas nas vendas foram as farmácias (12,8%) e o de móveis e eletrodomésticos (7,5%). Com o desempenho de janeiro, o varejo baiano se manteve em queda (-4,6%) no acumulado em 12 meses, o terceiro pior resultado do país.

No país, as vendas, em janeiro, recuaram 0,2% em relação ao mês anterior, após perdas também em dezembro (-6,2%) e novembro (-0,1%), de acordo com a pesquisa. No varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos e material de construção, o volume vendido encolheu 2,1%

DÓLAR TEM MAIOR QUEDA SEMANAL DESDE NOVEMBRO

MERCADO A estratégia mais ativa de intervenção do Banco Central no câmbio fez o dólar cair 2,18% nesta semana. Foi a maior desvalorização desde a última semana de novembro de 2020. A aprovação da PEC Emergencial também ajudou, enquanto a assinatura do pacote fiscal nos Estados Unidos, de US\$ 1,9 trilhão teve efeitos mistos. Por isso, o dólar subiu ante o real na sexta mesmo com leilão extra do Banco Central, de US\$ 750 milhões. Mas a moeda do Brasil acabou tendo desempenho melhor que outras emergentes. A divisa americana subiu 1,31% na Turquia e 0,88% na África do Sul, enquanto ante o real fechou a sexta-feira com alta de 0,30%, cotado em R\$ 5,5597.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,5597	R\$ 5,5987
Dólar Turismo	R\$ 5,5830	R\$ 5,7000
Euro Turismo	R\$ 6,6670	R\$ 6,8570

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	TM 90.140	-0,72%

POUPANÇA

15/01/2021	0,789%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045

INFLAÇÃO

	Dezembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,88%	10%	5,29%
IPC/IBGE	0,82%	1,88%	8,32%
IGP-M/FGV	2,53%	5,0%	28,84%

EM ALTA

20,7

Bilhões de reais foi o lucro líquido registrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2020. O valor é resultante da oferta pública de ações da Petrobras, da venda de ações da Vale e da Suzano, e das receitas com dividendos de empresas que receberam investimentos.

INSS negou quase 21 milhões de pedidos de auxílio-doença

11 ANOS Dados do INSS ao Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) mostram que, do total de 39,3 milhões de pedidos de benefícios previdenciários recusados entre 2010 e 2020, quase 21 milhões foram de auxílio-doença, ou seja, 53,2%.

O auxílio-doença é um benefício previdenciário pago pelo INSS às pessoas que

ficarem incapacitadas para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias. O valor do benefício depende das contribuições realizadas pelo segurado no passado.

No ano passado, devido à pandemia, o INSS estabeleceu a antecipação do pagamento de um salário mínimo - que era de R\$ 1.045 - para quem tinha direito ao auxílio-

doença. Para evitar exposição e aglomerações, os segurados não precisaram passar por perícia, só apresentar atestado médico pelo site Meu INSS. "Essa sistemática de 2020 fez com que o número de requerimentos aumentasse de forma considerável, bem como a quantidade de indeferimentos, devido à duplicidade", informa o instituto.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 15/03/2021	Página: 02

Tribuna

Empréstimo

A continuidade do lockdown não trará, como não tem travado, o funcionamento virtual do plenário, que na última semana aprovou o projeto autorizando a Embasa a contratar empréstimo de R\$500 milhões junto ao Banco do Brasil para ações de saneamento básico na Bahia. Amanhã, está convocada sessão ordinária para apreciação de um pedido de empréstimo feito pelo governador Rui Costa da ordem de R\$1,5 bilhão. A votação remota começa às 15h.

Votação

O pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão ao Banco do Brasil para infraestrutura na Bahia começará a ser apreciado pela Assembleia Legislativa da Bahia hoje, às 15h, conforme pauta definida pelo presidente Adolfo Menezes em acordos com os líderes partidários. “Os membros das comissões de Orçamento e de Constituição e Justiça, mais os líderes Rosemberg Pinto (PT) e Sandro Régis (DEM) se reuniram com o secretário da Fazenda Manoel



Adolfo Menezes

Vitório para debater a proposta, que é para manter os investimentos públicos e compensar os gastos com a Covid-19, que já chegam a R\$ 1,8 bilhão. Na segunda-feira, na sessão legislativa virtual, vamos começar a apreciar o projeto e definir se ele tramitará em regime de urgência”, disse o chefe do Legislativo estadual.

Milhões podem perder acesso a benefícios

Quem deixa de recolher a contribuição ao INSS por mais de 12 meses perde esse seguro

STEPHANIE TONDO O GLOBO

A pandemia, que acaba de completar um ano, e a crise econômica prolongada pelas dificuldades em conter o avanço da Covid deixaram quase 14 milhões de brasileiros sem trabalho. Esses milhões que não têm emprego e não recebem mais o auxílio emergencial correm agora o risco de perder o direito aos benefícios da Previdência Social, como auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte.

Quem deixa de recolher a contribuição ao INSS por mais de 12 meses perde esses seguros, e muitos in-

formais não conseguem encaixar esse pagamento nas despesas do mês.

É o caso de Fernanda Cristina de Azevedo, de 40 anos e mãe de cinco filhos, que não contribui para o INSS desde que foi demitida do hospital onde era auxiliar de serviços, em junho de 2019. Ela passou a trabalhar como diarista e cuidadora de idosos para cobrir as despesas da família, mas, com a pandemia, ficou difícil manter os bicos. A renda, que já havia diminuído na informalidade, despencou. O auxílio emergencial cobriu aluguel e gastos com alimentação até dezembro.

— A gente se sente des-

protegido por não conseguir contribuir mais com o INSS. A sensação é que pode acontecer alguma coisa e a gente não vai ter pra onde ir porque não tem como pedir (um benefício).

SEM TER A QUEM RECORRER

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, referentes ao último trimestre de 2020, pelo menos 4 milhões de pessoas podem ter deixado de contribuir ao INSS no ano passado, considerando apenas trabalhadores, inclusive domésticos, com carteira assinada que perderam o em-

prego. Entre aqueles sem carteira, que poderiam contribuir como autônomos, mais de 3 milhões passaram à desocupação.

— São milhões de pessoas que já perderam ou estão prestes a perder a condição de segurados, e não terão a quem recorrer se tiverem uma invalidez no meio do caminho — lamenta Gilvan Cândido, professor da FGV Educação Executiva de Previdência. Ele acredita que só haverá uma melhora, mesmo tímida, em 2022, se o governo conseguir vacinar pelo menos 70% da população ainda este ano.

— O processo de retomada do emprego não vai

ser tão rápido e, provavelmente, começará pelo trabalho informal, mas tudo dependerá também de como as vacinas responderão.

A cozinheira Cintia Reis, de 47 anos, sustenta os dois filhos vendendo salgados por encomenda. Ela teme não conseguir se aposentar, pois não contribui para o INSS desde que perdeu o emprego em uma lanchonete, em maio do ano passado: — Dá um aperto no peito, sempre tive medo de não conseguir me aposentar. Com a pandemia, tenho medo de morrer antes. Mas vou lutar pra conquistar meus objetivos. Tenho filhos, preciso mostrar o lado bom em certas situações.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 13 e 14/03/2021	Página: 02

Tribuna

Raio Laser

Empréstimo

O pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão ao Banco do Brasil para infraestrutura na Bahia, solicitado pelo Governo do Estado, através do Projeto de Lei nº 24.104/2021, começará a ser apreciado pela Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA na próxima segunda-feira, às 15h, conforme pauta definida pelo presidente Adolfo Menezes em acordos com os líderes partidários. “Anteontem, os membros das comissões de Orçamento e de Constituição e Justiça, mais os líderes Rosemberg Pinto (PT) e Sandro Régis (DEM) se reuniram com o secretário da Fazenda Manoel Vitório para debater a proposta, que é para manter os investimentos públicos e compensar os gastos com a Covid-19, que já chegam a R\$ 1,8 bilhão. Na segunda-feira, na sessão legislativa virtual, vamos começar a apreciar o projeto e definir se ele tramitará em regime de urgência”, explica o chefe do Legislativo estadual.



Adolfo Menezes

Carta

Um grupo de entidades, incluindo a Fecomércio-BA, a CDL, a Fieb e a Abrasce enviaram uma carta ao prefeito de Salvador, Bruno Reis, pedindo uma série de medidas para minimizar os impactos da crise gerada pela pandemia. O texto destaca que "caminhando na contramão do mundo, o nosso País vê aumentar os números de contágio, enquanto empresas são fechadas e o desemprego se alastra. É certo que, nesse cenário, o Comércio de Bens, Serviços e Turismo tem sido um dos mais prejudicados, sendo obrigado a fechar as portas e não mais auferir receitas provenientes de suas atividades, em função das medidas de isolamento social".

Perda

Enquanto setores do comércio lutam pela reabertura das lojas a qualquer preço como se a pandemia não estivesse aí roubando vidas dia após dia, o empresariado baiano perdeu ontem Katiene Cunha, durante anos dona da Xarmonix, referência em presentes finos e decoração, atualmente comandando a Kachepot, na Alameda das Espatólias.

Tribuna

OTTO ALENCAR FILHO também foi eleito nesta semana presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico



Baianos comandarão comissões no Congresso

O deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA) também foi eleito nesta semana presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados para um mandato de um ano. Ao ser eleito, ele disse que gosta de trabalhar em grupo e que sua posição é a de sempre buscar o desenvolvimento econômico, sem esquecer o social.

Em sua gestão, o parlamentar pretende privilegiar projetos que aliviam a carga tributária sobre bens de consumo. "Que a gente possa desafogar impostos sobre bens e consumo, porque são os que mais impactam a população. De outro lado,

que a gente possa cobrar de forma proporcional e justa em outras áreas", anunciou o novo presidente. Ele disse ainda ser um apoiador do agronegócio. Filho do senador Otto Alencar (PSD-BA), Otto Alencar Filho tem 43 anos e está em seu primeiro mandato como deputado federal.

Antes de ser eleito deputado, foi presidente da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) entre 2015 e 2018.

Esta experiência, segundo ele, foi a que lhe fez conhecer o mundo do desenvolvimento econômico e social e a necessidade de agregar valor a bens naturais, para gerar mais riqueza para

o Brasil.

"Sou um social-democrata convicto. Quando alguém me pergunta qual o meu modelo de país, eu sempre digo que é um país com um desenvolvimento econômico forte, mas sem esquecer o social. Com uma saúde pública de qualidade, uma educação pública de qualidade, onde o empresário possa agregar valor, onde o trabalhador tenha um salário digno, um país que tenha um setor público com uma cultura de meritocracia, que seja desburocratizado e ágil", ressaltou ainda.

Na mesma reunião que elegeu Otto Alencar Filho, também foram eleitos os deputados Marco Bertaiolli

(PSD-SP) para 1º vice-presidente e Capitão Fábio Abreu (PL-PI) para 3º vice. Falta ainda definir o 2º vice-presidente.

Marco Bertaiolli destacou o fato de ser ligado às micro e pequenas empresas e disse que pretende trabalhar pelo desenvolvimento do Brasil. Por sua vez, Capitão Fábio Abreu ressaltou que o papel da comissão é promover ações para desburocratizar o País.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) foi eleita para comandar a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, com mandato de um ano. Ela substitui a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) no cargo. **(HB)**

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 13 e 14/03/2021	Página: 06

Tribuna

BAHIA

PF deflagra operação contra fraudes a benefícios previdenciários

ANILSON SALOMÃO
REPÓRTER

A Polícia Federal deflagrau na manhã desta sexta-feira, 12, a operação Nocivum, para desarticular uma organização criminosa suspeita de fraudar benefícios previdenciários na Bahia. A

ação aconteceu em conjunto com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Dois mandados de busca e apreensão foram cumpridos nas cidades de Salvador e Camaçari, na Região Metropolitana. De acordo com a PF, o grupo é acusado de fal-

sificar documentos utilizados para comprovar perante o INSS a exposição de trabalhadores a agentes nocivos à saúde, tais como produtos químicos, ruídos, calor, entre outros e assim, conseguir redução no tempo de trabalho necessário para obtenção da aposentadoria.

O valor do prejuízo estimado com as fraudes é de R\$ 2,5 milhões, relativos à cerca de 20 benefícios previdenciários suspeitos. Ainda segundo a PF, a previsão é de que esses números aumentem com o avançar das investigações e a identificação de outras fraudes.

Os envolvidos responderão por diversos crimes, dentre eles associação criminosa, estelionato previdenciário, falsificação de documento público e uso de documento falso. Se somadas, as penas para esses crimes podem chegar a mais de 25 anos de prisão.

Tribuna

Comércio se manifesta contra o fechamento das atividades

Sindicatos e federações pedem mais fiscalização nas ruas para obter uma retomada segura

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

A proibição do funcionamento de atividades não-essenciais em Salvador, em vigor desde o dia 26 de fevereiro, vem deixando o setor do comércio formal preocupado com a possibilidade de fechamentos de lojas e demissões em massa. A medida, tomada pelo prefeito Bruno Reis, veio para impedir aglomerações e tentar frear o avanço da covid-19 na cidade. Para uma possível retomada, o critério sugerido pelo grupo formado por prefeitos da Região Metropolitana de Salvador, além de Reis e do governador da Bahia Rui Costa, é de que a taxa de leitos de UTI fique abaixo dos 80% durante cinco dias consecutivos. Se esse nível for alcançado, a reabertura deverá acontecer gradualmente, como no plano apresentado pela Prefeitura de Salvador no ano passado.

"Tudo é essencial"
Antoine Tawil, vice-presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia (FCDL), comentou o ato dos trabalhadores do comércio, realizada na última quinta-feira (11) na entrada do Salvador Shopping. "A manifestação foi para expressar que a reabertura dos comércios deve ser imediata. Não pode mais esperar. Muitas famílias dependem do comércio para sobreviver", afirma. Para ele, a fiscalização dos poderes públicos deveria ser mais rígida e presente, principalmente em relação às aglomerações nos bairros e festas clandestinas. "Os nossos estabelecimentos funcionam em ambiente super protegido, nunca saímos dos protocolos estabelecidos pela prefeitura. Se você for olhar hoje o comércio, tirando as datas como Dia das Mães e Natal, os shoppings e lojas estão vazios", argu-

menta Tawil, que diz não entender a divisão de essencialidade das atividades. "Tudo é essencial". O desemprego e a perda de renda tanto de lojistas quanto de funcionários é uma grande preocupação para a entidade. "Cada CNPJ que fecha, são pelo menos 10 CPFs que vão junto. Ou seja: cada loja que fecha, são no mínimo dez pessoas que ficam desempregadas". O vice-presidente disse ainda que 20% da força de trabalho na Bahia está desempregada, e que apenas o setor de comércio vem gerando 170 mil postos de trabalho. "Queremos uma retomada segura, colaborando com o poder público".

REPRESENTATIVIDADE

Renato Ezequiel, presidente do Sindicato dos Comerciantes, apoiou a manifestação e acredita na necessidade de inclusão dos trabalhadores no comitê de

crise, criado para discussão das próximas medidas contra a disseminação da covid-19. "Seguramente, todas as partes envolvidas propiciarão decisões mais coletivas e melhor respaldadas. No comitê, podemos levar o sentimento e ideias da categoria para ajudar a construir saídas boas para o comércio, os trabalhadores, a sociedade e a economia", afirma o representante da classe. "É necessário ouvir a representação de 100 mil comerciantes e comerciantes na capital". O sindicato é favorável às medidas, classificando-as como "duras, mas necessárias", e preocupa-se com a preservação das vidas dos trabalhadores e da população. Para Ezequiel, contudo, faltam formas de garantir a sobrevivência das empresas enquanto as portas precisarem se fechar. "É importante abrir linhas de crédito mais facilitadas para micros, pequenas e médias

empresas, de todos os bancos públicos e, inclusive, da Desenbahia", sugere.

COMPENSAÇÃO

Junto com a FCDL, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador (CDL) lançou no último dia 5 de março uma campanha em defesa da vida e da economia no YouTube, com o lema "Salve vidas. Salve empregos". A peça publicitária apela para que as pessoas cumpram com as medidas sanitárias, como evitar aglomerações, manter distanciamento nas lojas e usar máscara. Em nota, a CDL mantém posicionamento contrário às medidas restritivas para o setor. "As entidades manifestam que são contrárias ao lockdown do comércio e defendem o início do plano de retomada das atividades econômicas, de forma responsável, seguindo os protocolos". Para amenizar o impacto das medidas

restritivas nas empresas, o grupo de entidades do comércio formado pela Fecomércio-BA, FCDL Bahia, CDL Salvador, Associação Comercial da Bahia e a FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia) enviou um ofício ao governador Rui Costa e ao prefeito Bruno Reis com 15 solicitações para viabilizar a manutenção de empregos e sobrevivência das lojas. No pacote de pedidos, estão o parcelamento de impostos, prorrogação automática de certidões e licenças, refinanciamento de dívidas, isenção de conta de água para estabelecimentos fechados e auxílio de R\$ 1 mil para trabalhadores desempregados. "Com essas medidas, precisa haver uma compensação para que as portas permaneçam fechadas", diz o assessor da CDL Admilson Santos.

Rui Costa confirma compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V

Está confirmado. Um contrato foi fechado na tarde desta sexta-feira (12) entre o Governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo e sacramentou a compra da vacina Sputnik V para o estado. Segundo o governador Rui Costa, foram compradas 9,7 milhões de doses. O governador deu esta notícia durante reu-

nião com prefeitos da capital e Região Metropolitana de Salvador.

O primeiro lote chegará em abril e as vacinas poderão ser aplicadas na população imediatamente. Um ato oficial de assinatura do contrato entre o governador e autoridades russas está previsto para a próxima semana.



RUI COSTA
governador

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 15/03/2021	Página: 04

Tribuna

Governo da Bahia abrirá novos leitos para o tratamento da Covid-19

Por determinação do governador Rui Costa, centenas de leitos para o tratamento de pacientes com a covid-19 estão sendo abertos na Bahia. O secretário estadual da saúde, Fábio Vilas-Boas, informa que todos os 100 leitos do hospital de campanha da Arena Fonte Nova serão disponibilizados a partir da próxima semana. Também serão abertos 30 leitos de UTI e 60 leitos clínicos no Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas. A unidade chegará a 100 leitos de UTI e 180 de enfermaria nas semanas seguintes. Ainda serão abertos 100 leitos de assistência respiratória no Hospital Riverside, também em Lauro de Freitas, além de outras unidades em diversos municípios do interior do estado.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 13/03/2021	



Estado investirá mais de R\$ 30 milhões em novas escolas nos municípios de Serrolândia, Ituaçu, Floresta Azul e Presidente Dutra

13 março 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O Governo do Estado investirá mais de R\$ 30 milhões na construção de novas escolas nos municípios de Serrolândia, Ituaçu, Floresta Azul e Presidente Dutra. A Secretaria da Educação do Estado (SEC) divulgou, neste sábado (13), no Diário Oficial (DOE), o resultado da licitação. As novas unidades escolares seguem um novo padrão adotado pelo Estado, com uma ampla infraestrutura que contempla, além das salas de aulas, equipamentos como bibliotecas, laboratórios, quadra coberta, campo de futebol society e auditório.

“A construção destas unidades escolares faz parte do programa do Governo do Estado, que prevê a implantação de 60 novas escolas na Bahia, até 2022. É um compromisso do governador Rui Costa e que estamos cumprindo com a requalificação da rede física das nossas escolas, com o objetivo de dotar a rede estadual de ambientes mais atrativos e adequados à aprendizagem dos estudantes”, afirmou o secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues.

Em 2020, mesmo com a pandemia do novo Coronavírus, o Estado entregou três novas escolas: o Colégio Estadual do Campo Anderson França, no município de Prado; o Colégio Estadual Quilombola Luís José dos Santos, em Campo Formoso; e o Colégio Estadual Professora Maria Tereza de Oliveira, em Novo Triunfo.

Além disso, também estão sendo implantados os Complexos Poliesportivos Educacionais, cujo objetivo é fortalecer as práticas esportiva, artística e cultural no currículo escolar. Os equipamentos serão dotados de infraestrutura para a realização das diferentes modalidades esportivas, como ginásio de esportes, piscinas, campos de futebol e pista de atletismo, dentre outros. Neste ano, foi entregue o Complexo Poliesportivo Educacional em São Gonçalo dos Campos, integrado ao Colégio Polivalente. Em 2020, foi entregue o Complexo Poliesportivo Educacional em Conceição do Coité.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/03/2021	



Governador confirma compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V

12 março 2021



Foto: Divulgação/HE

Está confirmado. Um contrato foi fechado entre o Governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo, na tarde desta sexta-feira (12), e sacramentou a compra da vacina Sputnik V para o estado. Segundo o governador Rui Costa, foram compradas 9,7 milhões de doses.

O governador deu a notícia durante reunião com prefeitos da capital e Região Metropolitana de Salvador (RMS).

O primeiro lote chegará em abril, e as vacinas poderão ser aplicadas na população imediatamente. Um ato oficial de assinatura do contrato entre o governador e autoridades russas está previsto para a próxima semana.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/03/2021	



Fundação assume gestão do Hospital Riverside e abre seleção para o preenchimento de 211 vagas

12 março 2021



Foto: Mateus Pereira/Arquivo GOVBA

A Fundação Fabamed será a organização social responsável pelo gerenciamento do Hospital Riverside, em Lauro de Freitas, que é dedicado ao atendimento de pacientes com o diagnóstico do coronavírus (Covid-19). A unidade da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab) possui 110 leitos, sendo dez de Terapia Intensiva (UTI). Para iniciar o funcionamento da unidade, a entidade abriu 211 vagas e os interessados devem enviar o currículo para o e-mail peessoal@fabamed.org.br.

São vagas de nível fundamental, médio e superior, a exemplo de técnico de enfermagem, enfermeiro, médico, fisioterapeuta, farmacêutico, engenheiro clínico, maqueiro, motorista, roupeiro, recepcionista, auxiliar administrativo, dentre outros.

O antigo Hotel Riverside, em Lauro de Freitas, foi adquirido pelo Governo do Estado em 2019 e passou por adequações estruturais para ser transformado em uma unidade hospitalar.

Instituição

A Fundação Fabamed é uma organização social sem fins lucrativos criada em 2001 e desde então, adota as melhores práticas no gerenciamento de pessoas, serviços, hospitais e demais equipamentos de saúde. Atualmente a instituição é responsável pelo gerenciamento de unidades estaduais e municipais, tanto na capital, quanto no interior.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/03/2021	



Abertura de novos leitos para pacientes com Covid gera mais de 2 mil vagas de emprego

12 março 2021



Foto: Leonardo Rattes/Saúde GOVBA

Com a abertura de novos leitos no hospital de campanha da Arena Fonte Nova, no Hospital Riverside e inauguração do Hospital Metropolitano, mais de 2 mil vagas de trabalho vêm sendo ofertadas para Salvador e Lauro de Freitas. Além das oportunidades na área assistencial, as novas unidades possibilitam geração de emprego nas áreas administrativa e operacional, em serviços de apoio como lavanderia, alimentação, segurança e higienização.

“Juntas, as três unidades têm capacidade para ofertar 210 leitos de Terapia Intensiva [UTI] e 290 leitos clínicos, voltados para assistência a pacientes com positivos para a Covid-19”, explica o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. Ele acrescenta que “vivemos um momento economicamente complicado diante da pandemia provocada pelo coronavírus e a abertura das unidades possibilita oportunidade para pessoas que tanto precisam”.

Geração de emprego

As 1.350 oportunidades no Hospital Metropolitano, que terá 200 leitos para assistência Covid-19, são para auxiliar administrativo, auxiliar de cozinha, auxiliar de higienização, auxiliar de suprimentos, enfermeiro, fisioterapeuta e técnico de enfermagem, dentre outros, com contratação imediata. A seleção está sendo feita com o apoio do Hospital do Subúrbio. Os interessados devem enviar currículo pelo [site da unidade](#), clicando em “Contatos” e depois em “Trabalhe Conosco”.

Para atuar no Hospital de Campanha da Arena Fonte Nova, que já contratou 388 profissionais e abriu vaga para contratar mais técnicos de enfermagem, o recrutamento está sendo realizado pelas Obras Sociais Irmã Dulce (Osid), responsável pela gestão da unidade. Os currículos para seleção devem ser enviados por e-mail para curriculo.hcaf@irmadulce.org.br. Não são aceitos documentos entregues pessoalmente. Para o Hospital Riverside, a forma de envio de currículos será divulgada em breve, após a finalização do processo para definir a organização social que vai gerir a unidade.

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 12/03/2021	



Governo do Estado distribui 3,5 mil máscaras no Ceasa e Mercado das 7 Portas

12 março 2021



Nesta sexta-feira (12), o Governo do Estado distribuiu cerca de 3 mil máscaras no Centro de Abastecimento (Ceasa), o maior da Bahia, e outras 500 no Mercado das 7 Portas. Essa ação faz parte do conjunto de medidas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) e a Secretaria do Planejamento (Seplan), para conter o avanço da pandemia causada pelo covid-19 na Bahia.

“Essa ação é para reforçar o uso da máscara, que é obrigatória dentro de todos os mercados públicos da Bahia. A máscara é um dos itens imprescindíveis no combate ao Covid-19. O Governo do Estado está atuando em diversas frentes para conter o avanço do coronavírus na Bahia”, destaca o vice-governador João Leão, secretário da SDE.

De acordo com o coronel do CBMBA, Adson Marchesini, mais uma vez foi realizada a entrega de uma quantidade significativa de máscaras. “Nossos bombeiros orientam à população também sobre outras medidas preventivas além da máscara, como a higienização de mãos com água e sabão ou álcool a 70%”, comenta.

“Enquanto não temos vacina para toda a população, a melhor forma de prevenção é o distanciamento social, uso de máscaras e a higienização constante das mãos. Diante do avanço da Covid-19, a população precisa redobrar os cuidados necessários para evitar o contágio. Essa distribuição faz parte deste processo de buscar convencer as pessoas de que precisamos nos unir para combater esta terrível pandemia, com cada um fazendo a sua parte”, disse o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Fonte: Ascom/ SDE

Veículo: Política Livre	
Data: 15/03/2021	



BC se vê forçado a subir juros em plena crise por causa da aceleração da inflação

economia

A aceleração do aumento de preços colocou o Banco Central numa sinuca de bico: subir a taxa de juros em plena crise econômica e piora da pandemia da covid-19. Em um gráfico, as tendências de inflação, em alta, e da variação do PIB, em queda, mostram uma boca de jacaré se abrindo. Essa é uma situação de extrema anormalidade em que atividade e inflação estão em sentido oposto.

A decisão desta semana será o primeiro teste e tudo indica mais difícil até agora para o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e sua equipe após o Congresso aprovar no mês passado a autonomia da instituição, com a justificativa de garantir a condução da política de juros sem pressões políticas.

A expectativa é que o BC comece agora a desarmar essa bomba relógio para barrar o risco de descontrole de preços, sobretudo em 2022, após um período longo de queda de juros, que levou a taxa Selic (os juros básicos) ao patamar histórico de 2%. A aposta do mercado é de uma elevação de 0,50 ponto porcentual na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dos dias 16 e 17.

A perspectiva de a economia brasileira entrar em recessão técnica, no segundo trimestre deste ano, num quadro de recrudescimento da pandemia, combinado com medidas de isolamento e lockdown, só amplia o desconforto com a medida.

O momento é ainda mais delicado porque o próprio presidente Jair Bolsonaro contribuiu para elevar, nas últimas semanas, a cotação do dólar disparando uma série de movimentos erráticos e contraditórios na economia, que começou com a intervenção da Petrobrás, passou pela tentativa de flexibilizar o teto de gastos (a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação) e terminou com a articulação de uma manobra para desidratar as medidas de corte de gastos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial.

O resultado: mais pressão sobre a inflação, a ponto de Campos Neto ter entrado nas negociações políticas para impedir uma derrota geral na votação, o que complicaria ainda mais o trabalho do BC na condução da política monetária (calibrar a taxa básica de juros, a Selic, para o controle da inflação).

“É um sinal de desequilíbrio ter essa bomba relógio de inflação alta com uma queda do PIB já contratada”, diz Silvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas.

Com a inflação em 12 meses se aproximando de 7% em abril, desemprego e PIB negativo, a economia vive uma situação de estagflação. “Esse é o drama para o BC. E não sabemos quanto pior pode ficar a atividade econômica por causa da pandemia. É uma das piores combinações”, diz ela, que não descarta a consolidação de um quadro recessivo em 2021, mais grave do que a estagflação. Se soma ao cenário negativo a queda do poder de compra das famílias brasileiras no período de fraqueza do mercado de trabalho.

Ex-presidente do BC no governo Lula, Henrique Meirelles alerta para um fator que, segundo ele, precisa ser levado em conta: o nível de confiança baixa diante de um governo que não tem dado “uma direção clara e que vive envolvido em toda sorte de discussões e polêmicas”. “Numa situação de insegurança, a depreciação cambial (o real se desvalorizar frente ao dólar) leva ao repasse para os preços”, diz Meirelles, que assumiu o comando BC num momento crítico de alta dos preços em 2003.

Numa situação de pandemia há razões objetivas para a queda da demanda (pessoas e empresas produzem e consomem menos). Por outro lado, há também uma situação de desorganização da economia que tem levado a dificuldades de suprimento das cadeias produtivas. E isso acaba gerando mais inflação.

Nas contas do ex-secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, desde setembro vem se formando um acúmulo de pressões inflacionárias, que começou a partir da elevação dos preços de alimentos, mas que não foram levadas devidamente a sério nem pelo Ministério da Economia nem pelo BC.

A mudança foi muito rápida. Em julho do ano passado, ressalta Mendonça de Barros, a inflação estava abaixo de 2% em setembro, começou a aumentar e terminou 2020 acima de 4%. “É uma aceleração extraordinária”, diz. Em 12 meses até fevereiro, o IPCA, índice oficial de inflação, já acumula uma alta de 5,20% depois de ter subido 0,86% no mês passado – a maior taxa desde 2016.

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre, o momento para a inflação é muito preocupante e o BC não pode facilitar. “Se dermos mole nesse campo, vamos continuar simplesmente com os problemas que já temos e acrescentar mais um”, diz Senna. Ele ressalta que no campo das commodities (produtos básicos, como grãos, petróleo e minério de ferro) já houve uma alta de 10% em janeiro e mais 7% em fevereiro. As matérias-primas, diz, já acumulam uma elevação de 75% em 12 meses. “Estamos vivendo repasses reprimidos”, enfatiza.

Senna avalia que a PEC do auxílio não ataca o problema fiscal de aumento das despesas obrigatórias (como gastos com servidores e Previdência, por exemplo), problema que pode ser acentuado pelo caráter populista da política do governo. “Num ambiente como esse as expectativas de inflação podem sair de controle. Isso é muito perigoso”, avisa.

Estadão Conteúdo

Veículo: Política Livre	
Data: 15/03/2021	



Mercado financeiro eleva projeção da inflação para 4,60% este ano

economia

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) deste ano subiu de 3,98% para 4,60%. A estimativa está no boletim Focus de hoje (15), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,50%. Tanto para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Taxa de juros

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2021 em 4,50% ao ano. No boletim passado, a projeção para os juros básicos da economia era de 4%. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica suba para 5,50% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB e câmbio

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,26% para 3,23%. Para o próximo ano, a expectativa para Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – é de crescimento de 2,39%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,50%.

A expectativa para a cotação do dólar subiu de R\$ 5,15 para R\$ 5,30 ao final deste ano. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5,20.

Agência Brasil



EX-PRESIDENTE LULA É VACINADO CONTRA COVID-19

Aos 75, o petista foi vacinado em São Bernardo do Campo (SP), onde vive; Lula aproveitou para defender a necessidade da vacinação e criticar o governo Jair Bolsonaro pela falta de imunizantes no país. Ricardo Stuckert/Instituto Lula

Secretários perderam paciência com Pazuello, diz representante

Presidente do Conass afirma que cenário atual é horrível, 'um tsunami'

Camila Mattoso

BRASÍLIA Presidente do Conass (conselho de secretários estaduais de Saúde), Carlos Lula afirma que, depois de dez meses de gestão de Eduardo Pazuello (Saúde), boa parte do grupo perdeu a paciência com o ministro. Ele diz que o ministro teve um início elogiável, mas os sucessivos erros da pasta minam a credibilidade no geral.

Em entrevista à Folha, Lula classifica o atual cenário da pandemia como horrível, afirma que todos estão esgotados e que o pior adversário no enfrentamento a Covid-19 é o presidente Jair Bolsonaro. Secretário da gestão Flávio Dino (PCdoB-MA). Lula diz que era inviável manter hospitais de campanha abertos e que o erro foi ter apostado em estruturas temporárias.

Como os sr. vê o atual momento da pandemia? Nunca senti o pessoal tão pra baixo [quanto agora]. É sentir que estamos perdendo a esperança. Não esperava chegar em março num colapso. Hoje 25 dos 27 estados estão em situação gravíssima. Não há certeza do cronograma do ministério, todo dia diminui um pouco o número planejado de doses. Está todo mundo muito esgotado. A gente olha pra frente e não sabe o que vai ser amanhã.

Por que não esperava chegar ao colapso agora? Mesmo com alguns sinais a gente tinha esperança. A gente achou que a vacinação poderia impactar. Isso não é segunda onda, é tsunami, uma onda gigante que engoliu todo mundo. O cenário é horrível. A gente olhou em dezembro que isso poderia acontecer, mas achou que dava para virar. O cenário é o pior possível.

Os estados desfizeram seus hospitais de campanha. Vocês não se prepararam o suficiente para chegar neste momento? Houve um erro na avaliação do que seria o hospital de campanha, quem não tinha era como se não tivesse enfrentando a doença. Era um erro sem tamanho. Sofri muitas críticas no meu estado por ter demorado a montar. Eu queria estruturas permanentes, não temporárias. Se não tiverem cheias, tem que des-

montar. Não tem como manter a estrutura sem ocupação.

Mas o planejamento dos estados foi errado? Não foi errado. A gente desmontou porque não estavam sendo utilizados. Agora estamos tendo que reabrir. O grande erro foi apostar só em hospital de campanha. Hospitais de campanha não são solução. Só existe por causa da sobrecarga.

Por que não foi possível fazer estrutura permanente? Houve um equívoco dos estados nessa avaliação, talvez porque achavam que não seria tão rápido construir ou ampliar leitos.

Como é enfrentar o vírus com o presidente Jair Bolsonaro? Não estava no plano enfrentar um presidente que desafia as autoridades do seu governo. Estamos no terceiro ministério. Ele tentou enfrentar todas as autoridades sanitárias do país. Na ponta, o discurso cola. A gente combate o vírus e o sentimento da sociedade.

“ Nunca senti o pessoal tão pra baixo. Hoje 25 dos 27 estados estão em situação gravíssima. Não há certeza do cronograma do ministério. Estão todos esgotados. A gente não sabe o que vai ser amanhã

O presidente aposta na confusão. Isso nos cansa três ou quatro vezes mais. Ele poderia ter unificado o país, mas não quis

Carlos Lula
presidente do Conass
(conselho de secretários estaduais de Saúde)

Não foram poucos os que chegaram em unidades de saúde pedindo pra tomar dororquina. Gente que fez escândalo ou que brigava porque não queria usar máscara. Essa guerra é maior do que a que a gente enfrenta. O presidente aposta na confusão. Isso nos cansa três ou quatro vezes mais. Ele poderia ter unificado o país, mas não quis.

Essa foi a maior dificuldade que encontram? Com certeza. Porque essa é a mãe das outras dificuldades. Vacinação, financiamento, critérios científicos para o que deve ser feito. Tudo isso deriva da posição pessoal do presidente.

Qual a avaliação que faz do ministro Pazuello depois de dez meses? Ele tem tentado acertar, mas errado muito. É aberto a escutar. Por outro lado, se cercou de pessoas que não fazem seguir o melhor caminho. Ele erra e erra muito.

Tem uma série de coisas que poderiam ter sido diferentes. De Manaus às vacinas. Não é só culpa dele. Ele tentou resolver a Coronavac lá atrás, o presidente não deixou. Ele começou bem, mas hoje eu diria pelos secretários que boa parte já perdeu a paciência. São erros em sequência que minam a credibilidade.

Quais são os principais erros dele? O maior erro foi de ter se cercado de pessoas que não vão dizer a ele que está no caminho errado. As pessoas estão ali só pra aplaudir.

Se boa parte perdeu a paciência, por que ele fica? Ele fica porque é da confiança do presidente. E caso não, a gente se preocupa com quem vai estar depois dele. Pode piorar.

Quem são essas pessoas que não são confiáveis? Prefiro não nomear. Mas tem muita gente do Exército. Pessoas sem experiência na área de saúde e saúde pública, não tem como prover resultados.

O sr. falou da cloroquina. Qual foi o efeito do discurso do presidente? A consequência foi gente morrendo com problema cardíaco. Falaram de Covid com arritmia. Não dá pra tratar prescrição de medicamento com achismo de autoridade pública.

De um lado, a gente fala 'fica em casa, não tem vacina,

não vamos ter leito pra você'. Do outro: 'não, isso é besteira, é só tomar um medicamento que vai fazer você ficar bem'. É mais fácil as pessoas acreditarem em milagres. Depois da cloroquina, vem ivermectina, depois vamos meter um spray no seu nariz e vai resolver'. É um discurso falso.

Há um movimento para o Congresso assumir a linha de frente do combate à pandemia e impedir o discurso negociatista do presidente. O sr. concorda? Isso é o federalismo em frangalhos, é apenas desespero. Se com ajuda do Congresso e governadores é possível apontar um caminho, a gente vai apostar nisso.

O Brasil virou uma preocupação para o mundo inteiro. Como classifica a situação? É uma vergonha e um absurdo. A variante de Manaus veio para acabar com a tese de imunidade de rebanho. Por isso não podemos circular livremente. Se surgiu uma mutação resistente à vacina é o pior cenário.

Pazuello tem pedido ajuda a políticos por não conseguir agir. O sr. acredita no pedido? Acredito. O pedido é sincero. Ele pediu ajuda pra gente também. Ele pede ajuda na articulação política e pra medidas que ele não consegue tomar na esfera federal.

O ministério já manifestou que medidas restritivas são necessárias? Ele [Pazuello] entrou em contato na semana passada e disse que isso estava em debate. Antes não aceitavam falar no tema. Dessa vez, pela situação grave, disseram que achavam que tinha que tomar uma medida. Devem discutir isso no governo.

Qual avaliação faz do Conselho Federal de Medicina? A posição é muito ruim. A gente também defendeu autonomia para os médicos desde o começo. Isso não significa prescrever qualquer coisa. No começo, era crível alguém receber cloroquina, mas a gente viu que não fazia sentido. A postura do CFM é ideológica. Eles estão apostando o caminho da política, não o da ciência.

Qual esperança que o sr. tem? Acredito piamente que vamos vencer, infelizmente com mais baixas do que a gente desejava.

Nordeste negocia compra de 37 milhões de doses da vacina Sputnik

Daniel Carvalho e Raquel Lopes

BRASÍLIA Os governadores do Nordeste pretendem assinar na próxima semana contrato com o Fundo Russo de Investimento Direto para a compra de 37 milhões de doses da vacina Sputnik V, contra a Covid-19. As doses, vindas da Rússia, devem chegar ao Brasil entre abril e julho.

Diante da escassez de vacinas no país devido à ineficiência do governo federal, os governadores nordestinos tomaram a iniciativa de negociar por conta própria, como fez o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), com a Coronavac, no ano passado.

Em reunião virtual neste sábado (13) entre os nove governadores do Nordeste e o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, ficou acertado que, apesar de os estados firmarem os contratos, o governo federal compromete-se a efetuar o pagamento, o que garantirá que as doses sejam incluídas no PNI (Plano Nacional de Imunização) e distribuídas proporcionalmente a todos os estados.

De acordo com governadores que participaram da reunião, os contratos serão assinados por cada estado entre segunda (15) e quarta (17).

Cada dose custará US\$ 9,95 (R\$ 55,25). O preço total de cada contrato depende ainda do cálculo de outros itens, como frete e logística. O cronograma ainda não foi fechado.

Caso o Ministério da Saúde não efetue o pagamento na chegada de cada remessa, os nove estados nordestinos pagarão a fatura e distribuirão as doses apenas entre eles.

Uma lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira (10) permite que estados e municípios comprem vacinas.

"Qual é o ponto principal? É evitar uma espécie de salve-se quem puder, quebrar o princípio da igualdade do SUS. Se acontecer isso, vai ser muito ruim para o país. É um retrocesso civilizacional. Não queremos", disse à Folha o governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B).

"A posição unânime dos governadores é que a aquisição e a distribuição não pode ser um salve-se quem puder e quem tem dinheiro passa na frente", afirmou o governador.

A Sputnik V ainda não teve registro liberado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), mas, de acordo com Dino, houve compromisso de Pazuello com a ce-

leridade do processo. O Ministério da Saúde confirmou à Folha que irá custear o contrato fechado pelos governadores do Nordeste e que as vacinadas serão incorporadas no Plano Nacional de Imunizações. Disse ainda que tem trabalhado para agilizar a aprovação da Sputnik junto à Anvisa.

A pasta assinou nesta sexta-feira (12) o contrato para a compra de 10 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. As doses serão importadas pelo laboratório União Química, parceiro do Fundo Russo de Investimento Direto, que representa o imunizante.

Segundo o ministério, o cronograma inicial apresentado pela empresa prevê a entrega de 400 mil doses da vacina até o fim de abril, seguidas de 2 milhões de doses no fim de maio. O restante deve ser entregue até o fim de junho.

Fabricantes deverão informar estoque de oxigênio à Anvisa

BRASÍLIA A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu que as empresas que fabricam e distribuem oxigênio devem informar semanalmente os estoques disponíveis do produto. As informações devem conter a capacidade de fabricação, envasamento e distribuição. Além dos estoques disponíveis e quantidade demandada pelo setor público e privado. A medida foi publicada no Diário Oficial.

A Anvisa informou que a medida visa monitorar o abastecimento de mercado e a quantidade demandada de oxigênio medicinal, com o intuito de minimizar o risco de desabastecimento. A previsão é que as empresas enviem essas informações todas as quartas-feiras para a agência reguladora. O primeiro envio deve trazer os dados dos últimos 60 dias e, a partir daí, a informação prestada será semanal.

"A coleta de informação acontecerá pelos próximos 120 dias, a contar da data de publicação do edital e os dados, de caráter confidencial, deverão ser apresentados pelas empresas para cada um de seus estabelecimentos", disse em nota.

A agência reguladora já havia tomado outras medidas sobre o oxigênio medicinal, ele foi colocado em 3 de março entre os produtos que precisam da autorização da Anvisa para exportação.



Chegada de oxigênio ao hospital de campanha de Araraquara, no interior de São Paulo. Rubens Cavallari/Folhapress

mercado

PIB caiu menos em país que reagiu rápido à pandemia

Nações com comunicação clara e frequente de chefes de Estado sobre riscos e prevenção se destacam

Érica Fraga

SÃO PAULO Países que reagiram cedo à pandemia da Covid-19 têm apresentado um balanço menos negativo do que a média global entre mortes pelo vírus e desempenho econômico.

O PIB (Produto Interno Bruto) de 62 nações, cujos dados ou estimativas oficiais para 2020 foram divulgados recentemente, recuou 4,1%. A mortalidade acumulada pelo coronavírus nesse mesmo grupo é de 67,7 por 100 mil habitantes.

Mas, nesse conjunto, destacam-se 20 nações — como China, Nova Zelândia, Nigéria, Quênia, Noruega e Finlândia — que tiveram resultados melhores do que a mediana (ponto que separa a metade maior da menor de uma amostra) de ambos os indicadores.

O Brasil foi pior do que esse grupo nas duas frentes. A economia brasileira recuou 4,1% em 2020, em linha com a mediana dos 62 países analisados pela Folha, protegida por gastos do governo, que, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), somaram 12% do PIB.

No grupo das 20 nações que parecem ter administrado melhor a crise, há casos de contrações próximas a 3%, como Rússia, Dinamarca e Finlândia, mas também expansões de até 3%, como em Taiwan e no Vietnã.

O Brasil também se distancia do grupo em termos de mortalidade acumulada pelo coronavírus, que está próxima de 130 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da mediana das 62 nações. Os dados são até 8 de março.

Entre as duas dezenas de países com melhor desempenho, a mortalidade mais alta é a de Israel, com 66 por 100 mil habitantes, e a menor — de apenas 0,04 — ocorre, justamente, em Taiwan e Vietnã, os dois países que mais cresceram em 2020.

Como a pandemia não acabou e as nações têm características muito distintas, ainda é difícil traçar comparações internacionais. Países em que a população é, em média, mais jovem tendem a ter mortalidade menor, já que a Covid-19 é mais letal entre idosos. É possível também que a baixa testagem de doentes e até problemas de transparência puxem o número de mortes para baixo em alguns países.

Mas os dados e as evidências disponíveis, até agora, sugerem que cultura, religião, natureza do sistema político, tamanho da população e nível de riqueza não são um ponto em comum às nações que têm conseguido lidar melhor com a pandemia.

Os gastos fiscais de seus governos com a crise também variam bastante. Nações ricas, como Nova Zelândia e Austrália, desembolsaram, respectivamente, 19% e 12% do PIB em 2020 para conter os danos da Covid-19. Mas há países pobres, como Quênia e Nigéria, que gastaram menos de 1% do PIB.

A rapidez de resposta do governo central à crise sanitária, com a adoção de medidas muito bem planejadas, desponta como uma candidata a explicação para a contenção de vidas e de danos eco-

nômicos em algumas nações.

Outro ponto que se aproxima é a comunicação clara e frequente de seus chefes de Estado em relação aos riscos do coronavírus e às medidas de prevenção necessárias para contê-los.

Essas conclusões se baseiam em uma análise feita pela Folha na detalhada compilação de políticas em resposta à crise sanitária mantida pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que é atualizada frequentemente.

"Muito cedo, o governo tomou diversas ações para conter a explosão da Covid-19 no país, declarando que a prevenção continua sendo a melhor estratégia", diz o Fundo em relação a Moçambique.

Pobre e assolado por conflitos, o país africano teve contração econômica próxima a 1,3% em 2020 e registra 2,4 mortes por 100 mil habitantes desde o início da pandemia.

Enquanto presidentes como Jair Bolsonaro (sem partido), no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, transmitiam a suas populações a mensagem de que a Covid-19 não passava de uma pequena gripe, o governo moçambicano criou um comitê técnico e científico para aconselhá-lo no início da pandemia. Além disso, o país fechou escolas e proibiu reuniões em nível nacional.

Segundo o FMI, a Rússia começou a tomar precauções em relação ao que se chamava na época de "misteriosa pneumonia de Wuhan", no fim de dezembro de 2019, dois meses e meio antes de a crise ser considerada uma pandemia pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Por adotar medidas severas de controle de fronteiras externas e internas, os governos de Dinamarca e Finlândia chegaram a ser, recentemente, reprimidos pela Comissão Europeia. Segundo a instituição, os dois países — além de Bélgica, Alemanha, Hungria e Suécia — têm mantido políticas que ferem o princípio de livre movimentação do bloco.

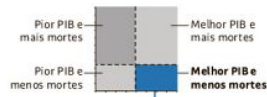
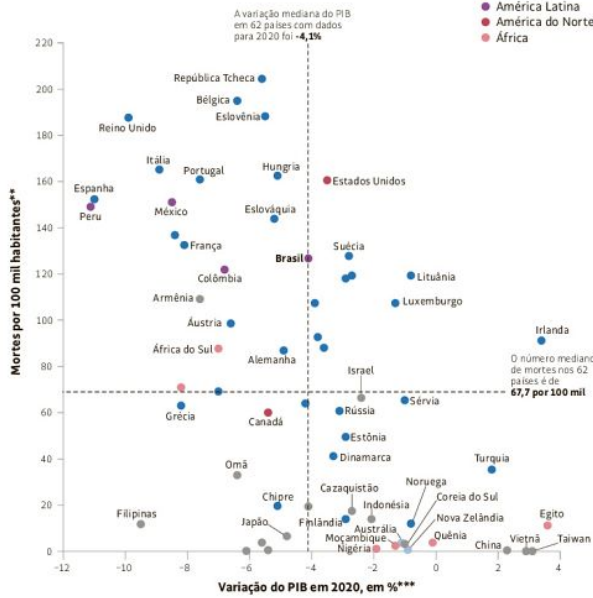
A ministra de assuntos europeus da Finlândia, Tytti Tuppurainen, defendeu a postura do país, alegando que a situação atual "não é nada normal", acrescentando que ainda não está claro se as vacinas desenvolvidas oferecem proteção em relação às novas variantes do vírus.

Países com regimes pouco democráticos chegaram a ser alvo de críticas internacionais pela forma autoritária com que tentaram impor as medidas de prevenção.

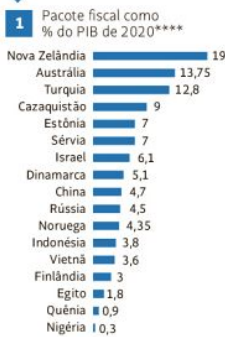
O Quênia, por exemplo, adotou no início da pandemia uma quarentena forçada para quem fosse flagrado descumprindo regras, como o uso obrigatório de máscaras. Após intervenção de organizações de direitos humanos, a regra foi modificada, mas outras medidas, como toque de recolher, foram mantidas por muito tempo.

Ação rápida e medidas de isolamento levaram 20 países a melhor balanço entre mortes e crise econômica no contexto da Covid-19

Brasil teve desempenho do PIB em linha com mediana* de 62 países, mas contabiliza o dobro do número de mortes por 100 mil habitantes



Como os 20 países com melhor desempenho combinado entre saúde e economia reagiram à pandemia



1 Pacote fiscal como % do PIB de 2020****



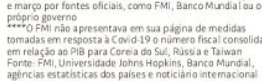
2 Distanciamento social adotado rapidamente no início da pandemia



3 Envolvimento do governo central nas medidas de isolamento iniciais



4 Distanciamento renovado quando contágio voltou a aumentar



5 Exemplos resumidos de restrições e medidas

Austrália	Fronteiras fechadas e lockdowns em resposta a novos casos
China	Testagem massiva e mapeamento de contatos de contagiados
Dinamarca	Testagem massiva, detecção de contatos, lockdown
Egito	Toque de recolher, repatriação de egípcios, fechamento de praias
Estônia	Proibição de voos para países com contágio rápido, vacinas compradas para toda a população
Finlândia	Lockdown de dois meses no início da pandemia, fiscalização de fronteiras internas
Finlândia	Lockdown de dois meses no início da pandemia, fiscalização de fronteiras internas
Indonésia	Começou vacinação no início de janeiro, controle interno de fronteiras
Israel	Lockdowns severos, vacinação começou em dezembro
Cazaquistão	Isolamento sanitário de áreas com alta contaminação, quarentena de viajantes
Quênia	Toque de recolher, limite na ocupação de transporte público
Moçambique	Atividades sociais banidas, uso obrigatório de máscara
Nova Zelândia	Fechamento completo de fronteiras, lockdown rígido
Nigéria	Fechamento de aeroportos internacionais, proibição de encontros públicos
Noruega	Pronunciamentos do primeiro-ministro sobre importância de distanciamento, quarentena
Rússia	Prevenção começou em dezembro de 2019, quarentenas
Sérvia	Proibição de movimento em finais de semana; uso obrigatório de máscara
Coreia do Sul	Isolamento social, teste e monitoramento de contatos massivos
Taiwan	Distribuição de máscaras, teste e monitoramento massivos de contatos, rigoroso controle de fronteiras
Turquia	Distanciamento social severo, toque de recolher
Vietnã	Lockdown nacional, aplicativo para alerta de casos e monitoramento de contatos

No Brasil, políticas como essa foram implementadas isoladamente por cidades e estados nas últimas semanas e, na maioria dos casos, estão sendo testadas apenas agora que a crise ganha contorno de tragédia.

Em São Paulo, o governador João Doria (PSDB) anunciou a imposição de regras mais rígidas — como toque de recolher e proibição de ida às praias — em todo o estado, pela primeira vez, na quinta (11).

Distanciamento ajuda economia a se recuperar

Especialistas têm dito que a combinação entre a adoção tardia de medidas mais rigorosas e a falta de uma coordenação nacional — centrada no governo federal — de debate ao coronavírus ajuda a explicar as dificuldades atuais do Brasil.

Bolsonaro nunca sinalizou a intenção de desenharem uma ação unificada com as administrações locais e continua criticando o distanciamento social. Um de seus argumentos é que a medida pode destruir a economia.

Mas a experiência de outros países mostra que, embora cause um forte impacto negativo imediato, o isolamento abre espaço para uma recuperação econômica posterior ao permitir o controle do contágio. Com a queda da incerteza causada pela pandemia, consumo e investimentos tendem a ser retomados.

A lista do FMI mostra que muitos dos governos mais bem-sucedidos na luta contra a Covid-19 anunciaram, logo no início da pandemia, um plano detalhado e claro de ação, com fases preestabelecidas para cada etapa de medidas. Essas estratégias foram, posteriormente, ajustadas em meio aos respingos de contágio.

"Segundo uma declaração, em 30 de abril de 2020, o governo começou a desenharem planos para 'coexistir' com a Covid-19 a longo prazo", ressalta o Fundo em relação ao Egito.

A descrição da instituição em relação às medidas adotadas no Brasil é muito mais sucinta. As palavras "governo", "rápido" e "plano" não são citadas na seção do país dedicada a resumir as ações não econômicas para contenção do contágio, ao contrário do que ocorre em relação a muitos outros países.

Na Turquia, segundo o FMI, o governo anunciou, no início de maio de 2020, um plano em fases para suspender, aos poucos, as restrições de lockdown. O país foi um dos poucos da Europa a registrar crescimento econômico em 2020, com mortes pela Covid-19 acumuladas em 35 por 100 mil habitantes.

"Depois de um lockdown completo, adotado em 30 de março de 2020, a economia da Nigéria reabriu, gradualmente, em três fases, com reduções incrementais das restrições sobre viagens e encontros", destaca o Fundo ao citar a política do país africano.

Recentemente, o diretor executivo da OMS, Michael Ryan, citou a Nigéria como contraponto ao Brasil. Segundo ele, o país africano é um exemplo de nação pobre e populosa que "conseguiu o equilíbrio entre os custos econômicos e de saúde", ao contrário do Brasil, cuja situação, segundo Ryan, é "trágica".

China, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia — países que se tornaram referência pela rapidez e eficácia com que reagiram à pandemia — também adotaram estratégias de combate planejadas pelo governo central.

Uma das linhas de atuação das duas nações asiáticas foi a testagem massiva de suas populações, combinada com o rastreamento de contatos dos contaminados.

Continua na pag. A20

*Mediana é uma medida estatística que indica o valor central de um conjunto de dados
 **Dados atualizados até 08 de março
 ***Dados de Egito, Cazaquistão, Quênia, Moçambique, Nova Zelândia, Omã e Rússia eram estimativas feitas entre janeiro e março por fontes oficiais, como FMI, Banco Mundial ou o próprio governo
 ****O FMI não apresentava em sua página de medidas tomadas em resposta à Covid-19 o número fiscal consolidado em relação ao PIB para Coreia do Sul, Rússia e Taiwan
 Fonte: FMI, Universidade Johns Hopkins, Banco Mundial, agências estatísticas dos países e noticiário internacional

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados sob assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Voto em papel: um vírus imunizado no século 20

Eleitores também estão vacinados: 76% confiam nas urnas eletrônicas

Maria Tereza Aina Sadek

Professora do Departamento de Ciência Política da USP

Tudo parece irrelevante diante das mais de 270 mil mortes por Covid-19 e da tragédia de cidadãos morrendo por falta de oxigênio. A pandemia abalou gravemente o sistema de saúde. O impacto se propagou. Nada permaneceu incolúme. A desigualdade aumentou; vieram à tona 40 milhões de invisíveis; escolas foram fechadas; indicadores econômicos sofreram queda; a divisão entre partidários e contrários ao governo federal se aprofundou; o vírus foi politizado; especialistas se defrontaram com charlatões; a ciência disputou espaço com negacionismo; proliferaram fake news.

Nesse contexto, medidas urgentes contra a disseminação do vírus enfrentaram barreiras, desde a desinformação e o obscurantismo até disputas federativas, mudanças de ministros e na condução de políticas de saúde. Apesar da premência de soluções, o foco na crise sanitária muitas vezes foi deslocado. Outros vírus foram espalhados. Dentre eles, a desconfiança na urna eletrônica e a demanda por voto impresso.

Esse vírus tem potencialidade de infectar um dos mais importantes pilares do regime democrático: a legitimidade da representação.

No Brasil, a Justiça Eleitoral é responsável por garantir a lisura das eleições, atuando no alistamento dos cidadãos, na inscrição de candidatos, na organização das eleições, na apuração dos votos, na diplomação dos eleitos. Sua criação visava resolver a situação retratada por Assis Brasil: "Ninguém tinha certeza de se fazer qualificar, como a de votar (...) Votando, ninguém tinha certeza de que fosse contado o voto (...) Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro da Casa Legislativa".

O Código Eleitoral de 1932, além de ampliar as franquias, com o voto feminino e a redução da exigência para 18 anos de idade, criou uma instituição judiciária, formalmente independente dos poderes políticos, com a finalidade de dar garantia ao voto. A Justiça Eleitoral representa um ponto de inflexão na história política brasileira. Cadastros de eleitores tornaram-se menos vulneráveis a fraudes; a apuração dos votos menos propensa a artimanhas, as eleições cada vez mais confiáveis. É claro que nem todos os ardis foram eliminados, nem mesmo se sustenta que a instituição sempre cumpriu suas atribuições de forma exemplar. Mas a diferença entre a realidade de atas falsas, de eleições a bico de pena, de voto de cabresto e a situação posterior é monumental.

Ganhos em confiabilidade se expressaram em momentos críticos durante o regime militar, como em 1974, com a proclamação de resultados

eleitorais favoráveis à oposição. Na mesma trajetória, a Justiça Eleitoral teve papel decisivo no processo de redemocratização do país com a decisão, em 1985, que garantiu os votos no Colégio Eleitoral em Tancredo Neves contra o candidato da situação, Paulo Maluf.

O processo de institucionalização e conquista de credibilidade nem sempre foi bem-sucedido. O caso conhecido como Proconsul, para impedir a vitória de Brizola em 1982, ficou registrado nos anais.

Desde então, saliente-se, contestações dos resultados tornaram-se episódicas. A adoção da urna eletrônica em 1996 contribuiu para a consolidação da Justiça Eleitoral. Já são mais de uma dezena de eleições, de consultas populares, sem qualquer indício ou comprovação de fraude. O sistema de controle é robusto, com testes com a participação de especialistas; funcionamento de forma isolada do software; antes das eleições, os sistemas são apresentados aos partidos políticos, ao Ministério Público, à OAB e entidades; há previsão de momentos de auditoria.

Críticas fundamentadas ao desempenho da Justiça Eleitoral não se referem à administração e ao controle do processo eleitoral, mas a seus avanços sobre o Poder Legislativo.

Desacreditar a apuração dos votos e antecipar o não reconhecimento dos resultados na eventualidade de derrota compõem uma estratégia de ataques às instituições. O incitamento ao voto em papel, além de claro retrocesso, é a propagação de um vírus com potencial de minar o sistema representativo e a legitimidade dos resultados. Pesquisa do Instituto Locomotor, publicada em 24 de janeiro, mostra que a maior parte dos brasileiros está imunizada: 76% confiam nas urnas eletrônicas.

[...]

Desacreditar a apuração dos votos e antecipar o não reconhecimento dos resultados na eventualidade de derrota compõem um ataque às instituições. O incitamento ao voto em papel, além de claro retrocesso, é a propagação de um vírus com potencial de minar o sistema representativo

O ICMS paulista e a redução dos benefícios fiscais

Empresas travam batalhas na Justiça contra medidas inconstitucionais

Maurício Faro e Leandro Artioli

Advogado, é sócio do escritório BMA Advogados

Advogado, atua na área tributária

Entidades de diversos setores ainda estão sofrendo com as medidas do governo de São Paulo que cortaram incentivos extremamente relevantes. O setor médico-hospitalar foi fortemente afetado e começou o ano com aumento na carga tributária, impactando produtos essenciais à saúde pública, entre os quais cadeiras de rodas, seringas e agulhas descartáveis, preservativos e outros.

Ações foram ajuizadas por empresas, sindicatos e associações para derrubar as medidas do governo, inclusive liminares foram deferidas em razão da ofensa à Constituição Federal, como a separação dos Poderes e a criação de distorções de mercado anti-competitivas em plena crise mundial.

A polêmica surgiu com o pacote normativo do Legislativo e do Executivo que, combinados, criaram formas de alterar o ICMS de diversos produtos de forma menos transparente e violando princípios democráticos. Baseado nesse malabarismo legislativo, o governo paulista publicou decretos que retiraram estímulos importantíssimos e necessários à retomada da economia.

Nossa Constituição Federal dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, mas não quer dizer que podem delegar suas funções uns aos outros sem previsão constitucional. Uma

coisa é estabelecer mecanismos de comunicação entre os mais diversos órgãos, outra, totalmente diferente, é conferir poderes uns aos outros de forma inconstitucional.

A Constituição Federal e a lei complementar regulam a forma como serão concedidos e revogados os benefícios e incentivos fiscais mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal. A inobservância dessas regras de estrutura do sistema jurídico põe em risco

[...]

O empresariado não possui mais esperança de redução da carga tributária no país, mas espera-se uma reforma sólida e eficaz para a redução da complexidade do sistema. Enquanto isso, é preciso união para continuar buscando nossos pilares democráticos, combatendo malabarismos legislativos

a estabilidade esperada pela iniciativa privada, principalmente nesse momento de retomada econômica.

O governo paulista voltou atrás e restabeleceu os incentivos apenas a determinados produtos (implementos agrícolas, produtos hortifrutigranjeiros em estado natural, medicamentos genéricos e energia elétrica consumida por produtor rural), mas nem todos. Quanto aos que ainda precisam se valer do Judiciário, as liminares foram suspensas pelo Tribunal de Justiça porque, supostamente, teriam potencial de risco à ordem e à segurança administrativas. O ponto de vista, aqui, foi a arrecadação.

De fato, não há como ignorar a dicotomia de interesses público e privado, mas quando se trata de mecanismos que conferem estabilidade à ordem jurídica e social, os interesses transcendem a individualidade e partem para o coletivo. Não houve revogação de benefícios individuais por atos do Executivo, mas desestabilização de justas expectativas de diversos setores da economia. O empresariado não possui mais esperança de redução da carga tributária no país, mas espera-se uma reforma sólida e eficaz para a redução da complexidade do sistema. Enquanto isso, é preciso união para continuar buscando nossos pilares democráticos, combatendo esses e outros malabarismos legislativos que prejudicam a retomada da atividade econômica.



A enfermeira intensivista Rani Simões de Resende, 32, que trabalha no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS) Daniel Marengo/Folhapress

Mulheres

Enfermeira há 35 anos, fiquei feliz com o artigo de Drauzio Varella ("Mulheres que cuidam", Ilustrada, 14/3). É bom, de vez em quando, sermos reconhecidas pelo árduo e silencioso trabalho. Cerca de 70% dos profissionais de uma instituição são enfermeiras. Estamos junto aos pacientes em momentos felizes, como num nascimento, e, muitas vezes, somos as únicas pessoas no momento de sua morte.

Ana Maria Calil (São Paulo, SP)

O que fazer?

A Folha permite que o assinante compartilhe cinco publicações com amigos a cada dia. O artigo de Davi Arrigucci Jr. (Tendências/Debates, 14/3) merece ser compartilhado. É uma maneira de fazermos nossa parte nessa luta que é de todos. Não dá para sermos omissos.

Dea Maria Kowalski (Curitiba, PR)

Davi Arrigucci Jr. diz o que pensamos as pessoas dignas e honestas deste país. Seu texto é uma aula de cidadania e de como escrever bem.

Wander Melo Miranda (Belo Horizonte, MG)

O sábio e indignado artigo do cidadão brasileiro Davi Arrigucci Jr. tem um único senão: deveria ter se tomado de imediato um abajur assinado! Apenas na minha família nuclear seríamos sete cidadãos que concordam integralmente com ele. Pior é que, se "os quadripedes rumam ao abismo", todos nós seguiremos o mesmo destino caso não sejamos capazes de enfrentar tanto descalabro.

Heloísa Fernandes (São Paulo, SP)

2022

"A política e as crises" (Opinião, 13/3). A polarização nas próximas eleições, se vier, seria de todo ruim? Não seria o sinal de um "basta" à enxurrada de partidos políticos que, sem identidade ideológica e proposta de governo, buscam apenas alcançar o poder ou estar próximo dele?

Orlando Ferreira Barbosa (Belo Horizonte, MG)

O editorial vinha bem até a menção de que haveria "polarização estéril" entre o governo atual e o governo petista. Para que houvesse polarização, o atual governo precisaria ter um plano, uma visão de país, um direcionamento coerente, política, econômica e socialmente. E isso, definitivamente, não há.

Monica Damous Duallibe (São Luís, MA)

Ruy Castro

Os artigos de Ruy Castro são imperdíveis. Ele se supera a cada dia. Em relação a "Aos biógrafos de Bolsonaro" (Opinião, 13/3), penso que ele tenha razão em não perder seu tempo com Bolsonaro. Ninguém mesmo vai querer saber da vida desse "ser abominável das trevas".

Barbara Quadros (Salvador, BA)

Espero que este nobre jornal já tenha pensado em erigir uma estátua em homenagem ao escriba chamado Ruy Castro; e que o façam com ele em vida. A cada leitura de seus escritos, me regozijo com as palavras do meu conterrâneo. Não foi diferente com "Aos biógrafos de Bolsonaro". Espetacular.

Luiz Antonio Pereira de Souza (São Paulo, SP)

STF

A reportagem "Antes de beneficiar Lula, Fachin rejeitou dez vezes retirar ações de Curitiba" (Poder, 13/3) mostra que, tanto há três anos como agora, as decisões sobre o tema tiveram vieses políticos. Por que o Poder que deveria ser o mais técnico dos três falha em cumprir seu papel constitucional e democrático? Como evitar esse desastre democrático? Como aperfeiçoar seu funcionamento?

Nilvado da Silva Lavoura Júnior (Piracicaba, SP)

Vôlei

Tá certo que o futebol é o esporte de preferência nacional. Mas o caderno "Esporte", se leva esse nome, deveria abarcar outros esportes, como o vôleibol. Lembrando que o leitor é eclético e que, neste momento, estamos com as quartas de final da Superliga, antecedenendo os Jogos Olímpicos. Nenhuma linha sobre esse importante (e popular) esporte no Brasil.

Virgínia M. Knabben, geógrafa e professora (São Paulo, SP)

Covid

Para calcular taxas, é preciso um denominador comparável ("Gestão Dória incluiu alunos que não foram à escola em cálculo sobre incidência de Covid", Saúde, 12/3). Com a heterogeneidade da abertura das escolas, é impossível ter um número exato de alunos e professores de cada escola pública e privada de cada cidade. Utilizamos o número de alunos do Gense Escolar de 2020. Mesmo não tendo sido incluídos alunos que eventualmente não foram à aula, também não estão os professores que foram.

Wanderson Oliveira, comissão médica da Secretaria da Educação (São Paulo, SP)

Meio Ambiente

É lamentável a mentirosa reportagem "Pró-governo, Carla Zambelli assume Comissão do Meio Ambiente sem citar desmatamento e queimadas" (Ambiente, 12/3), que afirmou que não falei sobre desmatamento e queimadas ao assumir a comissão. Sugiro à Folha que seja honesta e assista novamente a todo o meu discurso e, em vez de publicar tamanha fake news, honre com o compromisso que diz honrar: a verdade.

Carla Zambelli, deputada federal pelo PSL-SP (Brasília, DF)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PAINEL (14.MAR, PÁG. A4) O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é senador pelo DEM de Minas Gerais, não do Rio de Janeiro, como incorretamente publicado, em parte dos exemplares, na nota "Sem Chance".

MUNDO (14.MAR, PÁG. A16) O sobrenome de Camilla Parker Bowles foi grafado incorretamente no texto "Harry e Meghan mostram não conseguir se afastar do circo midiático".

AMBIENTE (13.MAR, PÁG. B9) Diferentemente do que diz o título do texto "Pró-governo, Carla Zambelli assume Comissão do Meio Ambiente sem citar desmatamento e queimadas", a deputada citou o desmatamento. O que ela não citou foram os índices recedentes sob a atual gestão.

mercado

Guilherme Benchimol a urgência que vai deixar o comando da XP

Fundador da corretora permanecerá com presidente-executivo do conselho de administração

Isabela Bolzani

SÃO PAULO O fundador da XP, Guilherme Benchimol, só ficará na presidência da companhia até 12 de maio. Em seu lugar, entra Thiago Maffra, atual diretor-executivo de tecnologia da XP.

Benchimol passará a exercer a função de presidente-executivo do conselho de administração da XP.

Em nota, a XP afirmou que a nova posição de Benchimol servirá para que o empresário possa focar toda a sua atenção no crescimento, no desenvolvimento e na expansão de longo prazo da companhia.

Thiago Maffra ingressou na XP em 2015 e liderou a transformação digital da empresa nos últimos três anos. O executivo iniciou a sua carreira na mesa de operações e passou a focar sua atuação no setor de tecnologia após seu MBA pela Columbia Business School, nos Estados Unidos.

Em carta aberta, Benchimol afirmou que, como fundador e sócio majoritário da XP, tomou a decisão de dedi-

car a maior parte de seu tempo e energia ao crescimento estratégico da companhia e às principais iniciativas de inovação, expansão, parcerias e aquisições de empresa.

"Estamos ainda no início da nossa trajetória, e, assim como um organismo vivo, é importante nos mantermos em constante evolução. Afinal, as habilidades e prioridades que nos trouxeram até aqui podem não ser as mesmas que nos levarão para o futuro que queremos construir", afirmou.

Ainda segundo Benchimol, Maffra foi escolhido com unanimidade pela diretoria da XP. "Tenho certeza de que ele é [...] a pessoa certa para conduzir a empresa para outro nível de escala e impacto no mercado financeiro brasileiro", disse o fundador da XP.

Maffra foi o responsável por liderar a transformação digital que a XP vem fazendo ao longo dos últimos anos e seu objetivo agora, como presidente da companhia, será o de acelerar esse processo.

No quarta-feira (10), a XP anunciou o lançamento do



Guilherme Benchimol, que cederá o comando para Thiago Maffra, diretor-executivo de tecnologia Rafael Baranda/Divulgação

seu cartão de crédito. Inicialmente, o produto será voltado para clientes com investimentos iguais ou superiores a R\$ 50 mil, oferecerá juros inferiores à média do mercado, não terá anuidade e contará com Investback.

O Investback, segundo a XP, tem um formato parecido com os modelos de pontuação e "cashback", mas, em vez de devolver pontos ou dinheiro para o consumidor, a parcela é diretamente investida em um fundo de investimentos que tem retorno de 99,5% do CDI (certificado de depósito interbancário, referência de retorno para investimentos).

De acordo com a XP, todas as compras feitas com o cartão terão um Investback de 1% do valor transacionado. Caso as compras sejam feitas nas 25 lojas parceiras por meio do marketplace da companhia, o Investback tem um valor adicional entre 2% e 10% da transação.

A média de juros cobrados pelo rotativo de cartão da XP será de 5,9% ao mês — a mé-

dia do mercado, segundo os mais recentes dados do Banco Central, ficou em 12,9% ao mês. No parcelado do cartão, os juros cobrados pela XP serão de 3,9% ao mês — ante 8,3% ao mês do sistema financeiro.

O anúncio marcou a entrada da XP no mercado de cartões de crédito. Para este ano, ainda são previstos os lançamentos da conta digital, da função débito e outras funcionalidades.

Em evento promovido no ano passado, Benchimol já havia exposto a meta da companhia em se tornar um banco completo até meados deste ano.

O movimento também aconteceu menos de cinco meses depois de o Itaú ter aprovado a cisão do seu investimento na XP, no final de novembro.

O conselho do Itaú aprovou a segregação de participação de 41,05% do conglomerado na XP em uma nova sociedade. As ações remanescentes detidas pelo Itaú, correspondentes a 5% do capital social da XP, poderão ser vendidas a depender de a situação do mercado.

Na mesma época, a XP também anunciou que iniciou estudos adicionais sobre possíveis estruturas corporativas.

"A XP continuará estudos adicionais para finalizar, estruturar e garantir que atenda os melhores interesses da XP e de seus acionistas", a companhia havia afirmado em nota.

Sem auxílio e com medidas de restrição, vendas do varejo iniciam o ano em queda, afirma IBGE

Após ir a R\$ 5,79, dólar tem maior perda semanal no ano

SÃO PAULO REUTERS O setor de varejo do Brasil abriu o ano com um recuo, após queda histórica em dezembro, acusando os impactos do fim do auxílio emergencial e das medidas de contenção do coronavírus, que no último mês já foram endurecidas em várias cidades do país em meio à escalada das mortes pela Covid-19.

As vendas recuaram 0,2% em janeiro na comparação com o mês anterior, em dado dessazonalizado, e caíram 0,3% sobre um ano antes, informou o IBGE nesta sexta (12).

A expectativa em pesquisa da Reuters era de queda de 0,3% na comparação mensal e de retração de 0,2% sobre um ano antes.

O terceiro mês consecutivo de taxas negativas para o varejo na comparação mensal se dá após a suspensão do

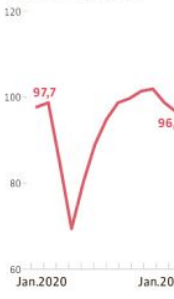
pagamento do auxílio emergencial no fim de dezembro, mês em que o comércio sofreu uma retração recorde para o período de 6,2%, após recuo de 0,1% em novembro.

Em janeiro, por outro lado, o país ainda não enfrentava o endurecimento mais generalizado das iniciativas de distanciamento social promovidas a partir do mês seguinte, quando o recrudescimento da Covid-19 em todo o território nacional ficou mais evidente, trazendo dificuldades adicionais ao comércio.

No mês, 6 das 8 atividades pesquisadas mostraram queda sobre dezembro, com destaque para o grupo Livros, jornais, revistas e papeleria, com retração de 26,5%, e Tecidos, vestuário e calçados, queda de 8,2%. O setor de Hipermercado — que tem o maior

Retomada da atividade desacelera no último trimestre

Volume de varejo ampliado Índice de base fixa, em pontos



Fonte: IBGE

peso do varejo — caiu 1,6%. O segmento Outros artigos, de uso pessoal e doméstico liderou as altas, com aumento de 8,9%.

"Janeiro teve o lockdown no Amazonas e restrições no resto do país, e isso influencia o setor do comércio", disse o gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, a retração se deu após sete meses consecutivos de alta.

No chamado comércio varejista ampliado, que inclui veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o volume de vendas recuou 2,1% em relação a dezembro de 2020, segundo mês consecutivo de variação negativa. A queda foi puxada pelo grupo Veículos, motos e peças, cujas vendas encolheram 3,6%.

SÃO PAULO O dólar fechou esta sexta (12) em alta de 0,36%, a R\$ 5,56. Na semana, a moeda acumulou queda de 2,15%, a maior desvalorização semanal desde novembro.

Na terça (9), a moeda subiu para R\$ 5,79 após anulação de R\$ 5,72 após anúncio do presidente Lula pelo ministro do STF Edson Fachin, o que devolveu ao petista os direitos políticos e bagunçou o cenário para a corrida presidencial em 2022.

A decisão derrubou a Bolsa em 4% na segunda (8), mas o mercado se recuperou com o PEC Emergencial e o pacote de US\$ 1,9 trilhões aprovado nos EUA.

"Isso mostrou que talvez seja possível o governo ter algum tipo de coordenação junto ao Congresso para aprovar pautas que consigam colaborar nesta fase da Covid-19 e tenham contra-

partida fiscal, que está sendo a grande preocupação dos investidores", disse Gustavo Akamine, analista da Constância Investimentos, sobre a PEC Emergencial.

Apartir de cerca de ruídos, a aprovação da PEC Emergencial pelas duas Casas legislativas foi determinante para o alívio na taxa de câmbio no Brasil, bem como as diversas intervenções do Banco Central.

O dólar acumula baixa de 0,77% em março, mas ainda sobe 7,09% em 2021. O real tem o segundo pior desempenho entre emergentes neste ano.

No pregão desta sexta, o Ibovespa fechou em queda de 0,7%, a 114,16 pontos, acumulando declínio de 0,9% semana, alta de 3,75% em março e queda de 4,38% no ano. Júlia Moura Com Reuters

GUARULHOS PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Licitação Agendada: PE7/21 PA36883/20 menor preço c/reserva p/ ME, EPP e MEI...

HARVEL PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ 13.055.060/01-00 - NIRE 35.220.030.330 Entrada da Ata da Reunião dos Sócios em 18.02.2021...

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO Assembleia Geral Ordinária nº 1.º, 2.º e 3.º Convocação...

CATUMBI EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO FICAM OS SOCIÁRIOS DA CATUMBI EMPREENHIMENTOS...

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico...

MINAS GERAIS PROCESSO DE COMPRAS Nº 021/2020 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2020. BITE. 11/03/2020.

Severa Incorporações Imobiliárias S.A. - CNPJ 20.139.611/0001-21 - NIRE 35.300.468.081 Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.11.2020...

Sem liberdade de imprensa não há democracia



Economia

Economia prevê que retomada vai ser impulsionada pela taxa de poupança

Dinheiro guardado durante pandemia atingiu o maior nível em cinco anos e deve estimular consumo e investimentos após a vacinação

Adriana Fernandes, Brasília

15 de março de 2021 | 05h00

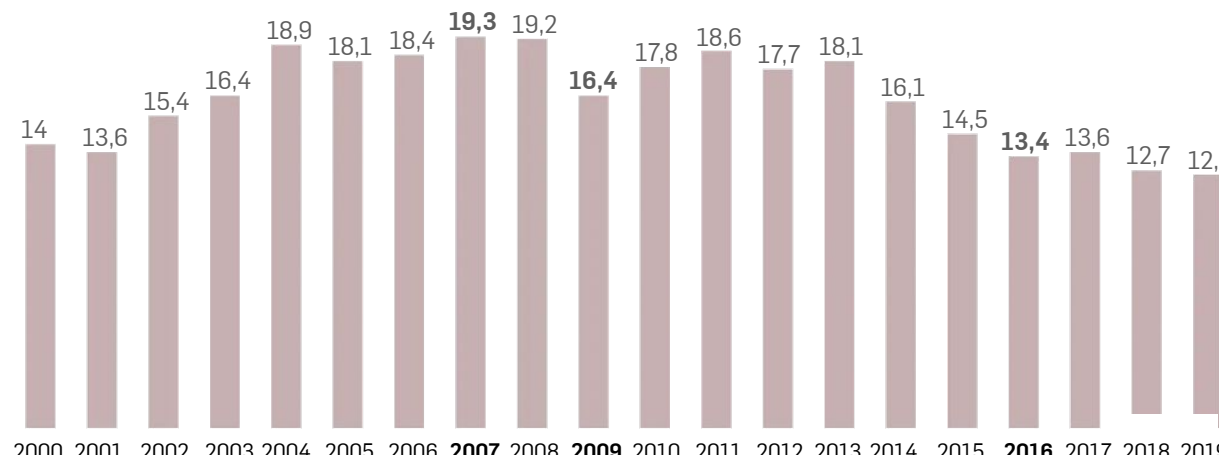
O recrudescimento de casos de covid-19 em 2021 e as novas restrições de locomoção impuseram um freio na recuperação da atividade econômica, mas o Ministério da Economia avalia que o Brasil terá condições de retomar o crescimento de forma mais acelerada do que em crises passadas, após a vacinação em massa da população.

A aposta é que a retomada será impulsionada pela taxa de poupança acumulada desde o início da pandemia, que atingiu seu maior valor em cinco anos. Essa poupança que ficou guardada estimularia o consumo e novos investimentos.

Diferencial

Governo conta com taxa alta de poupança para impulsionar retomada após vacinação em massa

EM PORCENTAGEM DO PIB



LEIA TAMBÉM



BC se vê obrigado a subir juros em plena crise por causa da aceleração da inflação

Na crise de 2009, como também em 2015-2016, a taxa de poupança caiu. De 2019 para 2020, ao contrário, a taxa subiu de 12,5% para 15%. Em 2014, o patamar estava em 16,1%. No ponto mais alto de uma série com dados a partir de 2000, a taxa de poupança estava em 19,3% em 2007.

A queda do consumo inerente à restrição de oferta para alguns serviços e ao receio de contaminação, além da transferência de renda promovida pelo auxílio emergencial, promoveram uma elevação da taxa de poupança que fortalecerá a recuperação posterior.

Para a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, as fontes da crise, porém, só serão sanadas de forma definitiva com a vacinação em massa da população, em especial a dos mais vulneráveis à doença.

Os dados levantados da equipe econômica sugerem que, diferentemente de crises passadas, a crise atual apresentou aumento robusto no saldo de crédito via bancos privados, elevação na taxa de poupança e redução da população ocupada mais intensa no setor informal (sem carteira de trabalho assinada).

PUBLICIDADE

Em nota técnica, antecipada ao Estadão, o Ministério da Economia diz que o mercado de crédito continua robusto, sem a necessidade de aportes do governo. Esse crescimento do crédito está

associado a uma maior capacidade de retomada rápida porque permitiu a preservação de empresas e da capacidade instalada.

Endividamento é fator de risco para retomada

Mas isso também significa que empresas e famílias sairão da crise mais endividadas, o que é apontado como fator de risco para a retomada, principalmente se houver alta dos juros. “Por isso, a importância de conter o risco fiscal, que é um dos fatores determinantes dos juros”, diz o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida.

“A crise atual apresenta melhores condições de retomada do que crises passadas”, acrescenta o secretário, responsável pela área que faz as estimativas oficiais de crescimento e outros indicadores que vão embasar o Orçamento.

Ele destaca que a taxa de poupança mais alta, o crédito e o ajuste no mercado de trabalho informal sugerem que, à medida que o processo de vacinação avance, ocorra uma retomada mais forte da economia.

PUBLICIDADE

No mercado de trabalho, a nota diz que o Benefício Emergencial (BEm), complemento de renda paga pelo governo para quem teve o salário e jornada reduzidos ou contrato suspenso, freou a queda no emprego formal. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho informal tende a se recuperar mais rapidamente por ser mais flexível. Mesmo com condições diferentes, o programa será prorrogado, assim como o auxílio emergencial.

Na análise do governo, na crise de 2015-16 a redução na população ocupada veio principalmente do setor formal, com o setor informal agindo como um colchão de amortecimento. Já na crise de 2020 o grosso da redução na população ocupada veio do setor informal (principalmente em decorrência das medidas restritivas adotadas no combate à pandemia).

No ponto mais negativo da série (agosto/2020) a população ocupada caiu 12,7%, com contribuição de 8,3% dos informais e 4,4% dos formais. Isto é, a contribuição do setor informal na queda do emprego total foi quase o dobro da enfrentada no setor formal.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[BC se vê obrigado a subir juros em plena crise por causa da aceleração da inflação](#)

[Inflação em alta expõe desconforto de Bolsonaro](#)

[Juro deve subir após 7 meses em baixa histórica](#)

[Se o câmbio se estabiliza, consegue dissipar esse choque de inflação, diz Barbosa, do Bradesco](#)

Economia

Congresso promulga PEC que destrava nova rodada de auxílio emergencial

Com isso, o governo está pronto para editar a medida provisória com os critérios para o pagamento do benefício, que deve ter mais quatro parcelas, variando de R\$ 150 a R\$ 375

Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

15 de março de 2021 | 11h12

BRASÍLIA - O Congresso Nacional promulgou nesta segunda-feira, 15, a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial**, que destrava uma nova rodada do **auxílio emergencial**. O ato foi assinado pelos presidentes do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-MG), e da Câmara, **Arthur Lira** (PP-AL), durante sessão solene do Legislativo.

A proposta autoriza o governo federal a pagar **uma nova rodada do auxílio emergencial, limitada a R\$ 44 bilhões**, por meio de crédito extraordinário, ou seja, fora das "amarras" das regras fiscais. A liberação do benefício depende de operacionalização do Executivo. Por ser uma PEC, o texto não depende de sanção do Executivo e passa a valer assim que promulgado pelo Congresso.

PUBLICIDADE

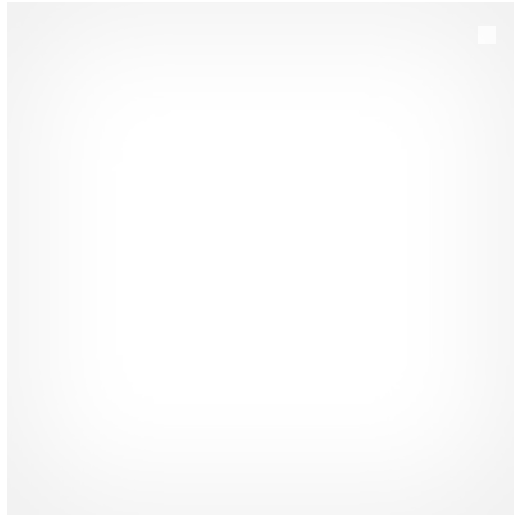
LEIA TAMBÉM



PEC Emergencial pode levar a corte de até R\$ 30 bi em subsídios em um ano

A partir da conclusão da votação da PEC e sua promulgação, o governo está pronto para editar a medida provisória com os critérios para o pagamento da nova rodada do auxílio. O desenho prevê quatro parcelas mensais de R\$ 150 para famílias de uma pessoa só, R\$ 250 para a média das famílias e R\$ 375 para mulheres que são únicas provedoras da família. O governo prevê contemplar cerca de 46 milhões de pessoas e **o início do pagamento deve ficar para abril**.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE



Os cálculos foram feitos de acordo com o limite de R\$ 44 bilhões e há hoje “pouca gordura” para fazer qualquer alteração no valor dos benefícios, como mostrou o **Estadão/Broadcast**.

O texto da MP deve conter um artigo que permitirá **a prorrogação do período de quatro meses de pagamento do auxílio**. No entanto, segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, o limite de R\$ 44 bilhões impede o acionamento dessa extensão.

Na área econômica, a avaliação é de que ainda é muito cedo para saber se o governo precisará ou não lançar uma nova rodada do auxílio para além dos quatro meses que já estão nos planos atuais. Segundo uma fonte ouvida pela reportagem, a doença precisa ser monitorada diante dos sinais de piora em indicadores de casos e óbitos por covid-19, mas “não dá para ser oportunista”.

PUBLICIDADE

Além disso, a área econômica conta com um avanço mais significativo no calendário de vacinação, sobretudo com a promessa da Pfizer de tentar antecipar doses do imunizante para o Brasil.

Caso sejam necessárias mais parcelas do benefício, haveria dois caminhos: nova mudança na Constituição, para elevar o limite de R\$ 44 bilhões, ou decretação de calamidade, uma vez que a PEC já estará promulgada com o novo protocolo para crises agudas.

Contrapartidas fiscais

Como contrapartida, a proposta prevê mecanismos para contenção de gastos no futuro na União, nos Estados e nos municípios em momentos de crise. Para o governo federal, os gatilhos - entre eles o congelamento de reajustes salariais - serão automaticamente acionados quando as despesas obrigatórias atingirem 95% do total. Esse cenário, porém, só deve ocorrer em 2024 ou 2025, conforme projeções do Tesouro Nacional.

Na reta final da votação, o presidente Jair Bolsonaro agiu para desidratar a proposta e liberar a possibilidade de o governo conceder progressões e promoções a funcionários públicos, mesmo em período de crise fiscal. A medida foi um aceno a profissionais de segurança pública. No caso de Estados e municípios, os gatilhos são opcionais e podem ser acionados quando o patamar das despesas correntes atingir 95% da arrecadação.

PUBLICIDADE

Com a promulgação, Bolsonaro terá de encaminhar ao Congresso até setembro um plano emergencial para reduzir as renúncias fiscais da União em 10% no primeiro ano e limitar os subsídios a 2% do PIB em um prazo de oito anos - hoje, eles chegam a 4,25%. No final desse período, o governo poderá ser obrigado a cortar até R\$ 150 bilhões em benefícios, aponta projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Conforme o **Estadão/Broadcast** publicou, porém, parlamentares e técnicos colocam dúvidas na viabilidade política dessa redução.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[PEC Emergencial pode levar a corte de até R\\$ 30 bi em subsídios em um ano](#)

[Economia prevê que retomada vai ser impulsionada pela taxa de poupança](#)

[BC se vê forçado a subir juros em plena crise por causa da aceleração da inflação](#)

[Ministro da Cidadania fala em evitar 'tumulto' e 'balbúrdia' em pagamento de auxílio emergencial](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Câmara dos Deputados

Senado Federal

Congresso Nacional

auxílio emergencial

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM *ECONOMIA*



BC se vê forçado a subir juros em plena crise por causa da aceleração da inflação

Economia

Prévia do PIB aponta crescimento de 1,04% em janeiro, patamar pré-covid

Resultado não leva em conta ainda o recrudescimento da pandemia no País, que obrigou a volta de medidas de restrição de mobilidade nas últimas semanas

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

15 de março de 2021 | 10h32

BRASÍLIA - A economia brasileira começou 2021 em crescimento, segundo a prévia do **Produto Interno Bruto (PIB)**, calculada pelo **Banco Central**. O órgão informou nesta segunda-feira, 15, que seu Índice de Atividade (IBC-Br) subiu 1,04% em janeiro ante dezembro, na série já livre de influências sazonais, uma espécie de compensação feita para comparar meses diferentes.

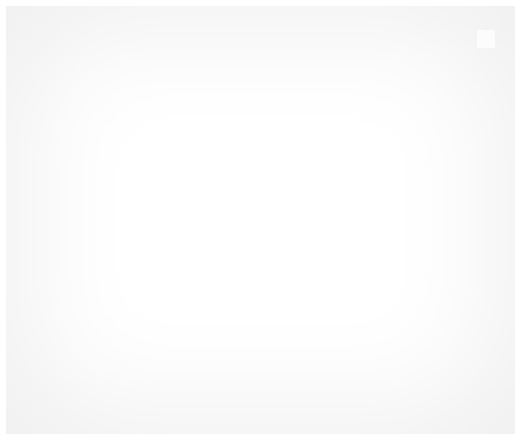
Após a forte retração nos meses de março e abril de 2020, em meio à pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica brasileira apresentou o nono mês consecutivo de alta. A variação do índice em janeiro é a maior desde setembro de 2020, quando havia subido 1,83%.

PUBLICIDADE

LEIA TAMBÉM



Após alta do IPCA em fevereiro, economistas passam a prever inflação de 4,60% neste ano



Os efeitos da **pandemia** do novo coronavírus sobre a economia, apesar de percebidos em fevereiro de 2020, se intensificaram em todo o mundo a partir de março do ano passado. Para evitar o colapso hospitalar, o **Brasil** adotou o isolamento social em boa parte do território, o que afetou a atividade econômica. Os efeitos negativos foram percebidos principalmente em março e abril. Nos últimos meses, porém, o IBC-Br demonstrou reação. O resultado de janeiro, claro, não leva em conta o recrudescimento da pandemia no País, o que obrigou a volta de medidas de restrição de mobilidade.

De dezembro para janeiro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 138,86 pontos para 140,30 pontos na série dessazonalizada. Esse é o maior patamar desde maio de 2015 (141,05 pontos). Em fevereiro de 2020, antes do início da pandemia no Brasil, o indicador estava em 140,02 pontos.

A alta do IBC-Br ficou dentro do intervalo projetado pelos analistas do mercado financeiro consultados pelo **Projeções Broadcast**, que esperavam resultado entre estabilidade (0,0%) e alta de 1,20%, com mediana positiva em 0,50%.

Na comparação entre os meses de janeiro de 2021 e janeiro de 2020, houve baixa de 0,46% na série sem ajustes sazonais. Essa série terminou com o IBC-Br em 132,99 pontos em janeiro.

PUBLICIDADE

Conhecido como uma “prévia do BC para o PIB”, o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. O indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos, mas não considera o lado da demanda (incorporado no cálculo do PIB do **IBGE**).

Segundo dados do IBGE, o PIB brasileiro registrou um tombo de 4,1% no ano passado. Foi o maior recuo anual da série histórica, iniciada em 1996. A queda interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019.

Risco de bolha nos mercados globais volta a preocupar

Principais índices acionários recuperam boa parte das perdas de 2020, apesar de pandemia de Covid-19 não ter acabado

HENRIQUE GOMES BATISTA
henriquebatista@oglobo.com.br
SIGMA

Logo depois de a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar que o mundo enfrentava uma pandemia, em 11 de março de 2020, os mercados acionários globais derreteram. Hoje, vários índices de ações registram patamares recordes, e mesmo no Brasil, com os recentes aumentos de riscos políticos e fiscais, além de uma escalada nos casos de Covid-19, o Ibovespa acumula valorização de 79% em relação à mínima registrada em 23 de março de 2020. No S&P 500, da Bolsa de Nova York, a alta é de 76%.

Esse cenário leva muitos economistas a se questionarem se estamos vendo uma nova bolha nos mercados. Alguns ressaltam que os fundamentos econômicos das empresas não justificam a alta dos papéis. Esta, na verdade, teria sido turbinada pelo cenário de juros baixos e elevada liquidez global, decorrente dos pacotes de estímulo em vários países. Outros ponderam, no entanto, que os juros tendem a continuar baixos e que, no momen-

to, não há grandes pressões inflacionárias no mundo.

— Só se tem certeza de que há uma bolha depois que ela estoura — brinca Claudia Yeshinaga, coordenadora do Centro de Estudos em Finanças da FGV-SP. — Há argumentos para os dois lados, o mundo está muito dicotômico, temos notícias boas e ruins ao mesmo tempo.

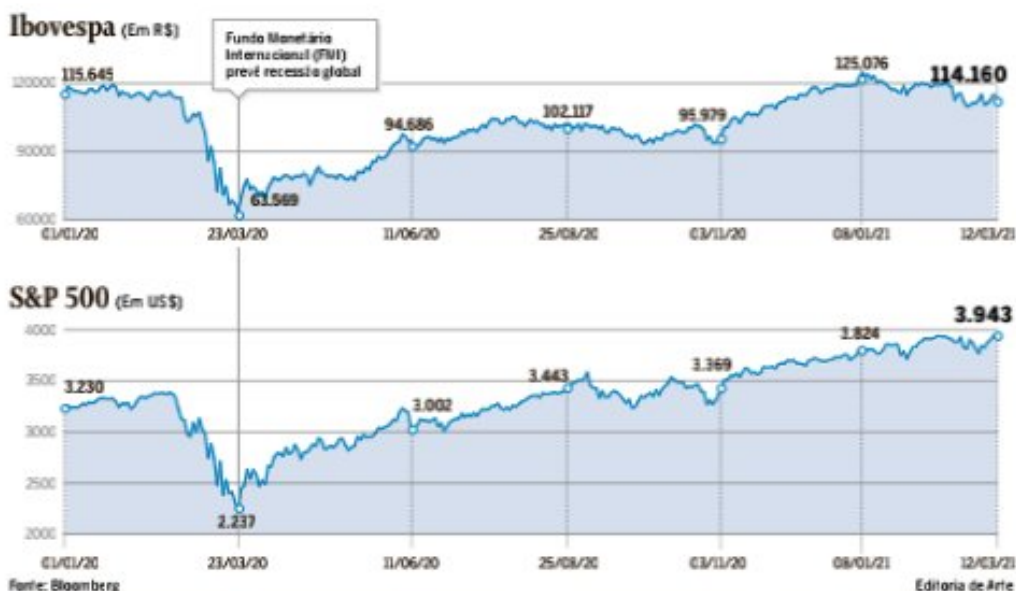
Entretanto, analistas e economistas são unânimes em dizer que, haja ou não uma bolha, os mercados estão sujeitos a ajustes, e a volatilidade deve aumentar. Ainda mais no Brasil, onde a inflação já preocupa, e o desafio fiscal cresce com a pressão por mais gastos públicos em meio ao descontrole da pandemia e à vacinação lenta.

QUESTÃO SEMÂNTICA?

Claudia diz ainda que o mercado tem reações exageradas a algumas notícias. Para ela, a recuperação dos direitos políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria impactar menos o mercado do que a questão da vacinação — essencial para o controle da pandemia e a retomada econômica. E resalta que, se os

FRÁGIL RECUPERAÇÃO

Para analistas, faltam fundamentos à valorização de índices um ano após pandemia ser decretada



resultados das empresas não justificam a valorização das ações, o ambiente de juros baixos incentiva a renda variável, ou seja, entra em cena a lei da oferta e da procura.

Para Enrico Cozzolino, analista de investimento do Banco Daycoval, tão difícil quanto responder se há ou não uma bolha é tentar adivinhar quando ela deve estourar. Ele lembra que em casos recentes, como em 2008, com a crise das hipotecas nos EUA, e no início dos anos 2000, na "bolha pontocom" das empresas de tecnologia, passou-se muito tempo entre os primeiros indícios de desequilíbrio e o "estouro".

Ele não vê uma bolha. A relação preço/lucro (indicador obtido pela divisão do preço da ação pelo lucro por ação) está em 10 hoje, diz Cozzolino, e a média histórica no país é de 12:

— Não é uma bolha se

olharmos os fundamentos de hoje. Mas isso não significa que não pode mudar.

Rodrigo Knudsen, gestor da Vitreo, diz que pode parecer uma questão semântica, mas não vê uma bolha generalizada, e sim um cenário de "imensa atenção", com muita volatilidade e riscos que em 2020. Ele argumenta que, desta vez, não são apenas fundamentos econômicos, mas variáveis de saúde que geram dúvidas, como a velocidade e a eficácia da imunização.

ATIVOS SOBREVORVALORIZADOS

Mundialmente, afirma Knudsen, a questão-chave será a inflação nos Estados Unidos, que pode levar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a subir os juros. Isso tornaria os títulos do Tesouro dos EUA mais atraentes, levando os investidores a saírem dos ativos de risco nos mercados emergentes, como o Brasil.

— O mercado tenta antecipar este movimento, por isso a instabilidade está alta. Vemos alguma movimentação porque os títulos americanos de 30 anos chegaram a pagar 1,6%. Mas isso ainda é pouco em um país em que a meta de inflação é de 2% — explica Knudsen. — Já a situação do Brasil é mais complexa, com maiores desafios fiscais, políticos e de saúde.

Ele resalta, porém, que pode haver bolhas em algumas ações e ativos, como o bitcoin e a Tesla, fabricante de carros elétricos de Elon Musk. Esta é a montadora mais valiosa do mundo mesmo tendo entregue apenas 500 mil automóveis em 2020, menos de 10% da produção das grandes fabricantes globais.

— Você pode dizer que a Tesla está em uma bolha, a menos que acredite que o mercado de carros elétricos vai explodir e que a Tesla vai dominá-lo —

exemplifica Carlos Braga, professor da Fundação Dom Cabral e ex-vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Mundial.

DIVERSIFICAR É A SAÍDA

Para se precaver contra possíveis oscilações futuras no preço de investimentos, que podem gerar perdas financeiras, a diversificação da carteira é uma das primeiras medidas a serem adotadas. Não só na Bolsa, mas também fora dela.

— A indústria de fundos é sempre um bom produto de diversificação, pois os controles de risco são mais rígidos. É bom ter várias classes de ativos, não ter só Bolsa, ou só renda fixa, mas também fundo imobiliário, por exemplo. Uma diversificação de classes de ativos e, dependendo da pessoa, até ativos internacionais — diz Guilherme Motta, sócio e gestor da Gap Asset. (Colaboração Vitor da Costa)

Editoria de Arte

Opinião do GLOBO

Os riscos da nova era de auxílios e estímulos fiscais

Pacote de US\$ 1,9 trilhão nos Estados Unidos levanta dúvidas sobre impacto social e inflação

A aprovação, nos Estados Unidos, do pacote de estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão do governo Joe Biden amplia para US\$ 2,8 trilhões o total destinado desde dezembro ao alívio das consequências econômicas da pandemia no país. A isso se somam US\$ 2,5 trilhões já gastos durante o governo Donald Trump. Para dar uma perspectiva, o valor do pacote eleva o estímulo fiscal para mais de 27% do PIB americano. Sem falar no estímulo monetário concedido pelo Fed, por meio de corte nos juros e outras medidas. Trata-se, sem exagero, do maior programa de estímulo econômico desde a Segunda Guerra.

No mundo, a onda de pacotes emergenciais de auxílio somava até o início do ano US\$ 13,8 trilhões, ou 13,5% do PIB global, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Houve mais de 1.600 iniciativas em programas de proteção social, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho. Os dados compilados pelo economista turco Ceyhan Elgin para 167 países mostram que, na média, os estímulos fiscais chegavam perto de 7% do PIB até fevereiro (no Brasil, eram de 12%).

A emergência pandêmica transformou o planeta no laboratório de uma nova era de programas de assistência social. Há para todos os gostos. A maior parte envolve o envio de dinheiro diretamente a cidadãos, a exemplo do auxílio emergencial brasileiro ou dos cheques de US\$ 1.400 do novo pacote de Biden. É verdade que parte do dinheiro contribui para aquecer a demanda, estimular o consumo e o reaquecimento da economia. Mas não tudo. Do estímulo concedido em 2020, US\$ 1,6 trilhão foram parar não no consumo, mas na poupança.

Duas dúvidas cercam a onda do auxílio no mundo. A primeira: até que ponto a emergência é um laboratório adequado para criar uma nova rede de proteção social? É sensato que haja modernização nos sistemas atuais, baseados em ideias do século XIX. Programas de Previdência ficaram engessados e, mesmo depois de reformas, acabam destinando recursos a quem não precisa, deixando legiões de desassistidos na miséria. O pacote de Biden vem sendo encarado como embrião de um programa permanente de combate à pobreza. Mas seu efeito ainda é uma incógnita.

Programas de renda mínima acoplados a recursos digitais modernos e cadastros abrangentes — uma inspiração óbvia é nosso Bolsa Família — podem emergir como uma resposta mais ágil e eficaz nesta era em que o desemprego tecnológico parece ter vindo para ficar. A pandemia poderá acelerar a implementação deles, mas é preciso tomar cuidado para não transformar a proteção em acomodação, e o Estado, em refúgio para a indolência contumaz, em vez do apoio eventual.

A segunda dúvida é ainda mais pertinente: até que ponto o resto da economia será capaz de sustentar tais programas? A questão desperta preocupação não só nos países cuja situação fiscal é dramática, como o Brasil. Nos Estados Unidos, mesmo economistas associados à esquerda têm manifestado preocupação com o risco evidente de despejar tanto dinheiro na economia. A expectativa de alta na inflação dos países ricos já é perceptível nas cotações de papéis de médio prazo. Se os bancos centrais se virem obrigados a elevar os juros para contê-la, todo o esforço fiscal para reaquecer a economia poderá ir por água abaixo.

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



A falha dos poderes é ameaça perigosa

A democracia brasileira, nos últimos dias, deu mais alguns passos na perigosa trilha em que entrou. O Supremo Tribunal Federal (STF) aumentou a insegurança jurídica, ao dar vários sinais de que os ministros tomam decisões que mudam a vida do país seguindo a lógica das brigas internas da corte. A Câmara entregou a Comissão de Constituição e Justiça a uma deputada que esteve em atos que propuseram rasgar a Carta e a Comissão do Meio Ambiente a quem faz parte da tropa anti-ambiental. O presidente mais uma vez ameaçou o país com a ditadura, contando para isso com o silêncio dos generais.

A decisão do ministro Edson Fachin obedece

à lógica de que se o caso não é relativo à Petróbras não tem que ficar na 13ª Vara Federal em Curitiba. A dúvida que permanece é por que levar tantos anos para descobrir a procedência da tese sempre apresentada pelos advogados do ex-presidente. Fachin explicou em entrevista a Aguirre Talento e Bela Megale do GLOBO que o assunto havia sido mencionado, mas que ele não recebeu pedido direto da defesa de Lula até novembro de 2020. O ministro disse que a Justiça tem que ser imparcial e apertada. É verdade. Mas também precisa ser tempestiva. A intempestividade pareceu mais um lance da briga entre duas das onze ilhas da corte.

O ministro Gilmar Mendes afirma que é insuspeito. E explicou por quê: "ao contrário da ministra Cármen, dos ministros Lewandowski e Fachin, não cheguei aqui pelas mãos do Partido dos Trabalhadores." Isso quer dizer que os outros três ministros são suspeitos em ações do PT? Ou que ele é suspeito para julgar os casos do PSDB? Ele acusa o ex-juiz Sergio Moro de ter se tornado inimigo do réu, quando ele próprio dá demonstrações constantes desse sentimento em relação ao ex-juiz e aos procuradores.

Depois do duelo jurídico entre Fachin e Gilmar para saber quem tem a última palavra no destino de um ex-presidente da República, outro conflito emergiu no plenário virtual do STF. Na quinta-feira, o ministro Marco Auré-

lio chamou o ministro Luiz Fux de autoritário e o ministro Alexandre de Moraes de xerife. Foi mais um sinal ruim. Não é a primeira vez que as divisões na mais alta corte são expostas, mas esta semana houve um concentrado de votos idiossincráticos e falas pontiagudas. Quem acredita na democracia defende o STF dos ataques bolsonaristas, mas, na devastação institucional em que vivemos, certos ministros deveriam entender que seus ombros envergam as togas não a título pessoal, mas em nosso nome.

Quando os outros poderes falham, a democracia fica mais vulnerável aos ataques do presidente que nos ameaça sempre com autoritarismo

A Câmara enfraqueceu o sistema de *check and balances* ao fazer duas escolhas para as comissões. Não é uma questão partidária que torna a deputada Bia Kicis (PSL-DF) a pessoa errada para presidir a Comissão de Constituição e Justiça. São as suas manifestações em rede, ou nas ruas. Ela é uma radical e por isso não terá o equilíbrio necessário. Kicis esteve em atos que pediram um novo AI-5, o Ato Institucional que fechou o Congresso e cassou deputados na ditadura. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) fará o oposto do que se espera de uma presidente da Comissão de Meio Ambiente. O governo está fazendo uma de-

molição do aparato legal que protege o meio ambiente. O legislativo precisava ser o freio e o contrapeso dessa ação de passar a boiada pela cerca das leis.

O executivo trabalha contra a democracia. Isso já virou rotina. Basta ouvir o que o presidente diz. Sua visão distorcida do artigo 142 da Constituição, sobre o papel das Forças Armadas, é sempre jogada na cara do país como ameaça. Ele está tentando mudar o que quis dizer com "o meu Exército", afirmando que se referia aos seus seguidores, mas a Arma nada fez para lembrar que ela pertence ao país.

Bolsonaro mostrou no Sebrae, no seu habitual tom colérico, que continua prisioneiro da visão conspiratória. Mentiu que o país está há um ano em lockdown e afirmou que isso está sendo feito para atingi-lo. "Até quando aguentaremos a irresponsabilidade do lockdown?" E tudo "só consegue atingir o presidente da República". Bolsonaro chamou de "estado de sítio" as medidas protetivas tomadas em todos os países do mundo. Houve quem se iludisse, achando que a elegibilidade de Lula iria convencê-lo a mudar. Exceto por aceitar, enfim, a forma esférica da Terra, no resto Bolsonaro continua sendo negacionista. Ele ameaça a saúde dos brasileiros e a democracia. Quando os outros poderes falham, o país fica ainda mais vulnerável ao candidato a tirano que nos governa.

Abismo salarial entre negro e branco é o maior desde 2012

Diferença chegou a R\$ 1.492 no terceiro trimestre. Perda de emprego foi mais intensa em todas as formas de ocupação

CÁSSIA ALMEIDA
E BERNARDO YUNESKENSKY*
correspondentes

Na pandemia, a diferença salarial entre brancos e negros atingiu o maior patamar já registrado. No terceiro trimestre, a distância chegou ao pico de R\$ 1.492, o maior valor desde 2012. Início da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE. Apesar da ligeira melhora no fim do ano, quando o intervalo caiu para R\$ 1.405, isso não foi suficiente para mudar o quadro de crise severa para os negros, aumentando a desigualdade racial que já era alta. O cruzamento de informações foi feito pelo pesquisador Bruno Ottoni, do IDados.

Na mesma linha vai o estudo dos pesquisadores Ian Prates e Márcia Lima, do Afro (núcleo de pesquisa e formação em raça, gênero e justiça racial do Cebrap). Os dados mostram a perda de emprego mais forte em vagas com carteira, sem carteira, entre trabalhadores domésticos e outras categorias de emprego.

— Os negros são mais prejudicados por serem mais pobres, por terem estudado menos. Nos serviços domésticos, nos quais a quase totalidade é de mulheres, as negras perdem mais do que as brancas. A pandemia ampliou as desigualdades que já existiam e que vinham piorando antes mesmo da Covid — afirma Márcia.

Ottoni diz que, além da escolaridade e de estarem mais vulneráveis no mercado de trabalho, o preconceito é outro fator que impede a ascensão social dos negros e potencializa os efeitos da crise.

— É um fator bem evidente e pacificado pela literatura: o preconceito. Mesmo quando se controla por todas as diferenças, o branco continua ganhando mais. E um dos fatores por trás do maior salário mais baixo dos negros.

Fabiana Farias, de 40 anos, moradora de Curicica, na Zona Oeste do Rio, foi demitida de seu cargo como analista comercial em uma prestadora de serviços e teve de cortar gastos para conseguir se manter e ajudar seus três filhos e netos. Ela conta que também foi obrigada a abandonar um antigo sonho: a graduação em Direito. No mercado de trabalho, convive com a dificuldade maior para os negros.

— Sou mulher, sou preta, periférica, ainda estou na faculdade. Nós temos que nos mostrar muito mais eficazes que os demais, fazer duas vezes melhor que os outros para não sermos descartados ou retirados do espaço de decisão. E temos que saber lidar com o racismo, desviar, sem dizer para nossos colegas que eles estão sendo racistas, pois provavelmente seremos demitidas — afirma.

Com a perda de emprego, Fabiana teve de reduzir despe-

sas. Foi morar em um local mais barato e vem sendo obrigada a atrasar algumas contas: — Também dei de pagar e não renovei minha matrícula na faculdade, que é a minha esperança para dias melhores no mercado de trabalho e um propósito de vida.

Voltar ao mercado não será fácil. Estudo do Afro, também assinado por Caio Jardim Souza, Gisele Silva Costa e Thayla Bicalho Bertolozzi, mostra que a taxa de desemprego dos negros subiu de 11,4% para 16,6%, enquanto entre brancos subiu de 9,17% para 11,5% entre maio e novembro.

MENOS EMPREGO DOMÉSTICO

Márcia diz que a situação dos jovens negros é pior. A proporção de negros sem atividade escolar é muito grande, e a parcela de "nem-nem", jovens que não trabalham nem estudam, aumentou.

— Vai engrossar o desemprego entre os jovens negros. Ainda não contabilizamos o impacto da morte nas famílias pobres, principalmente para os jovens. Um aluno cotista, que precisa de ajuda da assistência social para pagar passagem e alimentação, não vai voltar a estudar se o pai tiver morrido. O impacto vai ser devastador — alerta Márcia.

E a pobreza aumenta. Já voltou aos níveis dos anos 1990, segundo o estudo. Entre os 10,6 milhões de brasileiros que dependiam unicamente do auxílio emergencial, 7,2 milhões são negros.

Fabiana está tentando voltar ao mercado. Vende comida e roupas:

— Durante a pandemia, criei diversas maneiras de fazer algum dinheiro.

É até nas profissões que pagam menos, como a empregada doméstica, a segmentação persiste. Prates afirma que nas regiões mais ricas, onde se paga melhor, o emprego doméstico é menos negro. Já no topo da educação, entre aqueles que têm superior, os negros também perdem.

Há o dobro de brancos com ensino superior, isso significa

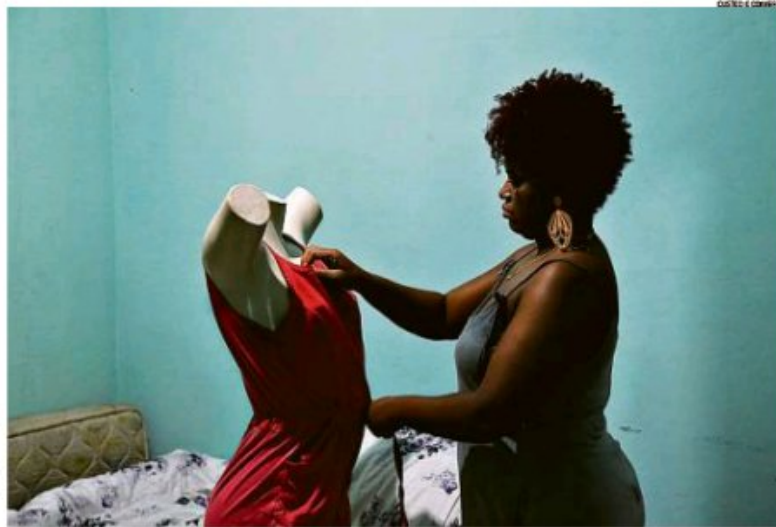


“Vai engrossar o desemprego entre jovens negros. Ainda não contabilizamos o impacto da morte nas famílias pobres, principalmente para os jovens”

Márcia Lima, pesquisadora e coordenadora do Afro

“Mesmo quando se controla por todas as diferenças, o branco continua ganhando mais”

Bruno Ottoni, pesquisador do IDados



Mudarça de nome. Fabiana Farias foi demitida na pandemia e começou a vender roupas: “Temos que nos mostrar muito mais eficazes que os demais”

O RETRATO DA DESIGUALDADE

Quanto o branco ganha mais que o negro no trabalho (em R\$)



Fontes: IDados Consultoria e Instituto Afro, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE

Perdas de vagas por tipo de inserção no mercado* (em %)



*Dados do segundo semestre de 2020 contra segundo semestre de 2019. Edição de Arte

DIREITOS CONEXOS

A Fundação Roberto Marinho convida novamente os artistas abaixo listados, que participaram do programa educativo TELECURSO, a liberação do pagamento dos DIREITOS CONEXOS através do Ordem de Pagamento a ser retirado em qualquer agência do Banco Santander do país até 31/03/2021.

- | | | |
|---|---|-------------------------------------|
| AIRTON RENÓ LETTE PEREIRA | ELIURY SOUZA DA SILVEIRA | MÉLIO MARCO VICENZO RIZZO |
| ALGUI THOMAZ MENEZES COSTA | FRANCISCA DA PENHA PIETRAS SANTOS | HELLENELMA SAMPAIO DOS SANTOS |
| ALEXANDRA VERA CUNHA | GABRIEL FERNANDES NASCIMENTO | MILTON SÍCULO CLURY |
| BREGO GOLUB | GABRIELA RABELO | OSMAR ANTONIO DE PIETRI |
| ALEXANDRE GINDRI FÁVERO | GABRIELLA ZULQUES CARIOBA | OSWALDO PEREIRA DE AVILA |
| ANA CRISTINA CESTARI SANCHOZ | GHELA ARANTES | PAULO AUGUSTO CRUZ |
| ANA GEORGINA DE CASTRO | GHELA REIMAN | PAULO CESAR BOETA |
| ANAMARIA FURQUIM DA SILVEIRA BARRETO | HELICO VIDAL | PAULO CENDAR GONSALVES |
| ANIELIS BRIGO DE ASSUMÇÃO | INACIO ZATZ | PAULO GONDOLFI DE ALMEIDA |
| ANTONIO AUGUSTO PAVIA SILVEIRA (FRANCISCO GASPAR) | IRAJÁ PINTO DE MENEZES | PAULO SERGIO DOS SANTOS |
| ANTONIO CARLOS DE AQUINO FERREIRA | ISABELA HERBETTA DE OLIVEIRA | PEDRO BRANDI MARTINS |
| ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA FERREIRA | JOSÉ FERNANDO FERREIRA DE MARIOS | CAMPOS RIBEIRO |
| ANTÔNIO CARLOS RIX | JOSÉ HENRIQUE PAVIA DOS REIS LISBOA | RAFAEL MEIRA BARIONI |
| ARIEL GOES DE CASTRO BORGHI | JOSÉ IRINEU DA SILVA CAMARGO | RAFAELA ANTONIA ROSA |
| BEATRIZ ANDREZZA BORIN DE MOURA | JOSÉ PEREIRA REZENDE FILHO | PUPOLO DE ALMEIDA |
| CAIO RILAT DE OLIVEIRA | JULIANA POGGI | RICHARDS PARADIZZI |
| CASSIANO RICARDO MENDES PAVIA | KLEBER MONTANHEIRO | RUBENS HEREDIA QUARTIM DE MORAES |
| CELSO TENORIO DEL NEVI | LENA MARQUES MICHELETTI (REPRESENTANTE DO ESPOLIO DE RENATO MASTER) | RUY HILBERTO DA SILVA CAMARGO |
| CÉSAR DE AMORIM FIGUEIREDO | LIVIA EVIRA LA GATTO | SAMUEL ALVES DE CASTRO |
| CÉSAR DE MELLO ARAÚJO | LUCIANO AMARAL ARAÚJO | SAMUEL GOMES COSTA |
| CLAUDIA MISSURA | LUIS PAULO LOUSADA FERRERA | SIÂNIA HELENA TEIXEIRA |
| DÉBORA DUBOC GARCIA | LUIZ ALBERTO MELO | TATIANA TOFOLLI SOARES |
| DÉBORA FACIONI ZAMBON | LUIZ GUSTAVO TRESTINI | WALDIR CORREA |
| DEBORAH MARIA GARCIALOBO | MAGALI SILVA | WALTER BORGES DOS SANTOS (HERDEIRO) |
| DENISE PITARRA | MANUEL CANDEIAS | VANDERLEY AMARAL DOS SANTOS |
| DIEGO TIWARES | MARAT DESCARTES GAMBIRO SILVEIRA CAMPOS | VERGÍLIA ROSÂNGELA DOS SANTOS |
| DIOGO DE ARAÚJO MONTEIRO | MARCELO JACKSON PACHECO | WYTOR FORTUNATO |
| EDISON SIMÃO | MARCELO FRISTÃO DE ATHAYDE DE SOUZA | |
| EDNALDO EIRAS DE SOUZA | MARIA MARIA BRIZA | |
| EDSON CRUZ CORREIA | MARCO LUQUE | |
| EDUARDO BEZERRA DA SILVA | MARIA ELIZABETH VIEIRA DE MORAES | |
| EDUARDO PANIZA | MARIA LUCIA GUTERRES ALZUGUIR | |
| ELANE DAPHN HAWASTA DOTTON | MARIA LUZA PESSIN | |
| ELSON RABETO PRADO DA SILVA | MARIA TERESA DE ATHAYDE | |
| EVANDRO DANIAS SILVA | MARIANA SENNE DOS SANTOS | |
| FÁBIO CARAVANGI HILST | MAURICIO MACHADO | |
| FÁBIO DOSSANTOS NEPOMUCENO DA SILVA (BONÉFICI) | MAURO ALICE | |
| FÁBIO SPANIER HERFORD | MILTON ANDRADE | |
| FERNANDA PRADO ABUJAMRA | MILTON DE BRAS COSTA | |
| FERNANDO ANTONIO DA VEIHERAS | MOISÉS ARAÃO KUPFERMANN | |
| FERNANDO DE OLIVEIRA VICENTE | | |

Para reeditar MP 936, governo vai mudar regras do seguro-desemprego

Condições para concessão ficariam mais duras e valor do benefício teria redução de 10% a cada parcela

GE BALDA BOCA
E MANDEI VENTURA
coram @globo.com.br
maia

O governo quer mudar as regras do seguro-desemprego para financiar a reedição do programa que permite acordos de redução salarial e suspensão de contrato nos moldes da medida provisória (MP) 936, que vigorou em 2020. A ideia é apertar as regras de acesso ao seguro-desemprego, sobretudo para os trabalhadores que fazem uso recorrente do benefício, reduzir a parcela ao longo do pagamento, e estimular a contratação mais rápida de demitidos para economizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo financiamento das políticas públicas de emprego.

A sobra seria usada na complementação dos salários de empregados afetados pelos cortes de salário. Hoje, o trabalhador dispensado sem justa causa recebe de três a cinco parcelas com um valor fixo. A proposta em elaboração pela equipe econômica prevê que o beneficiário passaria a receber parcelas com redução de 10% a cada mês, desde que respeitada a garantia de ao menos um salário mínimo (R\$ 1,1 mil).

A redução progressiva de 10% seria aplicada sobre o benefício inicial. Um trabalhador que hoje tenha direito a cinco parcelas de R\$ 1.500, por exemplo, passará a receber esse valor cheio no primeiro mês, R\$ 1.350 no segundo, R\$ 1.200 no terceiro e R\$ 1.050 no quarto e no quinto, pois já terá atingido o limite de redução dado pelo salário mínimo. Caso esse mesmo trabalhador precise receber, no futuro, o seguro, o benefício voltaria a ser concedido pelo valor cheio e reduzido progressivamente. A expectativa é que mudança atinja apenas uma parcela dos trabalhadores, já que boa parte dos beneficiários recebe um salário mínimo.

O Orçamento do FAT para 2021 está projetado em R\$ 78,7 bilhões, dos quais R\$ 40,9 bilhões devem ser destinados ao seguro-desemprego. Liberar parte desse dinheiro permitiria que a nova versão do programa fosse editada sem que empregados abrissem mão de parte das parcelas a que teriam direito no futuro, em caso de demissão. Essa possibilidade chegou a ser estudada pela equipe econômica, mas já enfrentava resistências no Congresso e por parte das centrais sindicais.

Uma das medidas do novo plano tem o objetivo de diminuir o tempo que trabalhadores ficam no seguro-desemprego. Na regra em elaboração, empregados demitidos há pouco tempo que receberem ofertas de trabalho poderão receber parte do benefício a que teriam direito se continuassem fora do mercado formal.

Medida vai equiparar as condições dos domésticos às dos demais trabalhadores

O objetivo é desestimular uma prática comum, segundo o governo, em que trabalhadores preferem continuar a receber o seguro e permanecer na informalidade para ter acesso a todos os repasses — já que quem consegue vaga com carteira perde direito à proteção. Isso faz com que os gastos do FAT sejam mais altos.

O modelo em análise prevê que quem for demitido e ainda não tiver recebido a primeira parcela do benefício terá direito a 50% do valor, caso seja contratado com carteira assinada. O trabalhador que já tiver recebido a primeira parcela poderá ter direito a 30% do segundo repasse, se for contratado antes da data de pagamento. Se esses trabalhadores forem demitidos em

seguida, poderão recolher as parcelas a que teriam direito normalmente. O ajuste, eles ficam com uma espécie de crédito, explicou um técnico.

CARÊNCIA MAIOR

As mudanças nas regras do seguro-desemprego estarão em uma MP, que deverá ser divulgada na próxima semana. A medida também vai equiparar as condições do seguro-desemprego dos domésticos às dos demais trabalhadores. Eles passarão a ter os mesmos direitos tanto no cálculo do seguro, quanto no número de parcelas, que variam entre três e cinco, de acordo com o tempo de serviço. Hoje, os domésticos têm direito a apenas três parcelas, equivalentes ao salário mínimo.

Em outra frente, o governo vai apertar as regras de acesso ao seguro. A ideia é ampliar o período de carência entre as solicitações do benefício, o que deve afetar principalmente quem é demitido com mais frequência.

Hoje, para solicitar o benefício pela primeira vez, é preciso que o trabalhador tenha prestado serviço com carteira assinada por 12 meses nos 18 meses anteriores à dispensa. Isso não muda. Mas a partir do segundo pedido, as regras ficarão mais duras. Atualmente, para solicitar pela segunda vez, é preciso ter trabalhado por nove meses nos últimos 12 meses e na terceira vez, por seis meses. Esse prazo deverá ficar entre 12 meses e 24 meses.

Por outro lado, nas demissões acordadas, uma modalidade trazida pela reforma trabalhista, o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego. Atualmente, isso não é possível.

Também está em estudo criar incentivos para empresas absorverem mais rapidamente empregados demitidos, em outra tentativa para reduzir o período de dependência do seguro-desemprego.



Novas regras. As mudanças no seguro-desemprego estarão em uma MP, que deverá ser divulgada na próxima semana

A empresa que empregar um trabalhador em aviso prévio ou no primeiro mês de desemprego, recolherá apenas 2% para o FGTS — em vez da alíquota normal de 8% no primeiro ano da contratação. Como contrapartida, esse trabalhador terá garantia no emprego por 12 meses.

Outra vantagem será a multa a ser paga em caso de demissão sem justa causa, que baixará de 40% para 20% do saldo do FGTS para as empresas que demitirem e ajudarem o trabalhador a conseguir uma colocação no mercado. Neste caso, será preciso a concordância do empregado.

O governo vai recorrer ao FAT porque decidiu que não quer voltar a flexibilizar as regras fiscais para financiar as medidas contra a crise, como fez no ano passado.

IMPACTO NÃO ESTÁ FECHADO

Em 2020, a União suspendeu travas como o teto de gastos e a meta fiscal para financiar as ações de enfrentamento à pandemia. Só o Benefício Emergencial (BEm), como ficou conhecida a com-

plementação aos trabalhadores afetados pelos cortes salariais permitidos pela MP 936, custou R\$ 33,5 bilhões.

Segundo interlocutores, os acordos terão duração de redução de salário e suspensão de contratos tendo duração de dois meses, prorrogáveis por mais dois. As empresas que aderirem terão que assegurar a estabilidade dos funcionários por igual período, a contar do término dos acordos.

Haverá incentivos para as empresas absorverem empregados demitidos

Durante a vigência dos acordos, o governo vai ajudar a complementar a renda dos trabalhadores, aplicando os mesmos percentuais do corte salarial (25%, 50% ou 70%) sobre a parcela máxima do seguro-desemprego (R\$ 1,9 mil). No caso da suspensão do contrato, será pago valor equivalente ao salário mínimo (R\$ 1,1 mil).

O governo ainda não tem cálculos fechados sobre o impacto das medidas para o FAT.

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, defendeu a proposta do seguro-desemprego, como o seguro-desemprego, tem se mostrado pouco eficiente. Solmucci é um dos defensores da reedição da MP 936 como uma forma de apoiar as empresas no momento de agravamento da crise na economia e de medidas mais restritivas para conter a disseminação da Covid-19. — Não dá para ficar criando mais benefícios, é preciso corrigir o que não está funcionando adequadamente, como ocorreria em qualquer empresa.

Já para Sérgio Leite, representante da Força Sindical no Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), o governo não age com oportunismo ao tentar restringir as regras de acesso ao seguro-desemprego.

— Vamos trabalhar no Congresso contra essa medida.

Ataque hacker a empresa do setor aéreo expõe dados de brasileiros

Alvo foi a multinacional Sita e afetou clientes do programa de fidelidade da Latam

IVAN MARTÍNEZ VARGAS
E JÚLIO SOBRINA NETO
coram @globo.com.br
silveira

A companhia aérea Latam informou a seus clientes na noite da última sexta-feira que parte dos membros de seu programa de fidelidade, o Latam Pass, teve seus dados vazados em um ataque hacker sofrido pela multinacional Sita, que presta serviços de tecnologia da informação ao setor aéreo.

Gol e Azul também têm parcerias com a Sita, ao menos para despacho automático e para rastreamento de voos, respectivamente. A Gol afirmou que os dados de seus clien-

tes não foram afetados pelo ataque, que teria atingido um serviço que a companhia não contrata. A Azul foi procurada, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

SENHAS E CARTÕES A SALVO

Este ataque aos sistemas Sita afetou parte de suas informações pessoais do programa Latam Pass, como nome, sobrenome, número de membro e categoria, disse a empresa em comunicado aos integrantes do programa assinado por Paulo Miranda, vice-presidente de clientes da Latam.

O ataque foi reportado pela Sita na semana passada,

segundo o documento.

Dados como número de bilhetes, reservas, cartões de crédito, contas bancárias e passaporte, além de e-mail e senhas, não foram afetados, de acordo com a companhia, que recomenda de qualquer maneira que as senhas sejam trocadas periodicamente pelos usuários.

Como Grupo Latam, não trabalhamos diretamente com os sistemas afetados (...). Não obstante, a Sita lida com algumas informações de nossos clientes, membros do Latam Pass, atuando para outras companhias aéreas com as quais temos acordos comerciais de passageiros



Latam. Segundo a aérea, foram expostos dados como nome, número de membros no programa de fidelidade e categoria

frequentes, as quais utilizam esses sistemas", afirma o documento. O ataque, de acordo com a Latam, não atingiu seus sistemas.

Procurada pelo GLOBO, a Sita informou que continua investigando o ataque e recomendando às pessoas que querem saber se seus dados foram vazados que procurem diretamente às companhias aéreas, já que a companhia

não pode responder a esse tipo de solicitação.

"Este foi um ataque altamente sofisticado. O assunto continua sob investigação e a equipe de resposta a incidentes de segurança da Sita com o apoio dos principais especialistas externos em segurança cibernética", disse a empresa em nota.

A Sita informou ainda que

os dados acessados pelos hackers estavam armazenados no Sita Passenger Service System, que é o sistema de processamento de passageiros para companhias aéreas. Segundo a companhia, a invasão aconteceu no dia 24 de fevereiro.

A multinacional de tecnologia atua em mais de mil aeroportos e diz cobrir mais de 90% dos destinos globais.

Saúde compra 10 milhões de doses da Sputnik

Apesar de ainda não ter autorização da Anvisa, primeiro lote com 400 mil vacinas chegará em abril ao Brasil; governador da Bahia, Rui Costa diz que Consórcio Nordeste vai assinar contrato para garantir mais 37 milhões de imunizantes a serem pagos pela União

PAULA FERREIRA
E LEANDRO PRAZERES
paula.ferreira@oglobo.com.br
leandro.prazeres@oglobo.com.br

O Ministério da Saúde assinou, ontem, o contrato para a compra de 10 milhões de doses da vacina Sputnik V. As primeiras 400 mil doses do imunizante chegarão ao país até o fim de abril, e o cronograma prevê a entrega de 2 milhões de doses até o final de maio e mais 7,6 milhões em junho.

O secretário executivo da pasta, Elcio Franco, cobrou, no entanto, que a União Química, farmacêutica que fechou acordo de comercialização e produção da vacina russa contra o coronavírus no Brasil, agilize o processo de autorização do imunizante junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

—Agora, para que possamos efetivamente aplicar a Sputnik V em nossa população e realizar os pagamentos após cada entrega de doses dessa vacina, só necessitamos que a União Química providencie com a Anvisa, o quanto antes, a autorização para uso emergencial temporário —disse Franco.

Atualmente, a União Química está com dois processos parados na Anvisa devido à falta de informações. A visão de gestores estaduais é de que a sanção, na última quarta-feira, da lei que prevê sete dias para análise da Anvisa no caso de vacinas autorizadas no ex-

terior, facilitará o processo.

O Ministério da Saúde afirmou que a farmacêutica pretende produzir vacinas em suas fábricas em São Paulo e no Distrito Federal.

ACORDO COM O NORDESTE

A pasta participa ainda de uma negociação para a aquisição de 37 milhões de doses da vacina russa com intermediação do governo da Bahia. Inicialmente, seriam 39 milhões de doses destinadas ao Consórcio Nordeste, que acabaram sendo reduzidas e oferecidas pelos governadores ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Na noite de ontem, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), afirmou que os governadores do nordeste devem assinar até quarta-feira o contrato para a aquisição desse montante. A expectativa dos governadores é que o governo federal faça o reembolso do valor pago pelos estados, em uma negociação liderada pelo chefe do Executivo do Piauí, Wellington Dias, que também é presidente do Consórcio Nordeste.

O secretário Elcio Franco afirmou durante entrevista coletiva ontem que o Ministério da Saúde iria assumir os memorandos de entendimento, passo anterior à assinatura do contrato, dos estados. Na interpretação de Rui Costa, Franco se refere ao reembolso e possível incorporação das doses adquiridas



Expectativa por doses. Funcionários no laboratório da União Química de Brasília, responsável pela produção da vacina russa Sputnik V no Brasil

Lula teve reunião com Fundo Russo

> A movimentação política de Lula não tem se limitado ao rearranjo interno do PT e aliados para encerrar Bolsonaro nas eleições de 2022. Há cerca de três meses, o líder petista teve uma reunião com Kirill Dmitriev, diretor do Fundo de Investimento Direto Russo (FDIC), que financia o desenvolvimento da Sputnik V. Lir informou ontem a colunista Bela Megale do GLOBO

> O convite para a conver-

sa partiu de Dmitriev, após o russo ver que Lula estava entre os signatários de um abaixo-assinado organizado pelo Nobel de Economia Muhammad Yunus, que defende a vacina como bem comum da humanidade e portá-lo, gratuita. Ao receber o convite, o petista convocou os ex-ministros da Saúde José Gomes Temporão, Alexandre Padilha e Arthur Chioro para participar da videoconferência.

> — Dmitriev disse que o presidente Vladimir Putin havia incentivado a reunião com Lula. Foi uma conversa importante, porque abriu a relação

do fundo russo com o Consórcio Nordeste. Deixamos claro que, além do Paraná, com quem eles tiveram as primeiras tratativas, finham muitas frentes no Brasil a serem abertas. Isso fortaleceu o acordo de milhões de vacinas firmado com os estados do nordeste —disse Padilha à colunista de Bela Megale.

> Ele afirmou ainda que Lula “biu um su per incentivador” das conversas sobre a Sputnik V e destacou a necessidade de trazer para o Brasil “vacina boa, segura, eficaz”.

> No fim de janeiro, quando a China atrasou o envio de insumos para o Brasil para a produção de vacinas, o ex-presidente também se mobilizou. Com Dilma Rousseff, enviou uma carta ao presidente chinês Xi Jinping elogiando a condução da pandemia no país e com críticas ao “negacionismo” e “incompetência” de Jair Bolsonaro.

> No documento, também defendeu o embaixador da China no Brasil, Yang Wanning, alvo de ataques do deputado federal Eduardo Bolsonaro e do chanceler Ernesto Araújo.

pelo consórcio ao Plano Nacional de Imunização (PNI) do governo federal.

— Quando alguém diz que vai assumir, ele deve estar se referindo que vai assumir o pagamento, o reembolso, vai incorporar esse quantitativo dentro do plano nacional — explicou Rui Costa, acrescentando: — O formato a gente vai ter que dialogar com o ministério, não somos contra que isso componha o PNI. O ministério pode considerar isso dentro do plano e compensar não enviando vacinas que enviaria a nós no mês seguinte, para manter equidade de distribuição entre os estados.

Segundo ele, a estratégia para que o Ministério da Saúde assinasse formalmente a compra foi deixada de lado para não ameaçar o cronograma.

DEMORA PARA AJUDAR

Pago só em abril, benefício deve conter perdas, mas não induzirá crescimento



Benefícios. Fila para receber o auxílio emergencial no ano passado; nova rodada deve atingir 46 milhões de famílias. Repasses devem ser pago a apenas um membro da família, no valor de R\$ 250

GERALDA DOCA, RAFAELA RIBEAS, LETÍCIA CARDOSO E JOÃO SOBRINA NETO escrevem e repórter com a edição de GLOBO NEWS

A aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza o pagamento da nova rodada do auxílio emergencial é uma das últimas etapas de uma corrida contra o tempo para driblar a lentidão no processo de recriação do benefício, após meses nos quais a ausência do repasse deixou marcas não só na população vulnerável como na atividade econômica, enquanto a pandemia avançava. Para economistas, o retorno do programa será suficiente apenas para mitigar os efeitos na economia, enquanto o país espera o avanço da vacinação.

O texto será promulgado na segunda-feira pelo Congresso Nacional. Depois, o governo ainda precisa editar uma medida provisória (MP) para re-

gular os pagamentos, que só devem começar no início de abril, conforme antecipou O GLOBO ontem.

O novo auxílio deve atingir 46 milhões de famílias e custar cerca de R\$ 36 bilhões, menos que o limite de R\$ 44 bilhões imposto pela PEC. Os repasses começarão três meses após o fim da rodada de 2020, encerrada em 31 de dezembro.

Economistas avaliam que a liberação do auxílio está demorando para quem precisa do dinheiro para sobreviver.

— As pessoas estão realmente passando necessidade. Mesmo com o problema fiscal, o auxílio é fundamental. Estas pessoas usam o dinheiro que ganham hoje para comprar as coisas amanhã. Os indicadores do ano passado mostram que o consumo foi para comida mesmo — comenta o pesquisador da FGV/ IUPERJ Claudio Considera. Para ele, a medida não será

suficiente para evitar a queda da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, e a vacinação em massa determinará os resultados no restante do ano. Com o recrudescimento da pandemia, o fim do auxílio e a alta do preço nos alimentos, as vendas no varejo, por exemplo, registraram queda de 0,2% em janeiro, na comparação com dezembro, segundo pesquisa do IBGE divulgada ontem.

O cantor Vitor Siqueira, de 26 anos, que mora em Santo André, São Paulo, recebeu o auxílio emergencial em 2020 e, por um tempo, até conseguiu voltar a se apresentar em pequenos eventos e casamentos que aconteceram respeitando as medidas de segurança. Mas, como sua cidade voltou à fase vermelha por conta do aumento de casos de Covid-19, teve todos os contratos cancelados:

— Eu estava fazendo um evento por mês, mas já dava para pagar algumas contas. Agora, meu irmão está pagando todas as despesas da casa onde moramos juntos.

O plano do governo é começar a fazer os pagamentos nos primeiros dias de abril para pessoas que estão fora do Bolsa Família, por meio de crédito na poupança digital, de acordo com o mês de nascimento. Quem faz parte do programa social deve receber a partir de 16 de abril.

17 MILHÕES FICAM DE FORA

O benefício deve ser pago a apenas um membro da família, no valor de R\$ 250, por quatro meses. Mulheres com filhos terão direito a uma cota mais alta, de R\$ 375, e pessoas que moram só receberão um valor menor, de R\$ 150.

A MP para liberar o auxílio também deve prever que idosos e pessoas com deficiência

na fila para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) recebam o auxílio emergencial. A medida já foi tomada no ano passado.

A Caixa Econômica Federal tem um esquema pronto para operacionalizar os pagamentos, assim que o decreto que regulamenta a nova rodada for editado. A expectativa é que cerca de 700 agências funcionem em horário especial e algumas unidades abram aos sábados, das 8h às 12h. O crédito em conta poupança para os trabalhadores informais ocorrerá todos os dias, inclusive aos domingos.

Cálculos feitos pelo movimento Renda Básica que Queremos — formado por várias organizações e responsável pela campanha #auxilioateofimdapandemia — mostram que pelo menos um em cada quatro brasileiros que receberam o auxílio emergencial no ano passado

deixará de receber os recursos este ano, com a definição do teto de R\$ 44 bilhões pela PEC. Na ponta do lápis, 17 milhões de pessoas ficarão sem o auxílio. Os estados mais impactados serão Piauí, Bahia e Ceará.

Essa redução terá efeitos negativos tanto para o comércio — já que, no ano passado, do total de 68,2 milhões de brasileiros que receberam o auxílio pelo menos 53% gastaram com a compra de mantimentos — como para os cofres dos municípios, já que a arrecadação tende a ser menor.

“A distribuição de renda teve papel essencial em 2020, evitando o fechamento de comércios e a ampliação do desemprego e reduzindo indicadores de fome e extrema pobreza”, observa Paola Carvalho, diretora da Rede Brasileira de Renda Básica, uma das organizações que integra a campanha #auxilioateofimdapandemia.

AJUDA INSUFICIENTE

A analista de macroeconomia da XP Investimentos Rachel Sá destaca que, além de o auxílio ter um valor menor e destinado a menos pessoas, a economia sofreu nos últimos meses com fatores como o fechamento de serviços e encerramento de outros benefícios. Ela prevê queda de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre:

— O valor liberado neste ano ajuda, mas não é suficiente para compor a renda das famílias nem salvar a economia.

A Ativa Investimentos segue a linha de queda, de 0,2%, no primeiro trimestre, mas prevê estabilidade no segundo. O economista-chefe da instituição, Etere Sanchez, acrescenta que, além de todo esse cenário, a economia é minada pela falta de confiança de investidores no Brasil, que padece com um plano de desvinculação lenta.

Em geral, economistas estão otimistas de que uma nova rodada pode pressionar os custos públicos, mas defendem que liberar o socorro é importante. O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa, no entanto, pondera que o auxílio pode reverberar de outra forma na sociedade, afetando o desemprego e o poder de compra das famílias, porque contribui para inflar a crise fiscal e deteriorar a condição financeira do país:

— Para a família que recebe, ajuda. Por outro lado, com esses juros altos, o empresário não investe e não contrata. No ano passado, o que aqueceu a economia foram os juros baixos e crédito facilitado, não o auxílio

Guedes nega atraso e diz que valor de R\$ 600 é insustentável

Ministro afirma que quem deu o ‘timing’ da medida foi a política e que limite de gasto com benefício é importante para segurar inflação

MANGEL VENTURA E FERNANDA TRIGGIANO escrevem e repórter com a edição de GLOBO NEWS

Apesar de comentar a aprovação da proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite a volta do auxílio emergencial, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o que é econômico não atrasa o benefício e quem deu o “timing” foi a política. Ele comentou ainda que um benefício de R\$ 600, como foi no ano passado, não é sustentável.

— Não acreditem na narrativa de que a Economia está contra o auxílio emergencial, que a Economia atrasou o auxílio emergencial. Isso é uma falsa narrativa. Isso é narrativa política. O auxílio emergencial não saiu antes porque a política é quem tem o relógio. Quem manda e quem dá o timing é a política. É só a política poderia nos autorizar — disse Guedes, ao site Jota.

Em nota, o Ministério da Economia afirmou que a aprovação da PEC é a mais impor-

ta reforma fiscal dos últimos 22 anos.

O ministro defendeu o limite de R\$ 44 bilhões, estipulado pela PEC, para o auxílio neste ano. Em 2020, foram cerca de R\$ 300 bilhões.

— Você não pode chegar e dar um cheque em branco. Não pode falar “o dinheiro vai ser o que for preciso, toma aqui R\$ 1 trilhão”. Se nós fizermos isso, a inflação, que está subindo rapidamente, que até julho vai passar de 6%, que por enquanto é setorial, mas

está começando a ficar generalizada, ela vai embora, vai para 7%, 8%. E o juro tem que subir para 9%, 10%. Ai o Brasil começa a entrar em colapso de novo por falta de compromisso com o protocolo fiscal — disse o ministro.

Guedes defendeu que o limite protege a população vulnerável, ao segurar a inflação:

— Se a inflação for embora, quem vai pagar mais são os mais frágeis.

Em 2020, o governo pagou cinco parcelas de R\$ 600 e

quatro parcelas de R\$ 300 a 68 milhões de pessoas no total. Neste ano, serão R\$ 250 em média por quatro meses para 46 milhões de famílias.

— Não pode continuar com aqueles R\$ 600 porque aquilo não é sustentável. Se falar “vou dar R\$ 600 para todo mundo por dois anos”, a inflação vai para 5%, 6%, 7% e acabou — disse Guedes, reforçando que o governo pretende propor um novo programa neste ano.

A inflação acumulada nos 12

meses até fevereiro está em 5,2%, se aproximando do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, de 5,25%. Na opinião de Guedes, o resultado demonstra uma alta “transitória e setorial” de preços:

— Esse aumento de preços de alimentos, material de construção, é fruto, de um lado, da subida do dólar e da alta das commodities. E, de outro lado, do auxílio emergencial, que foi potente e encheu os supermercados.

Guedes também fez um apelo aos servidores após a destituição da PEC, que permite promoções ao funcionalismo: — Muita gente fala que tem que cortar o salário deles. Não tem que cortar. Eles já deram a contribuição deles.

Bolsonaro critica estados por pagarem auxílio

Presidente diz que governadores querem fazer um Bolsa Família próprio e que o resultado dessas medidas é que 'quanto mais gente vivendo de favor do Estado, mais dominado fica esse povo'

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro criticou ontem o fato de governadores pagarem auxílio emergencial, apesar de o governo federal também fazer o mesmo. Segundo Bolsonaro, "quanto mais gente vivendo de favor do Estado, mais dominado fica esse povo".

O comentário do presidente foi feito enquanto ele

criticava medidas de restrição à circulação, adotadas por governadores e prefeitos para diminuir o contágio do novo coronavírus, no momento em que o país registra mais de 2 mil mortes por dia. Bolsonaro disse que o resultado dessas medidas é que as pessoas passam a ser sustentadas pelo Estado.

— Pessoal vai devagar, devagar, tirando seus meios, tirando sua esperança. Tirando seu ganha-pão. Você

passa a ser obrigado a ser sustentado pelo Estado — disse o presidente, em conversa com apoiadores, no Palácio da Alvorada.

E continuou:

— Você viu que tem governador agora que está falando em auxílio emergencial? Querem fazer o Bolsa Família próprio. Quanto mais gente vivendo de favor do Estado, mais dominado fica esse povo.

O governo federal deve re-



“Pessoal vai devagar, devagar, tirando seus meios, tirando sua esperança. Tirando seu ganha-pão. Você passa a ser obrigado a ser sustentado pelo Estado”

Jair Bolsonaro,
presidente

começar a pagar em abril o auxílio emergencial. Essa nova fase do programa deverá abranger 46 milhões de famílias.

O Rio é um dos estados que instituiu o auxílio emergencial regional. A medida, aprovada no mês passado pela Assembleia Legislativa (Alerj) prevê pagamento de R\$ 300 até o fim do ano. As regras do programa determinam que os repasses serão interrompidos caso o

beneficiário tenha direito também à ajuda federal, mas só durante os meses de repasses da União.

O programa fluminense será financiado com recursos parados em fundos. Em entrevista ao GLOBO, o governador em exercício Claudio Castro afirmou que não descartava estender o programa para 2022, caso a pandemia se agrave e o quadro de desemprego em alta persista.

Petrobras propõe elevar teto de pagamento de executivos

Limite de remuneração de diretoria e conselho deve subir para R\$ 47 milhões, o que significa alta de 8,57%. Valor será discutido em assembleia de acionistas

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Em meio a um processo de troca do comando, a Petrobras informou ontem que propôs separar um total de R\$ 47 milhões para a remuneração da diretoria executiva e do Conselho de Administração entre os meses de abril deste ano e março de 2022. O valor é uma espécie de teto para o pagamento destes profissionais e representa um aumento de 8,57% em relação ao período anterior. O montante será um dos temas discutidos na assembleia de acionistas convocada para o dia 12 de abril, mesmo dia em que será eleito o novo colegiado da estatal em reunião extraordinária.

Insatisfeito com os reajustes de combustíveis aplicados pela empresa este ano em razão da escalada da cotação do petróleo, o presidente Jair Bolsonaro indicou o general Joaquim Luna e Silva para assumir o comando da estatal. Um dos fatores criticados por Bolsonaro foi a remuneração do atual presidente, Roberto



RICARDO MORAES/1EUTERS/22-2-2021

Provisão. Estatal diz que remuneração do presidente é 25% do total pago a CEOs de empresas de porte equivalente

Castello Branco, dizendo que ele ganha "mais de R\$ 50 mil por semana".

O pagamento a executivos da estatal é alto para o padrão de renda do país, mas abaixo da remuneração de outras grandes petroleiras. A Petrobras calcula que a remuneração total do presidente da companhia equivale a 25% da de um executivo de empresas de porte equivalente.

— Historicamente, os cargos de alta administração da Petrobras sempre pagaram menos do que o mercado pa-

ra cargos equivalentes. Provisionar não significa se comprometer a gastar — afirmou Vicente Ferreira, professor da Coppead e especialista em governança corporativa.

A estatal afirma que no ano passado só foram pagos 60% do que foi provisionado. O valor abrange o pagamento a 11 conselheiros e nove diretores (já incluindo o presidente). Em relação ao aumento do teto, a estatal afirma que corresponde à provisão do programa de renda variável e do acú-

mulo de parcelas remanescentes de anos anteriores. A remuneração inclui honorários, gratificação de férias, 13º salário, plano de saúde e previdência complementar, além de verba para pagamento de eventuais quarentenas de ex-dirigentes.

O coordenador da Federação Única dos Trabalhadores (FUP), Deyvid Bacelar, disse que a proposta "é uma afronta" e destacou o cenário de crise econômica e a aplicação do INPC no acordo coletivo com os petroleiros.

Estados vão estender restrições até domingo

Governadores vão manter medidas de restrição por mais esta semana para tentar conter o avanço da pandemia

Por Isadora Peron — De Brasília

15/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Governadores decidiram manter as medidas restritivas para tentar conter o avanço da pandemia até o próximo domingo, dia 21. A afirmação foi feita pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que é um dos coordenadores do Fórum Nacional dos Governadores.

Segundo ele, os governadores se comprometeram a continuar com ações para evitar aglomerações e deixar em funcionamento somente serviços essenciais.

Desde a semana passada, representantes das cinco regiões do país têm se articulado para adotar ações em conjunto.

“Ontem [sábado] aprovamos manter medidas para conter o coronavírus em todo Brasil e estamos solicitando mais uma vez ao governo federal que coordene e adote também na sua área de competência”, disse ele.

O grupo de governadores também cobrou mais atuação do presidente Jair Bolsonaro.

“Encaminhamos ao governo federal mais uma vez um apelo, um apelo para que possa coordenar essas medidas de contenção do coronavírus, dada à grave situação do Brasil, e ainda para adotar medidas nas suas áreas, como aeroportos, portos e outras áreas”, afirmou Wellington Dias.

O principal objetivo da ação dos governadores é transmitir à população a mensagem de que o momento é crítico e de que é preciso união para que haja a queda no número dos mortos.

No Piauí, por exemplo, o governador decidiu antecipar para a próxima sexta-feira o feriado referente ao dia do Estado, que é comemorado em 19 de abril.

“O dia do Piauí será sempre 19 de outubro, dia da adesão do PI à independência do Brasil, mas o feriado antecipado vai salvar vida”, disse.

Wellington Dias afirmou ainda que, nesta semana, os governadores vão tentar marcar uma nova reunião com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para conversar sobre vacinas. A expectativa é que na pauta esteja o debate sobre as novas regras que poderão acelerar a vacinação no país.

Na quarta-feira, a Anvisa aprovou uma resolução que oficializa as regras para que Estados, municípios e o setor privado possam importar medicamentos e vacinas contra a covid-19, mesmo que eles ainda não tenham aprovação para uso no Brasil. A norma foi assinada após aprovação do Congresso.

Mas a dificuldade está no lado da oferta. Globalmente, a capacidade produtiva dos laboratórios fabricantes de vacinas anti-covid vêm crescendo, mas muitos países, incluindo o Brasil, continuam tendo problemas para adquirir mais doses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Protetor de Colchão Altenburg Riviera Impermeável Branco Solteiro

R\$ 79,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Cortina Curta Corta-luz Londres Mel

Economistas projetam alta de 0,5% no IBC-Br

Para analistas, indústria e serviços devem ser responsáveis por impulsionar o indicador

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

15/03/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O desempenho da produção industrial e recuperação do setor de serviços manteve a atividade econômica em crescimento em janeiro, avaliam economistas. Segundo a mediana de estimativas de 21 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,5% em janeiro ante dezembro, na série com ajuste sazonal, após alta de 0,64% no último mês de 2020.

As projeções para o indicador que tenta se aproximar do que seria a variação mensal do Produto Interno Bruto (PIB), calculado em base trimestral pelo IBGE, vão de variação zero até 1%. Ante janeiro de 2020, a mediana das expectativas dos analistas indica queda de 1,4% para o IBC-Br. O Banco Central divulga hoje o dado.

O IBC-Br é calculado como uma síntese dos principais indicadores de atividade publicados pelo IBGE e contempla indústria, comércio e serviços. Pelos dados das pesquisas mensais do IBGE, a produção industrial brasileira cresceu 0,4% em janeiro em relação a dezembro, na série com ajuste sazonal. Pelo mesmo critério, o setor de serviços cresceu 0,6% enquanto o comércio varejista restrito caiu 0,2%, com queda de 2,1% na medição ampliada, que inclui venda de veículos e de material de construção.

Luana Miranda, economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), lembra que a indústria tem grande peso no IBC-br e, como teve evolução

positiva em janeiro, na margem, também deve ter contribuído para levar o indicador para o campo positivo, apesar de um desempenho considerado decepcionante do comércio. O Ibre projeta alta de 1% no IBC-Br na passagem de dezembro para janeiro, com ajuste sazonal. Já contra janeiro de 2020 o Ibre calcula queda de 1%. Para fevereiro, diz Luana, a projeção também prossegue em alta na margem, de 1,2%. Na comparação interanual, se espera queda de 0,3%.

Apesar das projeções de taxas positivas na margem para o IBC-Br de janeiro e fevereiro, Luana lembra que a projeção do Ibre para o PIB do primeiro trimestre é de queda de 0,5% contra o último trimestre de 2020, já com ajuste sazonal. Apesar de ser considerado indicador antecedente do PIB, explica Luana, o IBC-br tem metodologia de cálculo diferenciada da do IBGE. No PIB, o setor de serviços, principalmente de serviços prestados às famílias, tem peso maior e por isso há essa diferença nas projeções entre os dois indicadores, explica. Ela lembra que, apesar da variação positiva na margem dos serviços como um todo em janeiro, os serviços prestados às famílias caíram 1,5% na margem, sempre na série dessazonalizada.

Em boletim, o UBS informa sua projeção de alta de 1,2% para o IBC-Br de janeiro, contra o mês anterior. Na comparação com janeiro de 2020, a estimativa é de queda de 0,5%. O banco ressalta o ritmo desigual de recuperação dos diferentes setores de atividade desde maio de 2020.

Enquanto os serviços têm se recuperado em um ritmo lento devido às medidas de isolamento social, a produção industrial e o setor de varejo chegaram a ultrapassar o nível pré-pandêmico há alguns meses. A diferença de comportamento caiu à medida que o auxílio emergencial diminuiu, mas as notícias mais recentes sobre o recrudescimento da pandemia podem mudar essa perspectiva novamente.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

A Aliança possui uma variedade de planos de saúde para o Servidor Público.

QUALICORP

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

Desconto em multa pode incentivar pagamento de autuação fiscal

Benefício consta em solução de consulta da Receita Federal

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

15/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Uma nova orientação da Receita Federal permite a contribuintes obter desconto no pagamento da multa de ofício, embutida nas autuações fiscais, quando o caso for julgado de forma desfavorável na Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - última instância do órgão. Essa penalização é de 75% do valor que teria deixado de pagar, percentual que sobe para 150% no caso de fraude.

Nesses casos, segundo a Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 1, de 3 de fevereiro, o contribuinte poderá pagar a multa à vista com desconto de 30% e 20% se for parcelado, no prazo máximo de 30 dias após a decisão na esfera administrativa, caso não leve a discussão para o Judiciário. Por ter sido editado pela Cosit, o entendimento deve ser seguido por todos os fiscais do país.

O texto da Receita foi visto com bons olhos por advogados de empresas porque esta situação específica não está expressa no artigo 6º da Lei nº 8.218, de 1991, que trata dos possíveis descontos para quem paga tributos devidos. A medida é vista como uma oportunidade de abatimento da carga tributária.

O artigo 6º da Lei nº 8.218, de 1991, prevê reduções da multa de ofício em situações como a do contribuinte que paga a autuação à vista em até 30 dias após recebê-la

(50%), ou após decisão negativa de primeira instância (30%) ou de turma do Carf. Contudo, não há previsão sobre a Câmara Superior.

No caso concreto, a empresa foi autuada e recorreu em primeira instância, na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ) e teve decisão favorável à anulação. Depois a Fazenda recorreu de ofício para a turma do Carf, que manteve decisão favorável. Contudo, a União recorreu novamente à Câmara Superior do Carf, que reformou a decisão, tornando a atuação fiscal válida.

Segundo a solução de consulta, “Se de um lado o parágrafo 1º do artigo 6º não contém previsão expressa da situação aqui tratada, por outro a norma tampouco limitou-se a dispor que as reduções a que se referem os incisos III e IV seriam apenas para o provimento do recurso de ofício por parte de uma das turmas ordinárias do Carf (segunda instância). Ele estabeleceu que as reduções se aplicam para provimento de recurso de ofício, apenas”. Os incisos III e IV tratam da redução de 30% da multa no pagamento à vista em até 30 dias e da redução de 20%, se for parcelado neste prazo.

Na prática, a economia ao contribuinte pode ser relevante, de acordo com advogado Pedro Moreira, do CM Advogados. “A solução de consulta traz segurança jurídica e isonomia aos contribuintes, reduzindo o ônus e estimulando a quitação do crédito tributário”, diz.

Para o advogado Alessandro Mendes Cardoso, sócio do Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, a interpretação da Receita é boa para o contribuinte porque dá uma nova chance para que ele possa se beneficiar da redução e fazer o recolhimento. “Benéfico também para o Fisco porque evita que débitos fiquem abertos e diminui a judicialização”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Confira o telescópio com zoom 4k mais vendido em 2020.

ACTIVE CENTER

Ministros votam contra créditos de ICMS no PIS/Cofins

Julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

15/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou pela exclusão de créditos presumidos de ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli, na noite de sexta-feira. O tema é julgado com repercussão geral, portanto, a decisão deverá ser seguida pelas instâncias inferiores da Justiça.

Créditos presumidos de ICMS são concedidos pelos Estados para aliviar a carga tributária de determinados segmentos econômicos. O tema é julgado em recurso apresentado pela União para tentar reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, sediado em Porto Alegre, favorável à OVD Importadora e Distribuidora.

O TRF havia decidido que os créditos presumidos de ICMS não configuram receita ou faturamento para atrair a incidência da Cofins e do PIS, mas renúncia fiscal. A União alega que não existe previsão legal para essa exclusão e que o TRF teria criado um novo caso de isenção.

Após um julgamento acirrado, a maioria foi formada no penúltimo voto, do ministro Luís Roberto Barroso, que seguiu o entendimento do relator, ministro Marco Aurélio Mello. Também o acompanharam os ministros Rosa Weber, Cármen Lúcia, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski.

No voto, o relator afirmou que as tensões revelam, de um lado, o Fisco buscando máxima amplitude aos conceitos de faturamento e receita visando a arrecadação. Do outro, os contribuintes tentando limitar o alcance da materialidade dos tributos, ante o ônus fiscal (RE 835.818).

“Os créditos presumidos revelam renúncia fiscal cujo efeito prático é a diminuição do imposto devido. Não há aquisição de disponibilidade a sinalizar capacidade contributiva, mas simples redução ou ressarcimento de custos”, afirma no voto. O relator apontou ainda que a presunção de crédito, longe de revelar riqueza nova e, portanto, passível de sujeição ao PIS e à Cofins, indica o abrandamento de custo a ser suportado.

Marco Aurélio também citou a decisão do STF de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, em 2017, como precedente para o assunto. O voto segue a forma como o ministro tem se posicionado em teses consideradas “filhotes” daquele julgamento, que tratam de um tributo na base de cálculo de outro.

Foi assim que votou, recentemente, sobre o ICMS na base da contribuição previdenciária. O ministro ficou vencido no caso.

O ministro Alexandre de Moraes divergiu. Ele não votou no precedente de 2017 e não o cita em seu voto nesse caso. Ele destaca que os artigos das leis sobre PIS e Cofins, nº 10.637, de 2002, e 10.833, de 2003, respectivamente, preveem o que está excluído da base de cálculo dessas contribuições e não mencionam créditos presumidos de ICMS.

Ainda segundo o ministro, de acordo com a Constituição, a concessão de isenções ou quaisquer outros benefícios fiscais deve ocorrer mediante lei específica do ente federado competente para instituir o tributo, não cabendo ao Judiciário ampliar o alcance do benefício. Para Moraes, apesar da possibilidade de concessão de crédito presumido de ICMS pelos Estados e Distrito Federal, a questão trata da possibilidade ou não de estes benefícios ferirem a competência tributária conferida à União.

No voto, conclui que permitir a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins em razão da concessão de crédito presumido concedido

por Estado membro seria o mesmo que aceitar a concessão de benefício fiscal de tributos federais por uma unidade da federação. “O que importa grave violação ao pacto federativo.”

Para o ministro, a concessão de benefício fiscal pelo Estado, de tributo de sua competência, não pode, por via oblíqua, impedir a tributação da União sobre a parte que lhe compete. Votaram com Moraes os ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques e o presidente da Corte Luiz Fux. Os votos podem ser alterados até a conclusão do julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Protetor de Colchão Altenburg Riviera Impermeável Branco Solteiro

R\$ 79,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

SP deve rever ICMS sobre proteínas e leite

Anúncio oficial sobre redução de alíquota está previsto para esta semana

Por **Rafael Walendorff** — De Brasília

15/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

Após a articulação de empresários do ramo de bares e restaurantes, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), deve anunciar nesta semana a redução das alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as carnes bovina, suína, de peixe, de aves e sobre o leite pasteurizado.

“Devemos, sim, rever o ICMS no leite pasteurizado e nas carnes vendidas pelo Simples Nacional”, disse ao **Valor** o secretário de Agricultura do Estado, Gustavo Junqueira. “No caso do leite, trata-se do elo mais fraco da cadeia, com seis mil produtores. Nas carnes, a medida atinge, principalmente, açougues e pequenos estabelecimentos, incluindo restaurantes”, explicou, sem confirmar a data de publicação do novo decreto.

Com alíquotas de ICMS mais altas desde janeiro, o setor agropecuário organizou um tratoração no interior do Estado na primeira semana do ano e conseguiu o recuo do governo em boa parte dos itens tributados, como insumos, energia elétrica, produtos da cesta básica e hortifrutigranjeiros. No fim de janeiro, foi a vez de empresários do ramo de carnes, como distribuidores e açougues, protestarem na capital. A alíquota sobre as vendas internas dos frigoríficos para as empresas que optam pelo Simples Nacional foram elevadas de 7% para 13,3%.

“O governo se comprometeu a rever o reajuste do ICMS das proteínas, que é muito prejudicial ao nosso setor, a pequenas empresas e açougues e para o consumidor”, afirma o presidente da Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo

Solmucci. A expectativa, segundo ele, é que o anúncio público ocorra nesta quarta-feira.

A mudança na tributação paulista sobre proteínas e leite pasteurizado deverá ocorrer dias após o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) decidir taxar os fertilizantes. Na sexta-feira, o colegiado de secretários estaduais de Fazenda definiu cobrança de 1% ao ano a partir de 2022, com elevações anuais da alíquota até ela chegar a 4% em 2025. Para os demais insumos agropecuários, como defensivos, ração e sementes, o Convênio 100/1997, que reduz a base de cálculo do ICMS sobre esses itens, foi estendido até 31 de dezembro de 2025.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 129,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Protetor de Colchão Impermeável Boa Noite

R\$ 119,90

SANTISTA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

LAWYERS FAVORITE

LINK PATROCINADO

Economize! Transforme sua mangueira em lavadora de pressão

HANVAP™